

Revista

ENFRENTAMENTO

Movimento Autogestionário



15

ISSN 1983-1684

REVISTA ENFRENTAMENTO

UMA REVISTA NA LUTA CULTURAL
MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

ISSN 1983-1684

EXPEDIENTE

A Revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário – MOVAUT. Seu conteúdo está vinculado à perspectiva revolucionária e autogestionária e intenta colaborar com a luta das classes e grupos oprimidos de nossa sociedade. Os textos publicados são de responsabilidade de seus autores. Contudo, o Conselho Editorial da Revista Enfrentamento e o Movimento Autogestionário reservam-se ao direito de só publicar os artigos que expressem claramente os pontos de vista políticos e teóricos do Movimento Autogestionário.

Textos devem ser enviados para o endereço eletrônico: enfrentamento@yahoo.com.br e seguir os seguintes critérios de formatação: ser enviados em preferencialmente formato ".rtf", podendo ser em ".odt" ou ".doc", com o máximo de 10 páginas. As margens devem estar formatadas com 2cm. Fonte Times New Roman, tamanho 18 para o título, 16 para subtítulos, 12 para autor, 12 para corpo do texto, 11 para citações maiores de 3 linhas e 10 para notas. O espaçamento deve ser de 1,5.

CORPO EDITORIAL

Diego Marques P. Dos Anjos

José Nerivaldo P. Da Silva

Lucas Maia

Mateus Orio

Capa

Mateus Orio

Sumário

EDITORIAL: NEM INTELECTUALISMO, NEM ANTI-INTELECTUALISMO	5
MARX E A LUTA CULTURAL	
<i>Nildo Viana</i>	7
Juventude e Luta de Classes	
<i>Diego Marques Pereira dos Anjos e Rubens Vinícius da Silva</i>	20
AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL	
<i>Lucas Maia</i>	32
O COMUNISMO ANARQUISTA DO JORNAL <i>SPÁRTACUS</i> (1919 – 1920)	
<i>João Gabriel da Fonseca Mateus.....</i>	71
Documentos Históricos do Movimento Autogestionário	88
CARTA DO MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO AO COLETIVO X	
<i>Movimento Autogestionário</i>	89

NEM INTELECTUALISMO, NEM ANTI-INTELECTUALISMO

Os academicistas assustam-se diante de tal encruzilhada, habituados que estão a lidar com “neutralidade” científica. Esta postura comum ao discurso acadêmico estende-se para além dele, chegando ao jornalismo e a sua pretensa “imparcialidade”. Os “neutros” acadêmicos e os “imparciais” jornalistas divulgam a todo o mundo esta impossível ideia. Tal pressuposto é impraticável. Não passa de mero discurso para iludir os mais incautos e confirmar o palavrório dos conservadores e oportunistas.

Contudo, problema maior ainda vem dos Coletivos, Organizações e indivíduos que se opõem a este discurso da “imparcialidade” e “neutralidade” e estão de certa forma envolvidos com as lutas das classes trabalhadoras. É muito comum, infelizmente, a presença em seguimentos mais radicalizados de uma rejeição da crítica teórica. Tais Coletivos e indivíduos argumentam que o necessário, que a única forma de luta é estar na “ação direta”. Independentemente das condições históricas, do desenvolvimento das lutas sociais etc. tais Coletivos e indivíduos defendem a qualquer custo e a despeito das demais formas de luta, a “ação”, o “protesto”... Colocamos as expressões entre aspas não por que nos opomos a isto, mas consideramos tais coisas dentro de uma perspectiva mais ampla, para além do mero praticismo.

Assim, nem o intelectualismo típico dos acadêmicos, nem o anti-intelectualismo típico de alguns militantes é suficiente. Ambas as posturas devem ser rejeitadas. O intelectualismo acadêmico é conservador e com frequência conduz ao imobilismo. O anti-intelectualismo, por ser irrefletido, não discute os rumos da luta, as possibilidades de efetivação de determinados processos, com frequência culmina em um desperdício de energia considerável dos militantes e regularmente não alcança os objetivos práticos, imediatos, que tanto defendem, conduzindo, paradoxalmente, ao imobilismo.

Não objetivamos aqui desenvolver a discussão, mas tão somente colocar o problema. Este Enfrentamento, que colocamos agora à disposição do público é parte desta concepção. Os textos aqui recolhidos são o resultado da reflexão dos militantes do Movimento Autogestionário partindo do entendimento que a Luta contra o capital se dá

em todos os âmbitos da vida social. A crítica rigorosa das ideologias, dos movimentos, do capital, do estado etc. é parte instituinte do conjunto das lutas.

Neste número, como parte deste processo, o texto de Nildo Viana aborda teoricamente o conceito de Luta Cultura em Marx. O artigo de Rubens Vinícius da Silva e Diego Marques Pereira dos Anjos discute a relação entre juventude e lutas sociais, demonstrando como hoje, no Brasil e no mundo tal parcela da população vem se colocando como um dos grupos mais radicais do ponto de vista político. O texto de Lucas Maia faz um balanço das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, já fazendo apontamentos para uma leitura teórica que explique as causas, motivações, bem como demonstrando os limites daquelas lutas de um ponto de vista revolucionário. O artigo de João Gabriel da Fonseca Mateus é uma contribuição para se compreender a história das lutas sociais no Brasil, tendo como eixo de análise o Jornal Spartacus, publicação anarquista da primeira república no Brasil. Para finalizar, colocamos à disposição do público um texto assinado pelo Movimento Autogestionário, que é parte de um debate que o Movaut travou com um Coletivo nos anos de 2008 e 2009. Tal debate resultou numa intensa e numerosa troca de e-mails, textos coletivos, individuais etc. O que aqui está disponível é uma carta assinada pelo Movaut discutindo questões teóricas, políticas e organizacionais de importância. Daí sua escolha para compor este número da *Enfrentamento*.

Conselho Editorial da Revista Enfrentamento

MARX E A LUTA CULTURAL

Nildo Viana*

Marx não utilizou o termo “luta cultural” e poucas vezes usou o termo “cultura”. Apesar disso é possível perceber em sua obra elementos importantes que permitem pensar em luta cultural, tanto através de suas análises da práxis revolucionária quanto de sua prática teórica concreta que expressa uma luta cultural. Nesse sentido, vamos apresentar uma breve análise do que podemos extrair da obra de Marx que pode ser entendido como luta cultural ou reflexão sobre a mesma.

Marx e a reflexão sobre a luta cultural

A falsa interpretação de Marx como “economicista” é um obstáculo para entender seu pensamento e concepção política. Isso, mais especificamente, oblitera a sua posição diante da questão da consciência e do seu papel na luta de classes. Sem dúvida, para Marx, o social é o elemento determinante no plano real e, por conseguinte, no plano metodológico, no qual se enfatiza o peso das relações sociais concretas ao invés das representações sobre elas. “*Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência*” (MARX, 1983, p. 25). Ou, segundo ele, “*Assim como não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela mesma consciência de si [...]*” (MARX, 1983, p. 25).

Esse pressuposto metodológico é apenas expressão do processo histórico real. No entanto, existe o mundo das representações, da cultura, que é um momento do real e interfere no mesmo¹. Explicar a consciência pelo social não significa pensar que ela não existe ou que não interfira no processo real e histórico. Segundo o próprio Marx: “A arma

* Professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

¹ Korsch (1977) já havia colocando, em sua luta cultural contra o pseudomarxismo, que as ideias fazem parte da realidade e por isso interferem e é também uma de suas determinações.

da crítica não pode, evidentemente, substituir a crítica das armas, a força material deve ser derrotada pela força material; mas também a teoria se converte em força material tão logo se apodera das massas” (MARX, 2008, p. 103).

Aqui temos um elemento da luta cultural (a produção e divulgação da teoria para as classes desprivilegiadas) e uma proposição que mostra a necessidade da luta cultural. O papel da cultura, das ideias, representações, no processo da luta de classes é apresentado por Marx em diversas ocasiões. O que interessa colocar aqui é a divisão que ele realiza no processo de autoeducação do proletariado, por um lado, e na luta cultural realizada pelos revolucionários, por outro. Segundo ele:

Em geral, as colisões da velha sociedade favorecem de diversas maneiras o desenvolvimento do proletariado. A burguesia vive em luta contínua: no início contra a aristocracia; depois, contra as partes da própria burguesia cujos interesses entram em conflito com os progressos da indústria; e sempre contra a burguesia dos países estrangeiros. Em todas essas lutas, vê-se obrigada a apelar para o proletariado, a solicitar seu auxílio e a arrastá-lo assim para o movimento político. A burguesia mesma, portanto, fornece ao proletariado os elementos de sua própria educação, isto é, armas contra si mesma (MARX e ENGELS, 1988, p. 75).

Essa autoeducação, como colocam algumas traduções, do proletariado é beneficiada pela luta de classes e pelo reforço que indivíduos de outras classes oferecem ao se associar à luta proletária². Isso ocorre através da crítica, da teoria e de “elementos de cultura” que esses indivíduos, geralmente intelectuais, podem oferecer ao proletariado. A crítica não é algo autossuficiente, ela tem uma finalidade externa a ela mesma. Marx explicitou o papel da crítica da seguinte forma: “a crítica arrancou as flores imaginárias que enfeitavam as cadeias, não para que o homem use as cadeias sem qualquer fantasia ou consolação, mas para que se liberte das cadeias e apanhe a flor viva” (MARX, 1978, p. 106). A crítica tem o papel de contribuir para superar as ilusões e permitir a ação transformadora, a luta revolucionária.

² Segundo Marx, “frações inteiras da classe dominante são lançadas no proletariado”, “também elas fornecem ao proletariado uma massa de elementos de educação”. Nos períodos mais decisivos da luta de classes, “uma pequena parte da classe dominante se desliga dela e se junta à classe revolucionária”, “especialmente uma parte dos ideólogos burgueses que conseguiram alcançar uma compreensão teórica do movimento histórico em seu conjunto” (MARX e ENGELS, 1988, p. 75). Hoje, diríamos, uma parte da classe intelectual. De qualquer forma, o que Marx chama aqui de “elementos de educação”, é o que posteriormente ele chamará de “elementos de cultura”, tal como veremos adiante.

A teoria, por sua vez, é fundamental, pois ela é condição para a crítica. “A exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões” (MARX, 1978, p. 106) e isso significa a necessidade de explicar essa “condição que necessita de ilusões”. O papel da teoria é “averiguar a verdade daquilo que nos circunda” e desmascarar as ilusões e “tornar a opressão real ainda mais opressiva, acrescentando àquela a consciência da opressão”, ela deve ser radical, isto é, ir à “raiz dos problemas”. E ela só pode se realizar se for expressão de necessidades radicais. A teoria deve ser expressão de tais necessidades radicais, que se materializa no proletariado, pois ele é uma classe social na qual se manifesta a possibilidade de emancipação humana. Ao discutir a possibilidade de tal emancipação, Marx diz que ela reside:

Na formação de uma classe com cadeias radicais, de uma classe da sociedade burguesa que não é uma classe da sociedade burguesa; de um estado que é a dissolução de todos os estados; de uma esfera que possui um caráter universal por seus sofrimentos universais e que não reclama nenhum direito especial para si, porque não se comete contra ela nenhuma violência especial, senão a violência pura e simples; que já não pode apelar a um título histórico, mas simplesmente ao título humano; que não se encontra em nenhuma espécie de contraposição particular com as consequências, senão numa contraposição universal com as premissas do Estado alemão; de uma esfera, finalmente, que não pode emancipar-se sem se emancipar de todas as demais esferas da sociedade e, simultaneamente, de emancipar todas elas; que é, numa palavra, a perda total do homem e que, por conseguinte, só pode atingir seu objetivo mediante a recuperação total do homem. Essa dissolução da sociedade como uma classe especial é o proletariado (MARX, 1978, p. 125).

Nesse sentido, a teoria deve ser expressão do proletariado e o objetivo dela é realizar a transformação radical do conjunto das relações sociais, da totalidade. A teoria encontra no proletariado suas armas materiais e o proletariado encontra na teoria suas armas intelectuais. Assim, “como a mesma rapidez que o raio do pensamento penetra a fundo neste puro solo popular” ocorrerá a emancipação humana. A teoria é o cérebro dessa emancipação e o proletariado o seu coração. A teoria só pode ser abolida com a extinção do proletariado e este só poderá ser extinto realizando a teoria³. Nesse sentido,

³ Marx realiza essa discussão no contexto das lutas culturais na Alemanha e por isso aborda a emancipação dos alemães, que é parcial, devendo ser emancipação humana, e, nesse contexto, sua linguagem ainda

há uma inseparabilidade entre teoria e proletariado. O proletariado é condição de possibilidade da teoria e é graças a ele que emerge os indivíduos reais e concretos que a produzem, os representantes teóricos do proletariado⁴.

O objetivo da teoria é a transformação radical da realidade e o limite da filosofia é não ter essa finalidade, pois o que importa não é apenas interpretar a realidade e sim transformá-la. Mas como a teoria faz isso? Superando as ilusões, ou seja, expressando a realidade tal como ela é e mostrando que ela é produtora de fantasias e diversas formas de ilusões. Assim, a crítica supera as ilusões e a teoria mostra sua base real, o fundamento material tanto das ilusões quanto da emancipação humana, cuja potencialidade se encontra no proletariado. Os teóricos do proletariado tem a missão, portanto, de criticar as ilusões, expressar a realidade social e levar isso até a classe operária. Esse é um processo concreto que ocorre na luta de classes, pois “um fenômeno inevitável, fundado no curso do desenvolvimento, que pessoas das classes até aqui dominantes se juntem ao proletariado que luta e lhe tragam elementos de cultura” (MARX, 2014). Obviamente que devem ser elementos de cultura reais, e não criações fantasiosas, preconceitos burgueses, ecletismo utilizando ideias trazidas das universidades, etc.

Essas são as reflexões de Marx sobre o que denominamos luta cultural, no caso do proletariado. Ele também aborda a luta cultural da burguesia, cujo processo é o oposto. A luta cultural burguesa é realizada através da produção de ideologias (MARX e ENGELS, 1991), ou seja, sistemas de pensamento ilusórios, realizada pelos ideólogos, sendo que alguns são produtores ativos de ideologias e outros, a maioria, são apenas reprodutores passivos das mesmas. Esse sistema de pensamento ilusório serve para legitimar, justificar e naturalizar as relações sociais da sociedade capitalista. Esse é o caso de filósofos, cientistas e outros. Marx focaliza em diversas obras o papel desses ideólogos

não é a do materialismo histórico-dialético, tal como desenvolverá posteriormente, por isso ele usa, por exemplo, as palavras “filosofia” e “teoria” indistintamente. Em obras posteriores, na qual irá efetivar a crítica da filosofia, então abandonará o uso desse termo como sendo expressão de sua posição.

⁴ Segundo Marx, cada classe social produz seus representantes intelectuais e literários, que são aqueles que expressam intelectualmente seus interesses de classe. “assim como os economistas são os representantes científicos da classe burguesa, os socialistas e os comunistas são os teóricos da classe proletária” (MARX, 1989, p. 118).

e suas ideologias. Assim, se a teoria visa à transformação radical das relações sociais, a ideologia visa sua conservação. As ideologias, ao serem reproduzidas pelos ideólogos passivos, atingem a população e assim, ao serem aceitas, amortecem as lutas de classes, provocando adesão à sociedade capitalista. Quando estes ideólogos se dizem aliados do proletariado, ao invés de elementos de cultura, o que levam são preconceitos e concepções ecléticas que nada contribuem com a luta operária. Se a teoria supera as ilusões, mostra suas bases reais e expressa como a sociedade cria tal necessidade de criações ilusórias, criticando tanto as representações e ideologias quanto a realidade que as geram, a ideologia, por sua vez, produz e reforça as ilusões. A teoria está vinculada e expressa os interesses de classe do proletariado, enquanto que as ideologias são expressões dos interesses de classe da burguesia ou de outras classes conservadoras.

A Luta Cultural de Marx

Além do que ele disse sobre o que denominamos luta cultural, Marx a efetivou concretamente. Nesse sentido, é um complemento para entender sua posição diante dessa questão sua prática concreta. A luta cultural de Marx pode ser vista através de sua crítica das ilusões, especialmente das ideologias; sua produção teórica, extremamente ampla; o processo de levar “elementos de cultura” para o proletariado. Realizaremos uma breve exposição sobre estes três aspectos para demonstrar a efetivação de luta cultural por parte de Marx.

A obra de Marx é essencialmente crítica. Em seus primeiros escritos, aborda a questão da crítica da religião e posteriormente a crítica da filosofia alemã e, posteriormente, a crítica das ideologias científicas e pseudossocialistas. A sua análise da religião aponta para mostrar que ela é um produto terreno e que sua autoilusão de ser expressão do além apenas esconde suas origens no aquí. Ele mostra as origens sociais da religião, bem como explica que é da miséria real que surge a necessidade da ilusão religiosa. Mas logo ele passa da crítica da religião para a crítica das ideologias. Em obras como *A Ideologia Alemã*, *A Sagrada Família*, entre outras, ele se dedica à crítica da filosofia alemã com seu caráter ideológico. No entanto, ele acaba passando para a crítica de outras ideologias, tal como a dos economistas ingleses e socialistas franceses. As suas

críticas a Malthus e os “economistas vulgares”, bem como aos ecléticos e mesmo aos clássicos (Adam Smith e David Ricardo) se manifesta em *O Capital*, *Grundrisse*, *Teorias da Mais-Valia*, etc. Da mesma forma, ele realiza a crítica do socialismo francês e do pseudossocialismo em geral, tal como se vê no *Manifesto Comunista*, *A Miséria da Filosofia*, entre outras obras. Em vários momentos ele avança na crítica de outras concepções, e em cartas e outros lugares, até de aspectos das ciências naturais, como no caso de Darwin (VIANA, 2009).

A teoria produzida por Marx é extremamente ampla e é inseparável de sua crítica. O primeiro elemento de sua produção teórica é sua teoria da alienação e da história. A teoria da alienação apresentada nos *Manuscritos de Paris* (também chamados “econômico-filosóficos” ou “de 1844”) é o momento de constituição das bases concretas do seu humanismo e do comunismo. O trabalho alienado é o fundamento da revolução proletária, a desumanização é apresentada como a chave para emancipação humana, pois esta é negação daquela. A teoria da história é apresentada em *A Ideologia Alemã*, embora em diversas obras ele volte a essa questão, tal como na *Contribuição à Crítica da Economia Política*, entre outras. Através da elaboração dos conceitos de modo de produção, classes sociais, lutas de classes, entre outros, ele busca expressar o movimento histórico, fundado, a partir de certo momento histórico devido ao desenvolvimento das forças produtivas, na luta de classes. Ele desenvolve também uma teoria do capitalismo, que pode ser vista em diversas obras, embora de forma mais estruturada em *O Capital*. Nessa obra ele explica o segredo da exploração capitalista e sua essência, a produção de mais-valor, bem como suas consequências e desdobramentos, como a acumulação de capital e processo tendencial de sua superação. Da mesma forma e indissolivelmente ligado a isso, apresenta uma teoria da revolução proletária, não só analisando o proletariado como classe social como também avançando no sentido de analisar suas lutas, sua potencialidade revolucionária, suas experiências, suas tendências. Ainda esboça elementos, baseando-se nas experiências históricas e no vislumbre racional proporcionado pela teoria (VIANA, 2014), da sociedade comunista, tal como em *A Guerra Civil na França e Crítica ao Programa de Gotha*, principalmente.

Os elementos de cultura que é parte da práxis dos teóricos do proletariado e Marx realizou isso também. O que muitos não sabem é que os livretos *Salário, Preço e Lucro* e *Trabalho Assalariado e Capital*, são a expressão escrita de palestras que Marx ministrou para operários. Ele sempre buscou levar a teoria para o movimento operário, tanto através da produção em si e sua publicação como livros, mas também através de documentos, cartas, conversas, palestras, incluindo as circulares na AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores. Dois momentos especiais se destacam nesse processo, que é a redação do *Manifesto Comunista* e de sua análise da Comuna de Paris, contida em *A Guerra Civil na França*. No *Manifesto Comunista*, ele sintetiza elementos de sua teoria da história, de suas análises do capitalismo e da luta de classes nessa sociedade, bem como critica os pseudossocialismos e apresenta o papel dos comunistas e elementos programáticos para a luta revolucionária. Em *A Guerra Civil na França*, apresenta uma análise da Comuna de Paris, de seus obstáculos e problemas e de sua importância histórica para o movimento operário revolucionário, obra divulgada para o proletariado e que poderia servir de inspiração para novas lutas. Aliás, *O Capital*, era para ter sido produzido em fascículos, pois a intenção de Marx é que ele fosse lido por proletários.

Nesse sentido, as ações concretas de Marx mostram uma intensa luta cultural, aliada com um trabalho organizativo e outras ações, no sentido de fortalecer a luta proletária e a formação da associação da classe na luta contra a burguesia e constituição da “livre associação dos produtores”, o comunismo.

De Marx a Nós: A Luta Cultural Hoje

Estamos em outra época, sendo que a essência do capitalismo - produção do mais-valor e acumulação de capital – continua a mesma, mas sua forma mudou. Houve um amplo desenvolvimento tecnológico, a geopolítica mundial foi alterada, a mercantilização e burocratização das relações sociais se intensificaram, o Estado assume nova forma, entre diversas outras questões. Marx produziu sua obra durante o regime de acumulação extensivo e passagem para o intensivo. Nesse sentido, os regimes de acumulação posteriores (conjugado e integral) não foram vividos e analisados por ele, a não ser em seus elementos tendenciais. A luta operária de sua época ocorria num

contexto determinado e hoje as condições são bem diferentes. Os partidos e sindicatos supostamente “operários” são aparelhos burocráticos que nada tem a ver com o movimento revolucionário do proletariado, sendo mais um obstáculo. Da mesma forma, os meios oligopolistas de comunicação ganharam um espaço muito maior e, no regime de acumulação integral, a internet e redes sociais ganham espaço.

O capitalismo encontra cada vez mais dificuldades em se reproduzir. Isso faz parte de sua história, mas quanto mais se desenvolve e demonstra capacidade de superar as crises e sobreviver, mais encontra dificuldades mais amplas e profundas. As experiências revolucionárias depois da Comuna de Paris trouxeram questões inexistentes no tempo de Marx, tal como a ameaça da contrarrevolução burocrática. Após o regime de acumulação intensivo, uma imensa classe burocrática emerge e sua parte mais radicalizada, presente em partidos e sindicatos menores, se torna ávida pelo poder e para isso se diz “representante do proletariado”. Isso gera mais um obstáculo para a luta proletária: além de combater o capital e seu aparelho, o estado capitalista, tem também que se livrar de suas falsas “vanguardas” e daqueles que dizem estar do seu lado.

Essas e outras mudanças complexifica as lutas de classes, principalmente com a emergência de novas ideologias e supostas concepções críticas que no fundo apenas cria uma divisão e isolamento de setores da sociedade ao invés de levar a uma unificação que seria o fortalecimento da luta pela transformação social. Essas lutas isoladas de grupos isolados, permeados por ideologias como a do “gênero”, “libertação animal”, entre outras, acabam sendo reforço da hegemonia burguesa nos movimentos sociais e lutas cotidianas, dificultando uma ascensão das lutas proletárias e revolucionárias.

A luta cultural assume, portanto, novas tarefas. Por um lado, é preciso combater o enfraquecimento interno do marxismo (autêntico e não suas deformações burocráticas expressas no leninismo e socialdemocracia). Esse enfraquecimento interno ocorre através de tentativas de aliança com ideologias burguesas. Isso é realizado tendo como justificativa de não perder espaço. Apesar da preocupação de não perder espaços e criar divergências desnecessárias ser legítima, pois é preciso unir forças e muitos estão aderindo a ideologias e concepções equivocadas por falta de aprofundamento teórico,

informações, etc., isso é uma faca de dois gumes, pois reforça o que tem que ser combatido.

O enfraquecimento interno é aquele no qual os próprios defensores de uma concepção se rendem a ideias dos adversários, se submetem aos modismos, introjetam outras concepções graças à vitimização de grupos, ou seja, é um processo de origem externa que gera um enfraquecimento interno, seja por pressão social, seja por falta de formação teórica e senso crítico mais desenvolvido. Às vezes isso se revela no temor de entrar em embate e isso ser impopular. No entanto, um revolucionário é, a não ser na época da revolução, impopular por natureza.

No entanto, essa é apenas uma das novas questões contemporâneas que atingem a luta cultural hoje. As tarefas são muito mais numerosas. É preciso levar “elementos de cultura” para o proletariado e demais setores da sociedade potencialmente revolucionários, e isto através de livros, revistas, jornais, panfletos, conversas, uso de meios de comunicação, internet, etc. No entanto, para que sejam realmente “elementos de cultura” é necessário não apenas “informações” ou palavras de ordem, mas que tenha um caráter formativo, fornecendo ferramentas intelectuais para interpretar e atuar nas lutas de classes.

Da mesma forma, para poder prosseguir na luta cultural e colaborar com a autoformação intelectual da população e dos militantes, é necessário a produção teórica e crítica das ideologias e representações cotidianas ilusórias. A produção teórica deve ser incentivada e realizada, no sentido de colaborar com a compreensão das relações sociais concretas, do capitalismo, de seus mecanismos de reprodução, das contradições existentes, tendências e potencialidades. Essa é a base para a crítica das ideologias, que não só exercem o papel de influenciar indivíduos e intelectuais, inclusive com potencial contestador, como, através destes e sob outras formas, os movimentos sociais e lutas sociais. Por isso, a crítica das diversas ideologias, sob variadas formas e graus de desenvolvimento, deve ser realizada. Por outro lado, a crítica do imaginário, das representações cotidianas ilusórias produzidas pela própria população, é outro elemento necessário, pois ele é outro obstáculo, inclusive para o avanço da autoeducação do

proletariado. É preciso avançar no sentido de difundir representações cotidianas verdadeiras e sua passagem para formas mais amplas e desenvolvidas de pensamento.

Da mesma forma, a luta contra os valores dominantes e mentalidade burguesa é outro elemento que deve ocorrer, apesar dos obstáculos mais fortes nesse caso. A crítica da axiologia, dos valores dominantes em suas diversas configurações, é um elemento que deve ser um dos focos da luta cultural. Por outro lado, o reconhecimento e discussão sobre axionomia, os valores autênticos, é necessário, sem cair no humanismo abstrato, entendendo que parte deles podem ser materializados hoje, mas parte não, e por isso é preciso de uma ética libertária e domínio teórico⁵. A relação entre teoria e ética libertária é fundamental para não cair no sentimentalismo, moralismo e/ou humanismo abstrato. A materialização da axionomia no conjunto das relações sociais pressupõe a superação da sociedade capitalista e isso se faz através da luta de classes e por isso apenas parcialmente ele se concretiza hoje. Os carrascos não podem ser tratados com solidariedade, apesar deste ser um valor autêntico, pois a recíproca não é verdadeira.

Assim, os elementos apontados por Marx continuam válidos e precisam ser aprofundados. Obviamente que um ou outro indivíduo pode focalizar em formas de luta cultural específica, apesar do ideal ser atuar em todos. No entanto, se uma pessoa colabora fazendo poesias, ou seja, realizando a luta cultural via produção artística, desde que na perspectiva do proletariado, então é algo a apoiar. Incentivar a ir além disso é algo possível e desejável, mas isso depende da singularidade psíquica do indivíduo, sua história de vida, condições sociais, etc., e por isso o que deve ser exigido é que o conteúdo de sua produção artística seja revolucionário, pois se não for não contribui com a luta.

Da mesma forma que Marx, em certo momento, foi para a biblioteca de Londres e disse que assim contribuiria melhor com a luta de classes, é preciso reconhecer as necessidades, limites, contextos, que cercam os indivíduos e que a liberdade na luta é fundamental pela luta pela liberdade, desde que o objetivo final esteja presente, que haja coerência entre a produção cultural e luta pela autogestão social. A ida de Marx para a

⁵ Os valores autênticos podem, inclusive, ser integrados em discursos axiológicos e ideológicos. Basta ver o uso de Durkheim do termo “solidariedade”, um valor autêntico, num contexto discursivo ideológico e axiológico, no qual integra e desfigura seu real significado.

biblioteca de Londres estava intimamente relacionada com a produção de sua obra *O Capital*, uma das mais importantes produções teóricas já feitas e de fundamental importância para a luta proletária.

Para o caso de formas mais organizadas e coletivas de luta, é necessário refletir criticamente e elaborar programas de ação voltados para a luta cultural. Assim, processos de produção e publicação teóricas, mecanismos de elaboração e divulgação de críticas, constituição de processos de divulgação e propaganda revolucionária, bem como articulação disso tudo com atuação nos movimentos sociais, nos movimentos grevistas, lutas de classes em geral.

Em síntese, a luta cultural é um dos principais elementos da práxis revolucionária. E ela não está separada de todos os processos de luta existentes na sociedade. O que os praticistas não percebem é que toda luta tem um elemento cultural envolvido. Num movimento grevista, as reivindicações e as ações são permeadas por concepções, representações, etc., no sentido de que as necessidades, informações, posições, são produtos de interpretações e reflexões. O mesmo vale para manifestações e protestos, trabalhos em bairros, etc. Nenhuma ação humana é desvinculada de consciência e esta é uma das determinações desse processo. Um operário com mentalidade burguesa pode ser favorável à greve para aumentar o seu salário, mas será contra ela quando houver perigo de demissão. A sua posição está intimamente ligada às suas concepções, valores, etc. Da mesma forma, no mesmo movimento, um operário revolucionário pode defender a greve, mas faltar-lhe argumentos, informações, etc., por não ter elementos de cultura suficientes para entrar no embate cultural estabelecido. Um terceiro operário pode ser em certo momento contra a greve, porque seu partido oferece essa diretriz e argumentos para tal, talvez por motivos eleitorais ou de alianças políticas ou mesmo vínculo com sindicato e/ou governo. Tal operário, pode, ao mesmo tempo, ser honesto e fazer isso por acreditar nos seus camaradas de partido e faltar-lhe informações e elementos de cultura para entender as reais motivações por trás da posição do seu partido.

Um militante que se limita a ir e apoiar, sem criticar, sem levar elementos de cultura, informações, ferramentas intelectuais, no fundo colabora muito pouco ou, em

certos casos, acaba reforçando a hegemonia burguesa no mesmo. Ele, tal como o último exemplo de operário, pode também ser honesto e acreditar que isso é o que todos devem fazer, mas acaba contribuindo para que as forças conservadoras, mesmo as disfarçadas de reformistas ou até “revolucionárias”, acabem tendo supremacia no processo de luta.

Assim, a luta cultural é um elemento fundamental da luta de classes, tanto na articulação imediata com as lutas operárias e sociais em geral quanto indireta, no mundo da cultura. E o esclarecimento de sua importância e de seu papel estratégico na luta pela transformação radical do conjunto das relações sociais, abolindo o capitalismo e instaurando a autogestão social, é parte dessa mesma luta cultural, bem como sua divulgação significa levar elementos de cultura para a população em geral e para o proletariado em particular. Em síntese, a luta cultural perpassa toda a sociedade e a consciência de sua necessidade é um de seus momentos. Isso significa, no fundo, dar prosseguimento ao que Marx e outros realizaram, mas de forma mais refletida e consciente, no sentido de estar devidamente pensada e inserida numa estratégia revolucionária.

Referências

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto, Afrontamento, 1977.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo, Hucitec, 1991.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. 2ª Edição, São Paulo, Global, 1989.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª Edição, São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. *Escritos de Juventud sobre el Derecho*. Barcelona: Anthropos, 2008.

MARX, Karl. *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. In: *A Questão Judaica*. São Paulo: Moraes, 1978.

MARX, Karl. O Manifesto dos Três de Zurique. *Revista Marxismo e Autogestão*. Vol. 01, num. 02, jul./dez. 2014.

VIANA, Nildo. *Darwin Nu*. Revista Espaço Acadêmico. Ano 8, nº 95, abril de 2009.

VIANA, Nildo. *Karl Marx – A Crítica Desapiedada do Existente*. Florianópolis: Bookess, 2014.

JUVENTUDE E LUTA DE CLASSES

Diego Marques Pereira dos Anjos¹

Rubens Vinícius da Silva²

O objetivo desse texto é apresentar a relação existente entre a criação social da juventude e o processo de luta de classes na sociedade capitalista*. Em várias partes do mundo atual ocorrem explosões de revolta popular e no meio dessas revoltas a juventude interfere e aparece como protagonista, o que não é diferente do que ocorre no Brasil. Ter consciência de que nas sociedades modernas existe uma faixa etária distinta das outras por seu processo de ressocialização repressivo e coercitivo é ter consciência das possibilidades, da força e do papel político das juventudes. Situada entre os processos repressivos, que visam a impedir a manifestação das potencialidades da juventude, e a coerção, que afirma determinados padrões de comportamento e valores dominantes que devem ser assumidos pela juventude (tais como a individualidade, competição, sucesso financeiro, etc.) indivíduos e grupos de jovens questionam a ordem estabelecida, e em alguns casos apontando para outra forma de organização social.

Entendemos por ressocialização repressiva o conjunto das relações sociais nas quais os jovens, ao serem constrangidos pelo processo de imputação de responsabilidades sociais (ter um emprego, ajudar na renda da família, casar, ter que cuidar de filho/a, estudar) estão submetidos a um conjunto de ações que impedem a manifestação de algo. Este “algo” pode se traduzir em ações de contestação da ordem vigente, seja na recusa do trabalho alienado ou mesmo no boicote aos meios de educação capitalistas. Já a ressocialização coercitiva se dá quando a referida dinâmica social é pautada num conjunto de ações que por sua vez suscitam a manifestação de algo.

¹Mestrando em Ciências Sociais pela Unesp/Marília. Militante do Movimento Autogestionário.

²Licenciando em Ciências Sociais pela FURB. Militante do Movimento Autogestionário.

*Optamos durante a escrita do texto em não nos prolongarmos em citações, preferindo fazer um discurso direto. Isto não significa que as ideias aqui são novas e originais, mas buscam ser desdobramentos dos estudos sobre classe, luta de classes e juventude realizados pelos autores/companheiros de luta que citamos nas referências bibliográficas.

Ou seja, a repressão possui caráter proibitivo, ao passo que a coerção possui caráter afirmativo.

Entretanto, toda ação política da juventude acontece dentro de um determinado estágio da luta de classes: ora, é do cotidiano da integração da classe trabalhadora à ordem capitalista a submissão de seus jovens, esperançosos de um dia alcançarem o modo de vida das classes dominantes; por outro lado, grupos de jovens oriundos de classes sociais com uma posição privilegiada na divisão social do trabalho (como filhos de burocratas, intelectuais, pequenos e grandes comerciantes, militares, funcionários do estado, etc.) se envolvem com a luta política em favor das classes exploradas. A situação específica da juventude no interior das classes sociais na sociedade capitalista possibilita um maior desprendimento do atual estado de coisas, ou do *status quo*. Por isso que em tempos de “paz” entre as classes os filhos rebeldes da burguesia lançam mão de uma fraseologia agressiva, criam supostas organizações “proletário-estudantis” com mil e um programas, tarefas, reuniões e encontros com uma disciplina revolucionária que (acredita-se) trará a derrota final do capitalismo. Isso sem esquecer os mais belos devaneios com os ídolos revolucionários.

Mas, longe de cometer o que alguns chamariam de autoengano, essa mesma juventude organizada tem a consciência de que é somente com a radicalização das lutas por parte do proletariado e sua juventude que se pode contribuir decisivamente no sentido de fazer avançar a luta revolucionária. Tal concepção (mais ou menos difundida) trata-se de um avanço incontestável da luta de classes. O movimento expresso no Maio de 68 na França e as revoltas da juventude mundo afora confirmam esta tendência. Por determinações como estas, muitos indivíduos membros das classes privilegiadas saem de seus condomínios e vão morar em bairros periféricos.

A existência de classes sociais na sociedade capitalista decorre da continuidade histórica da divisão social do trabalho, que é uma relação social entre os seres humanos para produzir e reproduzir a vida material em sociedade. No processo de divisão social do trabalho temos o surgimento das classes sociais e das classes fundamentais de um determinado modo de produção. Estas classes, em sua relação concreta, fornecem a dinâmica das demais relações entre as classes sociais, as quais sem sua existência material

(da burguesia e do proletariado) seria impossível a reprodução de um determinado modo de produção.

No capitalismo, as classes fundamentais são a burguesia e o proletariado. A classe capitalista é a detentora dos meios de produção e distribuição (instrumentos de trabalho, fábricas, terra, matérias-primas) e de todas as condições de trabalho; o proletariado é a grande parcela da população que é privada do domínio do produto do seu trabalho e de sua atividade e capacidade produtiva. Assim, no processo de produção dos meios necessários à vida, ocorre a separação entre quem planeja/dirige e entre quem executa a totalidade deste processo.

Historicamente, o proletariado foi expropriado de tudo o que existe no mundo, excetuando sua força de trabalho, que é o conjunto das energias físicas e psíquicas de um determinado ser humano que pode ser despendida ou gasta na realização de determinado trabalho e que no capitalismo tem de ser vendida forçosamente, convertendo-se também em mais uma mercadoria. Tal processo é a condição fundamental para que os capitalistas possam realizar a produção e posterior acúmulo de sua imensa riqueza. Daí que a fraqueza forçada dos trabalhadores é no fundo sua grande força, pois sem os trabalhadores a classe capitalista não pode colocar em movimento todo o complexo de produção que lhe dá poder, o qual é legitimado pelo estado e pelas burocracias, reforçado pelo poder da brutalidade policial, justificado pela intelectualidade e cientistas.

Divisão social do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas. A primeira diz respeito à apropriação do trabalho no próprio ato de trabalho, e a segunda diz respeito à apropriação do resultado do trabalho, dos seus produtos. Por isso que um mundo de riquezas materializadas em propriedades privadas significará sempre um mundo de miséria para a totalidade da classe trabalhadora. A divisão social do trabalho limita e fixa os indivíduos a uma atividade restrita no que tange ao conjunto das relações de trabalho. Cada um faz aquilo que lhe é exclusivamente determinado por essa divisão: o proletariado fica reduzido em sua atividade de trabalho, que assume distintas formas de acordo com o capital que lhe emprega (seja no comércio, na indústria, nos transportes, nos serviços, etc.), tal como um policial só pode reprimir, um político se reduz a controlar

por meio do estado a população, os cientistas e intelectuais criam ideias que justificam o mundo burguês, os juristas elaboram as leis, os artistas, sua arte, e por aí vai.

A existência de classes sociais significa que os interesses que se produzem dentro de uma sociedade estão fragmentados num conjunto de diversos valores, ideias, sentimentos, interesses, mentalidade e no conjunto das representações que os seres humanos elaboram sobre sua atividade real, que produzem diversas perspectivas de vida e de mundo diferentes e contraditórias decorrentes do local ocupado no processo de divisão social do trabalho, ou seja, pelo pertencimento a determinada classe ou grupo social. O ser humano deixa de ser membro de uma espécie de vida comum para se dividir em diversos grupos de homens e mulheres em permanente conflito. Diante desse quadro, o estado tenta se firmar como a expressão do direito universal de toda a sociedade, quando na realidade é justamente o reconhecimento de que o conflito de interesses antagônicos pode vir a questionar a própria existência da sociedade de classes. Daí que a existência do estado se fundamenta em expressar os interesses da classe dominante, embora de acordo com a dinâmica da luta de classes tem de conceder alguns direitos reivindicativos para as classes sociais exploradas e oprimidas em luta, visando amortecer e frear o desenvolvimento das lutas de classes.

As classes sociais são grandes grupos de seres humanos que estão divididos de acordo com as mesmas condições de vida comum, possuem os mesmos interesses e por isso travam, ora velada ora abertamente, uma oposição e (sobretudo em momentos de acirramento e radicalização dos conflitos entre as classes em luta) um antagonismo. Oposição aqui no sentido de reconhecer a existência de contradições sociais, cuja essência é ocultada pelo falso argumento de divergências pontuais, veladas ou não no que tange à conquista e disputa pelo poder de estado, no caso dos partidos políticos e das burocracias que lhes dão vida e pelo poder nas fábricas, lojas, escritórios, como é o caso das lutas entre as frações das burguesias nacionais e transnacionais. A dinâmica da luta de classes, quando de seu acirramento, possibilita e revela que existem antagonismos, que são interesses reais inconciliáveis entre as classes sociais fundamentais, o que constringe os membros das demais classes a se organizarem e tomarem partido nesta luta. As condições de vida do proletariado são semelhantes nas

várias regiões do planeta onde a classe capitalista domina. Isto significa que somente dispõem de um salário para reproduzir sua força de trabalho (comer, ter uma moradia, vestir-se, transportar-se para o trabalho, embora de acordo com a região do planeta essas condições sejam mais ou menos precárias). Os trabalhadores possuem uma condição de classe oposta à ostentação material da burguesia, ao consumo frenético das classes privilegiadas (burguesia, burocracia e intelectualidade), que é derivado do aumento e da expansão da produção de bens de consumo. Cabe ressaltar que tal dinâmica invade o modo de vida da classe proletária, que é constrangida pela produção de necessidades artificiais através da propaganda produzida pelo capital comunicacional (meios oligopolistas de comunicação) que apela para o consumo frenético.

O interesse mais imediato dos membros das classes trabalhadoras é o de aumentar seu salário e reduzir seu tempo de trabalho, além da conquista de direitos sociais (sobretudo de serviços públicos como saúde, educação, moradia), o que é um interesse oposto ao da burguesia, que nos momentos de crise econômica tem como primeira reação diminuir os salários, ou, aumentar o preço dos produtos necessários para a subsistência do trabalhador, além de aumentar a jornada e precarizar as condições de trabalho. Também os capitalistas se opõe à ampliação dos serviços públicos, porque aumentam parte da mais-valia (ou mais-valor) que a classe capitalista extraiu do proletariado e que vai ser transferida para as mãos do estado. De acordo com Nildo Viana, em sua obra *Manifesto Autogestionário*, o que caracteriza o capitalismo é a produção e extração de mais-valor. De acordo com o autor o mais-valor é caracterizado como sendo:

um excedente que só pode existir devido ao trabalho humano, vivo, concreto, que transforma as matérias-primas, utilizando ferramentas e máquinas, em um produto novo, com um valor acrescido ao anterior. O trabalho humano realizado acrescenta valor às mercadorias produzidas, produz um excedente. Este excedente, portanto, é produto do trabalho vivo da classe operária. Esta classe, ao acrescentar valor às mercadorias, ao produzir um mais-valor (ou “mais-valia”), permite a acumulação de capital e o predomínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo, isto é, da classe capitalista sobre a classe operária (VIANA, 2008, p.16).

O estado (cuja classe que em sua atividade real o produz e reproduz é a burocracia estatal em suas diversas frações, junto com alguns setores da intelectualidade e trabalhadores subalternos) se apropria do mais-valor extraído da exploração da classe

operária pelos capitalistas para manter sua máquina em funcionamento. Das condições de vida e interesses de classe em comum resulta que enquanto existir classes sociais existirá enfrentamento e antagonismo entre as classes. Uma classe só pode existir em relação com outras classes, e como relação contraditória só pode produzir conflitos e antagonismos no interior da sociedade. Daí que a possibilidade concreta de explosão e radicalização dos conflitos sempre coloca no horizonte histórico o mundo novo da revolução social.

Por fim, cabe lembrarmos do lumpemproletariado, parte do proletariado marginalizado na divisão social do trabalho e do mercado consumidor e por fim dos direitos civis, sociais e políticos (a chamada “cidadania”). O lumpemproletariado é composto por desempregados permanentes, empregados do crime organizado e delinquentes, mulheres submetidas à prostituição, mendigos, sem-tetos, subempregados, etc. No capitalismo recente, esta classe se expande e conforma uma parte crescente do proletariado em todo o mundo, equivalendo ao que Marx conceituou como o chamado exército industrial de reserva. Trata-se de um grande contingente da força de trabalho que os capitalistas dispõem livremente, inclusive a parte mais vulnerável em caso de guerras e disputas internacionais entre os capitais nacionais. Por conta da possibilidade real de mobilidade entre frações do lumpemproletariado e do proletariado, há na primeira classe a existência de setores com forte radicalidade, quando reunidos em busca de seus interesses. Um exemplo histórico desta tendência se deu no Movimento *Piquetero* na Argentina durante a crise social no início dos anos 2000.

Os primeiros anos do século XXI estão mostrando que há uma intensificação das manifestações violentas, dos protestos de ruas, aumento do número de organizações de bairro, estudantis, de greves de trabalhadores, disputas territoriais, golpes de estado, guerras, etc. Após a emergência do estado neoliberal e da intensificação da exploração da força de trabalho, os conflitos sociais se alastraram pelo mundo, assumindo uma nova forma. O descontentamento e descrédito da classe trabalhadora em relação aos partidos e sindicatos gerou a recusa destas velhas formas de organização e o resgate de formas de auto-organização da população, como assembleias, ações diretas e organizações autônomas.

Ao que tudo indica, vivemos um novo ciclo da luta de classes, com movimentos compostos por grandes contingentes de setores oriundos das classes e grupos sociais intensamente explorados e oprimidos, que se expande com uma enorme velocidade, sem direcionamento e controle por parte das burocracias partidárias, sindicais e estatais. É nesse ponto que intervém a juventude contemporânea.

A base social que unifica todas as juventudes nas sociedades modernas (capitalistas) é o processo de ressocialização que prepara os jovens para a vida adulta, fundamentalmente a inserção no mercado de trabalho e no mundo das responsabilidades sociais (civis e políticas). Durante o modo de produção feudal, a palavra jovem se referia a indivíduos com mais de cinquenta anos. Atualmente a palavra (ou o conceito, já que faz parte da linguagem de várias ciências) delimita uma determinada faixa etária da população. Para os sociólogos que estudam a juventude, a criação social desse grupo data do período de transição do século XIX para o século XX, quando as fortes lutas dos trabalhadores por diminuição da jornada de trabalho e proibição do trabalho infantil restringiram o acesso de parcelas do proletariado ao emprego nas péssimas condições das fábricas. Outras determinações para a formação da juventude foram a universalização da escolarização, aumento das tecnologias das fábricas que exigiam trabalhadores mais especializados, maior possibilidade de ingresso e permanência nas universidades (para a parcela privilegiada dos jovens, geralmente filhos e filhas das classes privilegiadas), escolas técnicas, consumo dos primeiros produtos do mercado capitalista de cultura como as tirinhas e HQ's, música, cinema, acampamentos, etc.

A socialização das novas gerações sob a sociedade capitalista ocorre em duas etapas: na primeira socialização, a criança aprende a viver sob determinadas relações sociais, se apropriando de determinadas habilidades (falar, ler, escrever, etc.), ideias, valores, padrões de comportamento, etc. Na ressocialização, os jovens são preparados para sua inserção no mercado de trabalho e de consumo, o que varia bruscamente de acordo com a classe social de cada jovem. Este pode aprender desde habilidades básicas até as habilidades especializadas, para os que alcançam e saem dos meios universitários e acadêmicos. Além disso, o jovem é preparado para as atividades e responsabilidades

sociais tais como casamento, sustento da família, cuidar dos filhos, votar, e todas as formalidades que enquadram o chamado adulto-padrão.

O processo de ressocialização da juventude é ainda mais repressivo que o das crianças, pois é durante essa etapa que anseios pessoais são reprimidos e substituídos pelas imposições que a sociedade determina para cada indivíduo de sua classe, gerando assim diversos indivíduos descontentes e com graves problemas psíquicos, os quais entram em conflito com o processo de ressocialização, não se enquadrando com o que dele é esperado e imposto.

Diversas instituições atuam na formação da juventude. A escola é a mais violenta e influente destas, estando presente desde o período da infância e permanece por mais ou menos tempo, de acordo com a classe e o processo histórico de vida do indivíduo. As chamadas “instituições científicas” como a psiquiatria, medicina e os meios de comunicação (que são responsáveis pela moldagem dos padrões de comportamentos e valores socialmente desejáveis, que são os valores dominantes, tais como o individualismo e a competição social) também exercem um forte poder de intervenção e submissão das juventudes. Por fim, temos a instituição policial, presente no cotidiano dos jovens de periferia e os partidos políticos, além das demais instituições estatais.

A juventude que é ressocializada na sociedade capitalista atual é atingida por dois processos: de um lado, a precarização dos serviços públicos como saúde, educação, transporte, moradia (através do neoliberalismo) e de outro a ressocialização, ao ingressar num mercado de trabalho em que a intensificação da exploração da força de trabalho se universaliza para todas as regiões do planeta, atingindo todas as parcelas da população trabalhadora. Esse duplo processo é agravado pela intensificação da repressão militar, o que cria condições cada vez mais instáveis e precárias durante a ressocialização, apontando para a intensificação e radicalização das revoltas juvenis nos próximos anos, o que tende a gerar um aumento de organizações políticas juvenis que em seu interior recusam a burocracia e ideologia da representação. Essas organizações são muito importantes porque tendem a romper com o processo de ressocialização repressivo e coercitivo que os jovens sofrem, manifestando outras possibilidades de vivência política, cultural e comportamental, longe das instituições controladas pelos adultos-padrão.

O último grande período em que a sociedade capitalista foi questionada como um todo foi durante as revoltas estudantis e greves de trabalhadores que explodiram ao redor do mundo na virada da década de 1960 e início dos anos de 1970. O Maio de 1968 na França é simbólico do nível de radicalização da luta de classes daquele período: após a prisão de estudantes seguiu-se uma onda de ocupações de universidades que atingiram várias regiões da França, acompanhadas pela greve geral de trabalhadores que sofriram com a piora das condições de vida. Cerca de dez milhões de trabalhadores cruzaram os braços durante aquele mês na França, a maior greve geral registrada na história do capitalismo até então. A luta dos jovens estudantes foi impulsionada e reforçada pela mobilização dos trabalhadores, sendo que a última grande crise capitalista se encerrou com uma nova possibilidade de manifestação política, a aliança proletária-estudantil contra a classe burguesa. A existência e o aumento do número de organizações revolucionárias criadas por jovens é uma possibilidade concreta para essa aliança, o que tende a radicalizar os conflitos sociais.

Diante dessas possibilidades e analisando as experiências históricas recentes da juventude proletária e lumpemproletária (como a Revolta dos Pinguins no Chile entre 2005 e 2007, os grandes movimentos de ocupações de rua e espaços públicos na Turquia, Espanha, Tunísia e EUA, e mais recentemente as Jornadas de Junho e Julho de 2013 no Brasil) o horizonte que se apresenta é da necessidade de uma alternativa de sociedade, para além dos questionamentos e busca de satisfação de interesses imediatos das classes exploradas (redução da jornada de trabalho, melhora nas condições de vida e acesso a bens de consumo e serviços estatais assistenciais).

A necessidade da transformação total da sociedade se encontra latente em setores da juventude, sobretudo naqueles setores que estão em organizações que se pretendem revolucionárias. Contudo, ainda é inexistente no conjunto do proletariado e demais grupos oprimidos a consciência e o interesse (ou o interesse consciente) de transformar a sociedade em sua totalidade. *O protagonismo juvenil nas milhares de manifestações que vêm explodindo cotidianamente no mundo capitalista aponta que um setor da população pode precipitar e antecipar ações mais radicalizadas, influenciando assim*

o proletariado, única classe na sociedade capitalista capaz de apresentar uma alternativa de transformação total.

A ação do Movimento Passe Livre no ano de 2013 foi exemplar desse processo que falamos, embora em escala bastante reduzida: a organização (que possui ideias e princípios que negam a sociedade capitalista) em luta contra o aumento da passagem contribuiu (juntamente com inúmeras outras determinações como a repressão policial, a piora nas condições de vida da população durante os últimos 10 anos de governos neoliberais, o descrédito com relação às ações das burocracias sindical e partidária, etc.) para que uma onda de manifestações se espalhasse por todo o Brasil, estimulando setores descontentes, com o governo e com a situação mais geral do país, a sair para as ruas e se manifestar.

Passado um ano das Jornadas de Junho e Julho vivenciamos a intensificação dos protestos “violentos” em regiões das cidades onde estão concentrados o proletariado e o lumpemproletariado. Em algumas dessas cidades, é rotina assistir um jornal e observar notícias de ônibus pegando fogo, barricadas espalhas pelas ruas, manifestantes mascarados e policiais tresloucados e enfurecidos contra a população pobre e periférica. A onda de manifestações do ano passado antecipou uma forma de luta até então pouco usual entre os setores da população acostumados com a forte repressão. Desta forma, vê-se que o medo se foi e a coragem se traduz na seguinte ação: fechar a rua e queimar ônibus. O medo é conservador, um sentimento que gera insegurança, apatia e faz com que indivíduos violentados, reprimidos e oprimidos aceitem sua condição, ao ponto de naturalizá-la na vida adulta. O medo é estimulado e fomentado pelos meios de comunicação, invadindo o conjunto das representações sociais cotidianas, sobretudo no seio dos membros das classes exploradas e oprimidas. Ao passo que a coragem, sobretudo entre os setores juvenis em luta aqui relatados, é um sentimento revolucionário, posto que se traduz em ações conscientes de negação da ressocialização repressiva e coercitiva, como em atos de pichação política, ocupação de ruas, enfrentamentos violentos com as forças da repressão estatal, promoção de ações culturais visando corroer a hegemonia burguesa, etc. Tal conjunto de ações carrega em si

a produção de relações sociais, valores, ideias e sentimentos que geram desejos e interesses de superar a ordem burguesa.

Esta situação se repete em vários países e também aponta os limites da participação política da juventude organizada. No Chile, por exemplo, acompanhando a mobilização estudantil por educação pública e de qualidade, inúmeras organizações da sociedade civil também saíram às ruas para se manifestar. Após anos de luta uma nova lei sobre o sistema de ensino foi criada, fundamentada no ensino público. Mas a superação de demandas particularistas só pode ocorrer com a generalização da luta com o conjunto do proletariado em luta por seus interesses, que entram em conflito radical com os interesses capitalistas, podendo gerar a ruptura social. Mas enquanto jovens estudantes, estes tendem a se manter em seus interesses particulares, o que pode ser superado com a luta do proletariado. Luta esta que os jovens podem estimular, mas jamais substituir. Situações históricas e sociais semelhantes são as explosões de onda de manifestações em vários países que anteriormente citamos, observando as especificidades nacionais. Em todos os territórios do mundo, a juventude combativa está se manifestando e provocando onda de manifestações com aumento e apoio massivo da população. Tal estratégia permite-nos vislumbrar um cenário de contestação social cada vez mais radicalizado para os próximos anos, os quais tendem a ser potencializados com a luta do proletariado.

O projeto latente na única classe revolucionária de nossa época é o da autogestão social, tendência histórica e social já manifesta nas experiências revolucionárias do proletariado, que tende a abolir a separação entre dirigentes e dirigidos no processo de produção, distribuição e consumo dos meios necessários à vida, bem como instaurando novas relações sociais, mentalidade, valores, ideias e sentimentos, os quais surgem como embrião no próprio processo da luta encarniçada contra os defensores do capital e do estado. Somente assim, será possível destruir para constituir sobre novas e superiores bases uma juventude e humanidade radicalmente emancipadas e totalmente livres.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Lisandro. *Classe em Farrapos: Acumulação Integral e Expansão do Lumpemproletariado*. Pedro & João Editores, 2013.

_____. A intelectualidade como classe auxiliar da burguesia. *Revista Despierta* – revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas América Latina em Movimento. Número 01, ano 01, de janeiro a junho de 2014

VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

_____. *A Dinâmica da Violência Juvenil*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL

Lucas Maia¹

Este artigo foi escrito para ser apresentado como Conferência no III Simpósio Nacional Marxismo Libertário, ocorrido na cidade de Goiânia nos dias 3, 4 e 5 de setembro de 2014. Este trabalho foi apresentado na mesa redonda: “As Jornadas de Maio e Junho de 2013 no Brasil”, que contou com a participação de Léo Vinícius, Edmilson Marques e Lucas Maia.

As determinações das Jornadas de junho de 2013 no Brasil

Marx, num discurso pronunciado na festa de aniversário do jornal *People's Paper*, comentando a surpresa que a Revolução de 1848 provocou no conjunto da sociedade, afirmou:

Em todas as manifestações que desconcertam a burguesia, a aristocracia e os pobres profetas da regressão, reconhecemos o nosso bom amigo *Robin Good Fellow*, a velha toupeira que sabe cavar a terra com tanta rapidez, esse digno sapador que se chama revolução (MARX, s/d, p. 299).

Para nós hoje, no século XXI, esta afirmação de que as revoluções são um processo inesperado que brota do chão fértil do tecido social é muito mais verdadeira. Temos à nossa disposição, como laboratório de análise, todo o imenso século XX e o conjunto de processos revolucionários que este testemunhou. Como é sabido, as revoluções não podem ser previstas com pesquisas de opinião de tipo *survey*. *Elas expressam a possibilidade do que se apresentava como impossível.*

As manifestações de junho de 2013 no Brasil estão longe de se configurar como uma revolução, embora, por imprevisível que esta seja, talvez estivesse a poucos centímetros de nossos narizes. O fato, contudo, de não ter sido uma revolução, ou seja, uma transformação radical das relações de produção e do conjunto da vida social, não

¹ Geógrafo. Professor do Instituto Federal de Goiás/Campus Aparecida de Goiânia. Militante do Movimento Autogestionário. E-mail: maiaslucas@yahoo.com.br

retira das jornadas de junho sua imprevisibilidade e o assombro que provocou no conjunto das classes conservadoras e as centelhas que inspirou nos corações dos que almejam a revolução.

O que, afinal, fez a sociedade brasileira borbulhar por alguns instantes? Não vou aqui resenhar todo o conjunto de leituras, sobretudo jornalísticas, que existem hoje sobre esta questão, pois além de serem, em sua maioria, profundamente superficiais, repetem-se longamente. Destacarei duas abordagens e a partir delas, apresentarei minha interpretação.

Na campanha presidencial do ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton, um publicitário utilizou a seguinte expressão para discutir as variações da campanha eleitoral: “é a economia, estúpido”. A superficialidade desta afirmação salta aos olhos. Qualquer observação da vida política demonstra que esta afirmação é de um reducionismo economicista extremo. O que me chamou a atenção sobre isto foi o fato de José Arbex Jr. ter feito uma paráfrase da afirmação de nosso publicitário, escrevendo no dia 07 de julho de 2013 um artigo intitulado “É a conjuntura, estúpido!”.

Afirma Arbex Jr.:

A resposta está na conjuntura. Não está na vontade dos dirigentes partidários, sindicais, dos movimentos sociais e nem mesmo do MPL – que foram tão pegos de surpresa quanto qualquer outro cidadão. Não está em manobras e articulações palacianas, nem da “direita” nem da “esquerda” (ARBEX JR., 2014).

A única verdade presente na afirmação é o fato de que todos, exatamente todo mundo, foram pegos de surpresa. Também é verdade que as manifestações não são obra de articulações “palacianas”. O prosseguimento da argumentação gira em torno da ideia de que o Brasil chegou a um momento de “basta”, ou seja, a população não suporta mais o estado precário da saúde, da educação, da corrupção dos políticos profissionais, não suporta ver os gastos desmedidos com Copa do Mundo etc. Este basta, determinado pela “conjuntura”, termo bastante impreciso para se explicitar as determinações que levaram à eclosão das Jornadas de Junho. De fato, a assim chamada conjuntura teve seu lugar: Copa das Confederações, gastos com a Copa do Mundo, escândalos de corrupção, endividamento da população devido a políticas de crédito do governo federal, várias

greves dos trabalhadores da educação municipal e estadual em várias cidades, revolta dos trabalhadores em alguns canteiros de grandes obras, com a usina de Jiral em 2011 etc., etc., etc. são elementos da conjuntura citados por Arbex Jr. que demonstram este estado de “basta” que foi expresso pela ação contestadora da população em junho de 2013.

Em que pese estes elementos de fato componham o leque explicativo das determinações que culminaram na explosão de junho de 2013, a maneira como o autor coloca o problema, em termos de conjuntura, ou seja, como se aquelas jornadas fossem somente o resultado de uma combinação explosiva nos parece insatisfatório. Se a “conjuntura”, ou seja, a articulação dos processos em dado momento e lugar, tem sua importância, não são, contudo, a explicação do fenômeno. Arbex Jr. parou no nível da aparência, não entrando nas determinações mais essenciais que impulsionaram a “velha toupeira” a sair de seu buraco. Como estes elementos da conjuntura se articulam? Vários destes elementos existiam em momentos anteriores e mesmo assim, não explodiram Jornadas de Junho nestes momentos. A explicação de Arbex Jr. é, portanto, totalmente incompleta e insatisfatória.

Ermínia Maricato, em artigo intitulado: “É a questão urbana, estúpido!”, faz interessante discussão acerca das determinações que levaram às Jornadas de Junho de 2013. Como muitos outros intelectuais, a autora defende a tese de que o os governos do Partido dos Trabalhadores – PT nos últimos anos fizeram uma política econômica e social que garantiu certa estabilidade e certa melhora na qualidade de vida da população trabalhadora, fazendo com que milhões de brasileiros ingressassem na “classe média”².

² O uso do termo classe média é em si mesmo problemático, pois, trata-se de expressão genérica, que coloca num mesmo bojo vários grupos e classes sociais distintos. Numa perspectiva marxista, que parte da divisão social do trabalho para interpretar as classes e as lutas de classes daí derivadas, uma tal expressão não tem lugar. Quando se fala em classe média, está-se, via de regra, limitando-se a faixa de renda e por isto, coloca-se numa mesma classe, várias classes que ocupam lugares diferentes da divisão social do trabalho. Por exemplo, se se toma a faixa de renda de 2 a 3 salários mínimos e dá-se a esta faixa o nome de classe média-baixa, por exemplo, pode-se colocar aí: o operário qualificado, o professor da rede básica de ensino, o aposentado etc. Vê-se, claramente, que o termo classe média e sua metodologia de divisão de classe via faixa de renda é um equívoco sem tamanho, pois não apreende a diversidade de classes que ocupam uma mesma faixa de renda, além de não conseguir apreender as relações entre as classes etc. Para uma análise mais detalhada disto, cf. (MAIA, 2011), (VIANA, 2012).

Não é espaço aqui para refutar as leituras destes autores, que enfocam suas abordagens nos programas de governo, mas desconsideram completamente as relações de classe que fundam nossa sociedade. Assim, os governos do PT são melhores que os do PSDB, pois o PT promoveu “aumento real de salário mínimo”, “bolsa família”, “luz para todos”, “Prouni”, “Reuni” etc. sendo, pois, mais atento às demandas do “povo” do que foram os governos anteriores³.

O abandono da perspectiva revolucionária destes pontos de vista “progressistas” é evidente. Ermínia Maricato segue a mesma linha de argumentação, mas acrescenta algo crítico que os autores citados nem sequer consideraram: a questão urbana. Assim, para Maricato (2013), não se trata de “economia, estúpido!” Nem muito menos de “conjuntura, estúpido!”, mas sim de “questão urbana, estúpido!”. Os problemas de mobilidade, habitação, saneamento, abastecimento etc. que assolam todas as cidades brasileiras já eram graves antes do neoliberalismo, mas se acentuaram sobremaneira com a gestão neoliberal das cidades, gestão esta que os governos do PT realizaram com eficácia. Para Maricato, a gestão neoliberal das cidades significou uma política desastrosa em termos de desenvolvimento urbano e isto acentuou sobremaneira os conflitos sociais nas *cities* do Brasil.

Após fazer toda uma análise das políticas urbanas: habitação, mobilidade etc. das políticas institucionais (estatuto da cidade, ministério das cidades etc.) demonstra que embora tenha havido estes avanços no campo da política institucional, do ponto de vista da vida cotidiana dos espaços urbanos, a situação só se agravou nas últimas décadas (remoções devido a megaeventos, ocupação militar de comunidades pobres no Rio de Janeiro, desapropriações violentas em casos de ocupações de terra urbana, aumento incontrolável do preço do solo urbano, crise de mobilidade, trânsito etc.). Os programas do PT criaram “consumidores” endividados, mas agravou a tal ponto a crise urbana, que a população explodiu em manifestações em junho de 2013.

³ Para uma defesa deste ponto de vista, ou seja, de que os Governos do PT significam um avanço sem precedentes na história do país, cf.: Fagnani (2014), Dowbor (2014), Pochmann (2014) etc.

Em que pese concordemos com parte das argumentações de Maricato sobre as determinações da questão urbana no desenrolar dos processos que ocorreram em junho, só quero destacar a pouca atenção dada por ela no texto à questão da organização das lutas sociais nos movimentos de junho de 2013. Mesmo sendo a coletânea (MARICATO et. al., 2013) dedicada às manifestações, a atenção dada pela autora aos sujeitos que iniciaram tudo aquilo é quase nula em sua análise. Este é, efetivamente, sua grande limitação. Embora critique os limites da política institucional (leis, ministérios, partidos etc.) como elementos de resolução da questão urbana, não avança numa leitura de como uma política feita por fora e contra esta institucionalidade contribui para a colocação da questão urbana em novos patamares. Ela percebe os limites da política institucional, mas não consegue inserir, em sua abordagem, os elementos novos⁴.

Após criticar toda a política urbana e a situação das cidades brasileiras, afirma:

Concluindo: para fazer frente a esse quadro, aqui apenas resumido, temos no Brasil leis, planos, conhecimento técnico, experiência, propostas maduras e testadas nas áreas de transporte, saneamento, drenagem, resíduos sólidos, habitação... Mas além disso tudo, *o primeiro item necessário à política urbana hoje é a reforma política, em especial o financiamento de campanhas eleitorais. Então, que viva a moçada que ganhou as ruas* (MARICATO, 2013, p. 26). (grifos meus)

Está evidente que ela não consegue abandonar as formas de organização e luta política que ela mesma denunciou como incapazes de resolver a questão urbana. A única atenção dada por ela aos elementos novos de luta política é: “que viva a moçada que ganhou as ruas”. Esta moçada é externa à sua análise, aparece como apêndice, que no máximo pode fazer a política institucional se movimentar um pouco mais rápido.

Se, a partir do que apresentamos, não se trata de “economia”, não se trata de “conjuntura” e não se trata de “questão urbana”, trata-se de que enfim?

⁴ Após o término da escrita deste artigo, encontramos o livro “Vinte centavos: a luta contra o aumento” (JUDENSNAIDER et. al., 2014), que embora seja extensamente descritivo, dá grande atenção às formas de luta e organização típicos dos coletivos políticos, sobretudo o MPL-SP, que estiveram à frente das lutas empreendidas nas Jornadas de Junho. Mesmo assim, esta obra não se dedica a compreender a natureza, possibilidades, limites destas organizações e sua relação com as Jornadas de Junho. Devido o caráter descritivo da obra, não avança numa leitura teórica das Jornadas e das organizações que nela estavam envolvidas.

Na verdade, não é correto separar esses elementos, que compõem, em verdade, uma totalidade. “O concreto é síntese de múltiplas determinações” (Marx, 1982). As Jornadas de Junho são um concreto ainda mal compreendido, mas já em vias de se tornar completamente explicado. As Jornadas de Junho são, do ponto de vista do método, um resultado, a resultante de um conjunto de processos e por isto mesmo o início da pesquisa. A pesquisa se inicia pelo concreto dado, o processo real, concreto. Vai a pouco e pouco galgando novas informações, articulando saberes já consolidados e compondo um todo explicativo que dê conta de examinar e elucidar tudo aquilo, tornando-se um concreto pensado. Do ponto de vista do desenvolvimento concreto dos processos, as jornadas são a finalização de uma teia de relações dadas. Contudo, do ponto de vista da análise, é o início da pesquisa.

Brant (2014) nos apresenta os seguintes elementos determinantes das Jornadas:

Ao menos doze fatores parecem ter se entrelaçado naquelas semanas: a conjuntura política brasileira, a crise de representação e de participação política, as inspirações internacionais, o histórico recente da luta pela redução da tarifa, a força da pauta do transporte público, o momento da Copa das Confederações, a força do modelo de manifestações, a potência das redes sociais e das narrativas independentes, a violência policial contra manifestantes e jornalistas, a demora na reação dos governantes, a ação da mídia tradicional e, finalmente as múltiplas narrativas e vivência dos atos (BRANT, 2014, p. 34).

Falta método na exposição do autor, que além de enumerar estes “fatos” não consegue avançar na explicação para a emergência das Jornadas, além de apresentar erros de análise imperdoáveis, como, por exemplo, colocar o papel dos partidos políticos e do PT como importante na eclosão dos protestos. Afirma, por exemplo, que o PT hoje é avesso às “classes médias” e mais afeito às classes trabalhadoras etc.

Em nosso entendimento, para a compreensão correta das Jornadas, temos de articular num todo dois elementos: a) “questão urbana”, tal demonstrada por Maricato e b) “conjuntura”, tal como demonstrada por Arbex Jr. Além, claro, de considerar as afirmações de Brant. Contudo, é necessário ir além deles na compreensão das Jornadas.

A questão urbana: mobilidade, habitação, saúde, educação etc. são problemas candentes que assolam a população trabalhadora. A conjuntura: Copa do Mundo, Copa das Confederações, crise de representatividade dos partidos e políticos profissionais,

crise de legitimidade da democracia representativa etc. são catalisadores dos acontecimentos que mudaram a cena política brasileira por alguns instantes. Esses elementos, contudo, colocados como justapostos não nos ajudam a ler adequadamente as Jornadas de Junho.

É necessário destacar três momentos que, em verdade, expressam dois estágios das lutas sociais: 1) as lutas autônomas pela redução da tarifa até o dia 17 de junho; 2) a adesão da população em geral às manifestações até fins de junho; 3) a retomada das lutas autônomas de julho em diante. O primeiro e terceiro momentos expressam as lutas autônomas. O segundo momento expressa o nível das lutas espontâneas (isto será retomado em maior profundidade na última parte deste texto).

Quero, pois, dar destaque aqui, como elemento determinante das jornadas de junho o conjunto de lutas autônomas, sobretudo aquelas cuja pauta fundamental era o transporte, como catalisadoras do que foram as Jornadas de Junho. *Em nossa leitura, esta é a determinação fundamental, que juntamente com outras determinações condicionaram aquelas lutas.*

Por que a centralidade nestas formas de luta em específico? Antes do Brasil ser paralisado na segunda quinzena de junho, já havia uma intensa mobilização de grupos autointitulados autônomos colocando a pauta do transporte (passe livre estudantil, luta contra aumento da tarifa, luta para revogar o aumento da tarifa, passe livre universal etc.) que vinham deste o início do ano, sobretudo após o mês de abril, causando vários distúrbios em algumas capitais de estado. Antes de São Paulo ser tomada de assalto na grande manifestação do dia 17 junho, que reuniu cerca de 250 mil pessoas (SECCO, 2013, p. 73), quatro dias após a abusiva repressão da polícia à manifestação do dia 13 de junho, várias cidades do Brasil já vinham a quase dois meses em intensos confrontos com a polícia e as empresas de ônibus.

Teresina, Porto Alegre, Goiânia... vinham desde abril, mas sobretudo em maio, realizando inúmeros atos, em sua maioria coroados com confrontos com as forças do estado. *O destaque a ser dado aqui é ao tipo organizativo e as práticas de luta destas organizações, que, evidentemente, variando de cidade para cidade, seguiam uma mesma proposta: apartidarismo, ação direta, horizontalidade, combatividade, autonomia etc.* Estes

elementos organizativos deram às manifestações orquestradas por estas organizações um carácter novo (embora este tipo de luta não seja novo nas lutas sociais ocorridas no Brasil na última década). Este carácter novo foi justamente o fato de não serem controladas pelas instituições estabelecidas: partidos, sindicatos, estado, políticos profissionais etc. Nos meses de abril, maio e as duas primeiras semanas de junho, as manifestações não contavam com uma presença numerosa de pessoas. Continham em seu interior basicamente estudantes, em que pese não se possa classificar tais organizações como sendo organizações estudantis, visto suas pautas e ambições irem muito além das demandas dos estudantes. Pode-se afirmar com muita clareza que a juventude estudantil (secundarista e universitária) foi e é hoje na sociedade brasileira o seguimento mais radicalizado. Tal radicalidade foi expressa em seus *molotovs*, máscaras e roupas pretas, combatividade etc. Além desta radicalidade nas ações dentro dos protestos, as organizações (MPL em várias cidades do Brasil), Frente de Lutas (Goiânia), Bloco de Luta pelo Transporte (POA) e outras organizações que surgiram ao longo das lutas de junho sustentando os princípios enumerados acima, deram um conteúdo completamente novo e difícil de ser capturado pela institucionalidade.

Outra questão que deve ser mencionada é a ação violenta do estado brasileiro na condução da construção dos estádios e obras de infraestrutura para a Copa do Mundo no Brasil e Olimpíadas (neste caso específico o Rio de Janeiro), que despejou, violentou milhares de pessoas por todas as cidades sedes. Esta ação violenta do Estado e da FIFA contribuiu para o surgimento de várias organizações de resistência, articulados em seguida na Ancop – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. Mais heterogêneos que os coletivos de luta pelo transporte também se configuram como organizações catalisadoras de inúmeros atos que terminaram por explodir nas Jornadas de Junho de 2013.

Obviamente que as jornadas de junho são muito maiores que estas organizações. Na verdade, as jornadas significaram a adesão da população às lutas articuladas por estes coletivos. Por isto a centralidade que estou dando a tais coletivos e a capacidade de articulação que estes tiveram em levar a luta antes, durante e depois das Jornadas de Junho. Os demais elementos citados aqui: conjuntura, questão urbana, meios de

comunicação, redes sociais etc. são determinações acessórias (acessórias não quer dizer menos importante) no processo de explicação da emergência das Jornadas. *Esta é a justiça que tem que ser feita aos militantes, coletivos que estiveram e estão até hoje envolvidos com os processos de luta.*

Isto não é vanguardismo. Estes coletivos não dirigiram a população, não controlaram as ações desta. Pelo contrário, sempre se mantiveram firmes em suas pautas e propostas de ação, mesmo quando a população cedeu ao *script* da grande mídia e mesmo quando a população, após algumas semanas novamente se recolheu ao “conforto” de seus lares. *Em uma palavra, a determinação fundamental para a existência das jornadas de junho de 2013 no Brasil foi a atuação militante destes coletivos em várias cidades do Brasil antes, durante e depois do enxame de junho.*

Urge, pois, compreender melhor tais organizações.

Origem e essência dos coletivos de luta pelo Transporte no Brasil

Entender as Jornadas de Junho implica e muito em ir além da descrição das manifestações que ocuparam as ruas das cidades brasileiras durante algumas semanas. Na verdade, o processo é anterior e bem mais profundo do que os passos da população em marcha nas avenidas. Descrever dia-a-dia como se deram os acontecimentos é extremamente importante, pois sistematiza informações sobre os acontecimentos, mas de longe passa perto de qualquer explicação do que aconteceu⁵. *Junho de 2013 não se explica pelos acontecimentos de junho.*

As cidades brasileiras são um celeiro de movimentos sociais que se articulam e lutam por várias pautas, com diferentes perspectivas, formas de organização etc. Movimentos de luta por moradia, transporte, organizações e movimentos culturais etc. Uma miríade de práticas, lutas políticas, produções teóricas, culturais se espalham por todas as grandes cidades do país. Suas trajetórias, concepções e práticas são as mais variadas, desde aquelas extremamente integradas e por vezes conservadoras, até

⁵ Este é o caso de Judensnaider et. all. (2014).

aquelas com maior capacidade crítica se justapõem nas cidades. A cidade é um vulcão no qual fermentam muitas ideias e muitas práticas. Isto, por si só, mereceria uma ampla pesquisa para revelar as características políticas destes inúmeros coletivos que surgem, desaparecem, ressurgem e se disseminam pelos bairros, incógnitos do grande público.

Darei destaque aqui para as lutas envolvidas com a questão dos transportes, justamente por que estas organizações saíram do anonimato e tomaram conta das conversas de botequim, dos estudos acadêmicos e dos debates políticos. Estas organizações, variadas que são e diversas que sejam em suas formas, carregam a bandeira de um transporte melhor, desmercantilizado etc. Estas organizações, notadamente o MPL, ganharam a cena pública durante as Jornadas de Junho. Sem desmerecer os Comitês Populares da Copa, os movimentos de luta por moradia etc. que movimentam a cena política de inúmeras cidades do país, destacarei aqui as organizações de luta pelo transporte pela notoriedade que ganharam durante as Jornadas de Junho.

As lutas pelo transporte não são algo novo e acompanham o processo de urbanização do Brasil. São históricas as depredações das barcas no Rio de Janeiro, as depredações de estações de trens e metrô em várias cidades do país, a queima de ônibus, depredação de terminais etc. A história das lutas pelo transporte acompanha o surgimento desta modalidade de locomoção nos grandes centros. As lutas, contudo, operadas nos anos de 1950, 1970 etc. tem pouco a ver com as que se desenrolam hoje no país. As formas de organização e táticas de ação presentes nos movimentos de luta por melhorias no transporte existentes hoje pertencem a momento mais recente na história do país.

Em que pese não existam ainda leituras teóricas extensas sobre as lutas que vem sendo travadas por setores combativos da sociedade, sobretudo a juventude, tendo como pauta e bandeira a melhoria nos transportes, há um conjunto de informações jornalísticas, relatos de militantes, vídeos de manifestações, documentários produzidos etc. que testemunham este momento. A etapa atual do modo de produção capitalista, o regime de acumulação integral⁶, vivenciou durante toda a década de 1980, bem como a

⁶ Para uma leitura teórica sobre isto, cf. Viana (2003; 2009).

década de 1990, aquilo que se convencionou chamar de “pensamento único”. Tratava-se da hegemonia no plano da cultura, da ciência e vida política e econômica dos preceitos do assim chamado neoliberalismo. De meados a fins dos anos de 1990 já começam a emergir alguns descontentamentos, começa-se a se perceber a reemersão de um pensamento contestador: o anarquismo, situacionismo, autonomismo, conselhismo, retomada do pensamento autogestionário etc. Concomitante e parte deste processo de retomada do pensamento crítico, é perceptível também a retomada de práticas questionadoras. Podemos elencar como um dos principais agentes disto o que ficou conhecido como “movimento antiglobalização”, que é, em verdade, uma miríade extremamente ampla de organizações, coletivos, indivíduos, concepções políticas, teóricas etc. O primeiro quinquênio da década de 2000 assiste à consolidação deste momento contestador. O regime de acumulação integral não é mais momento de expressão do “pensamento único”. Consolidou-se pelo mundo ocidental toda uma prática de organização, combate, protesto, cultura etc. de questionamento do neoliberalismo. Alguns apontando para a retomada do estado de bem-estar-social, algo impossível, outros apontando para a necessidade de superação completa das relações capitalistas. Naturalmente que entre um e outro polo existem outras possibilidades, bem grupos que as defendem. Não me interessa aqui analisá-las, mas tão somente demonstrar que o “pensamento único”, que hegemonizou o mundo ocidental nos anos de 1980 e 1990 não existe mais.

É dentro deste quadro amplo, macro que é possível inserir a reemergência das lutas pelo transporte no Brasil. Não se trata aqui de mera repetição das ações espontâneas, cotidianas que ocorrem periodicamente em nossas metrópoles, ou seja, de momentos de fúria da população: queima de ônibus, fechamento de vias, quebra-quebra em terminais, metrô etc. Falo aqui de algo muito mais intenso. Estas lutas espontâneas fazem parte da mecânica comum de organização do transporte coletivo no Brasil. Fazem parte da história deste transporte. Não é algo novo, embora exista até hoje.

Refiro-me aqui às lutas que começaram a ser articuladas a partir de 2005. Estas, contudo, tem sua origem em 2003, na conhecida *Revolta do Buzu*⁷ ocorrida em Salvador, na qual os estudantes secundaristas, sobretudo, paralisaram a cidade por duas semanas para impedir que o aumento da passagem se efetivasse. A luta em torno da questão do transporte, neste contexto, não se restringia a Salvador. Já havia organizações em várias cidades: Florianópolis, São Paulo, Rio de Janeiro etc. que vinham fazendo debates, atividades, discutindo a questão do transporte (valor de tarifa, passe livre estudantil etc.). Em 2004, é a vez de uma imensa mobilização popular tomar conta das cidades de Florianópolis⁸, Porto Alegre etc.

Em janeiro de 2005, durante a realização do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, reúnem-se nesta ocasião várias organizações políticas e indivíduos interessados no debate sobre o transporte coletivo e sobretudo sobre a pauta do passe livre estudantil. Durante esta plenária é fundado o Movimento Passe Livre – MPL. *As lutas em torno da questão do transporte durante os anos de 2005, 2006, 2007 etc. terão influência direta ou indireta das concepções e práticas desta organização.* Outras surgirão ao longo do percurso, mas a referência ao MPL é sempre constante nos coletivos que se envolvem com a pauta dos transportes. Após 2006, as lutas recuam muito, mas continua a existir em várias cidades coletivos do MPL não mais com o vigor e extensão que tinham antes, mas mesmo assim, bastante ativos, mesmo que com alcance bastante limitado. Este refluxo é estrangulado pelas Jornadas de Junho de 2013.

Nas resoluções retiradas nesta plenária, o MPL se define como sendo um Movimento de luta pelo passe livre, mas que visa ir além disto, lutando também pela desmercantilização do transporte. *Trata-se de movimento de caráter autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário.* Organiza-se em núcleos locais federados com base nestes princípios. Cada núcleo local do MPL tem autonomia, independência de atuação frente às questões locais, desde que se subscreva aos princípios definidos nacionalmente.

⁷ A *Revolta do Buzu*, documentário de Carlos Pronzato, que relata os acontecimentos de 2003 em Salvador, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1BjRhZfcLHA&feature=youtu.be>, acesso em 26/08/2014.

⁸ Para um relato e análise das manifestações de Florianópolis em 2004 e 2005, cf. Vinícius (2005; 2006).

Interessante notar que estas características do MPL refletem uma escalada das lutas à escala mundial. O Movimento Piquiteiro na Argentina, o *Reclaim the Streets* na Inglaterra, os Zapatistas no México, o Movimento Antiglobalização, os coletivos e organizações dos precários na Europa, os movimentos de contestação às políticas de austeridade em Grécia, Espanha, Itália etc. Ou seja, trata-se, em fins dos anos de 1990 e primeiros anos da década de 2000 de reemergência da prática contestadora, que em alguns momentos se aproximam de uma verdadeira perspectiva revolucionária (mas isto é assunto para outro momento). O MPL e os demais coletivos que lutam pelo transporte no Brasil são parte deste movimento mundial de ascensão das lutas. Inclusive as práticas, concepções políticas e teóricas, formas de luta, organização etc. apresentam certa semelhança em várias partes do mundo (a tática do protesto convocada virtualmente, o apartidarismo das organizações, a prática de quebra de bancos e demais símbolos do capitalismo etc.) são todas características que estão presentes em atos convocados pelo MPL e que são observadas também em organizações em outras partes do mundo.

Sobre estas organizações de luta pelo transporte, pontuo aqui três elementos que se conectam: a) o papel ativo da juventude nas lutas sociais; b) a forma de organização e atuação; c) papel aglutinador da juventude organizada por meio de pautas e demandas mais amplas que demandas estudantis e juvenis.

Definir juventude não é nosso propósito aqui. Tomemo-la como sendo um grupo social típico da sociedade capitalista. Este grupo social, de caráter policlassista assume importante papel nos rumos das lutas políticas no Brasil contemporâneo⁹. Encarcerados nas salas de aulas em escolas e universidades, este grupo social vem assumindo a hegemonia como grupo organizado em importantes esferas de lutas. *Os estudantes (e isto é o mais interessante nas lutas atuais) vem em constante esforço em levar suas demandas para além dos limites de suas pautas limitadas de estudantes.* O MPL, em sua origem, coloca a questão do passe livre estudantil como principal pauta de luta, mas sem desconsiderar a necessidade de ir na raiz dos problemas relativos ao transporte e portanto, de atacar as empresas e o estado. Recentemente, vem lançando a bandeira do

⁹ Para uma discussão mais aprofundada sobre o conceito de juventude, cf.: Viana (2004).

que chama de “Tarifa Zero”, levando a pauta do passe livre estudantil para além de si mesma, ou seja, defendendo a universalização do passe livre¹⁰. *A juventude converteu-se nos últimos anos no setor mais radicalizado das lutas sociais no Brasil. As organizações que cria, as lutas que empreende, as ideias que elabora etc. são a ponta de lança das lutas sociais no Brasil.* Há muito o que avançar, mas a tentativa de converter, por exemplo, um movimento com pautas exclusivamente estudantis em um movimento que abarque outros setores (menos organizados) da sociedade demonstra este avanço de compreensão, organização e mobilização da juventude. Não estou, com isto, afirmando que tais coletivos são compostos exclusivamente por jovens estudantes. Isto não corresponde à verdade. Contudo, numericamente são hegemonia em tais organizações. As ruas de junho borbulharam de juventude.

O segundo ponto a ser destacado é a forma de organização e as táticas de luta. Já mencionamos rapidamente isto, mas é necessário aprofundar um pouco mais. Os princípios de apartidarismo, autonomia, independência, combatividade, ação direta, horizontalidade etc. norteiam os coletivos do MPL e outras organizações que estiveram envolvidas com as lutas pelo transporte na última década. As velhas organizações tradicionais (partidos, sindicatos), as concepções vanguardistas (leninistas, sindicalistas etc.) não tem mais a ressonância que tinham antes. Pelo contrário, são muitas vezes combatidas, tanto no campo dos debates, quanto no campo das lutas concretas. São velhas organizações e velhas e bolorentas ideologias que tentam ainda ter um lugar nas lutas progressistas. Estão, contudo, em maus lençóis, pois suas velhas ideias e suas ultrapassadas práticas já não tem mais lugar. Em Goiânia, por exemplo, uma organização maoísta (MEPR), em uma das reuniões da Frente de Lutas pelo Transporte (Coletivo que empreendeu as lutas em Goiânia), tentou fazer prevalecer seu método de organização (centralismo democrático) e foi unanimemente rechaçada. O que há de novo em tudo isto, é que as velhas institucionalidades estão, na prática, sendo superadas. As críticas teóricas ao vanguardismo são antigas, mas esta velha ideologia teima em continuar existindo. Toda vez que há uma ascensão das lutas dos trabalhadores, as concepções,

¹⁰ Para mais informações, cf.: <http://saopaulo.mpl.org.br/tarifa-zero/>. Cf. também Pechanski (2013).

instituições e ideologias típicas do bolchevismo e subprodutos (trotskismo, stalinismo, maoísmo etc.) são superadas. É justamente isto o que vem ocorrendo. O bolchevismo só tem lugar quando as classes trabalhadoras ou os setores mais radicais (como a juventude agora) não estão em movimento. Quando estes setores acordam, a primeira tarefa é derrubar o inimigo mais próximo, que se passa como amigo (o vanguardismo). É isto o que está acontecendo nas lutas contemporâneas no Brasil. Um último ponto a ser considerado sobre a questão da organização é o fato de serem irrecuperáveis pelo estado e suas institucionalidades cooptadoras. Basta ver o desespero da polícia, da mídia corporativa, do estado etc. em encontrar líderes para as manifestações. Como não encontram, pois não existem, inventam: veja o caso dos estudantes presos em Goiânia (operação 2,80), no Rio de Janeiro (caso Hideki) etc.

O último elemento a ser considerado é o papel que cumpre a juventude organizada em aglutinar outros setores da sociedade. Este é um ponto a ser considerado com bastante clareza, pois é justamente o calcanhar de Aquiles destas organizações. Em sua grande maioria, por serem majoritariamente estudantes, estes coletivos não estão nos locais de trabalho, tem, portanto, muita dificuldade em mobilizar trabalhadores para agirem como membros da classe trabalhadora. Por exemplo, nas Jornadas de Junho, a classe operária não entrou como classe operária durante os protestos. Se o tivesse feito, as proporções e ações seriam ainda mais difíceis de serem recuperadas pelo estado, pela mídia, pela política parlamentar etc. (voltarei a isto no último tópico de nossa reflexão). As pautas colocadas por estes coletivos (redução da tarifa, tarifa zero, passe livre estudantil etc.) é aglutinadora por si mesma, pois toca em problemas diretamente pertinentes às classes trabalhadoras (usuárias do transporte). Aqui também é importante citar, como elemento explicativo das Jornadas de Junho de 2013, os Comitês Populares da Copa, que tiveram destacado papel junto às comunidades violentamente expulsas de seus lares. As pautas colocadas pelos coletivos tem papel aglutinador, mas isto não implica que conseguirão aglutinar mais trabalhadores com estas bandeiras. Fica aqui a colocação de uma questão que somente o processo histórico dará bom termo. Em junho de 2013, “o processo histórico” deu prova do que pode acontecer. Em 2014 assistimos a

atuação militante dos coletivos sem grande poder de aglutinação. A história decidirá que caminho tomará esta encruzilhada.

O desenrolar dos acontecimentos I: o papel da mídia corporativa

Como aludimos, as manifestações pelo Brasil não começam em junho. Em algumas cidades, já havia protestos desde o mês de abril. Em São Paulo, começam os protestos no dia 06 de junho. No Rio de Janeiro, no dia 10 de junho. Em São Paulo ocorre uma escalada das manifestações e no ato do dia 13, ocorre uma brutal repressão da polícia, onde manifestantes, transeuntes, jornalistas todo mundo sem exceção foi violentamente atacado pelos efetivos policiais. Até o dia 13, a postura da grande imprensa era sempre a mesma: atacar *in tottum* os manifestantes.

Neste ato do dia 13, que contou com milhares de manifestantes e os atos contando com cada vez maior adesão da população, a mídia corporativa seguia com sua cantilena de acusar os manifestantes de “vândalos”, “baderneiros”, de atrapalharem o trânsito etc. O “grande” apresentador José Luiz Datena faz uma enquete para avaliar a opinião de seu público. Formula a seguinte pergunta: “você é a favor deste tipo de protesto?”. Após alguns minutos, quando a proporção de pessoas favoráveis era muito maior do que as pessoas contrárias, meio assustado diante da situação e gaguejando, Datena diz: “acho que o povo não entendeu a pergunta. Vou formular de novo”. Completamente desconcertado diante do resultado, para ele totalmente inesperado, ele formula a nova pergunta, pouco depois de dizer que era contra protestos com “baderna”. Formula a nova pergunta: “você é a favor de protesto com baderna?”. Novamente, após alguns minutos, a enquete demonstra que realmente a população era a favor daquele tipo de manifestação. Sem ter como remediar o problema, ele diz: “tira isto daqui”, referindo-se aos números da enquete que ainda estavam disponíveis na tela¹¹.

No dia 06/06/2013, primeiro ato em São Paulo, Arnaldo Jabor, outro grande bufão que passa por importante cronista, afirma em um de seus comentários no Jornal Nacional

¹¹ Uma boa risada pode ser dada assistindo a este vídeo no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=e0PzlvxzTtM>, acesso em 26/08/2014.

que os protestos eram o produto de uma “classe média”, que não tinha objetivo político algum, a não ser “odiar a cidade”. Os protestos não tinham razão de ser, pois quem estava protestando era a classe média que não anda de transporte coletivo e, portanto, os vinte centavos de aumento não fariam qualquer diferença para eles. Tratava-se de um bando de rebeldes sem causa, que viviam nas barbas de um “comunismo dos anos 1950”. Eram, pois, um bando de desocupados e rebeldes sem causa vindos da classe média para atormentar a cidade¹².

No dia 16/06/2013, em outro comentário, emite nosso bufão a seguinte opinião: “À primeira vista, este movimento parecia uma provocação inútil, que muitos criticaram erradamente, inclusive eu...”. Continua: “Só há dois perigos: a tentação da violência e o vazio”¹³. Aqui já se começa a delinear o tom da mídia corporativa no restante de toda a Jornada de Junho: a separação entre “vândalos” e “pacíficos”.

Os protestos, como dissemos, iniciaram-se ainda no mês de abril, intensificando-se em maio e explodindo em junho. Até o protesto do dia 13 de junho em São Paulo, as manifestações eram volumosas, mas nada que se compare ao que ocorreria dias depois. No dia 13 de junho, a repressão da polícia aos manifestantes foi algo completamente desproporcional, na verdade, nada muito diferente do que já vinha acontecendo em outros lugares. Esta, contudo, contou também com a repressão completamente desproporcional dos próprios jornalistas que cobriam os acontecimentos. Muito já se disse sobre isto e de fato, considero que tenha certa validade, a brutal repressão e a cobertura sensacionalista deste evento criou um certo clima de comoção social. Após o dia 13, as manifestações começam a adquirir o caráter massivo que caracterizou as Jornadas de Junho.

Até então, as pautas colocadas pelos manifestantes eram concretas, limitadas a questões pontuais: não aumento da tarifa, passe livre estudantil, contra remoção de comunidades por conta das obras da Copa etc. Após o dia 13 e no prosseguimento dos

¹² O vídeo se encontra no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=tNqmpgMvdSc>, acesso em 27/08/2014.

¹³ Para assistir ao vídeo, acesse o link: <https://www.youtube.com/watch?v=yKpxMJxfrsg>, acesso em 27/08/2014.

acontecimentos, a adesão cada vez mais incontrolável de pessoas aos protestos, fez com que a mídia corporativa assumisse outra estratégia para lidar com tudo o que estava acontecendo. Inicialmente, negando e criticando o conjunto das manifestações e dos manifestantes. Não havia, até os dias subsequentes a 13 de junho a separação entre “vândalos” e “pacíficos”. A partir do dia 17 de junho, momento a partir do qual os protestos já eram algo incomensurável, sendo os maiores em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Aqui, a mídia corporativa assume papel importante dentro dos acontecimentos, não como mero meio de comunicação, mas como agente político, como setor que disputa os rumos do movimento. Ao invés de usar a velha ladainha de que os protestos atrapalham o trânsito, prejudicam a população etc., o discurso passa a ser outro e, infelizmente, foi bem eficaz. A primeira grande sacada foi dividir os manifestantes em “vândalos”, “baderneiros” e “pacíficos”. De uma hora para outra, os organismos de comunicação passaram a ser favoráveis aos protestos, mas desde que depurados dos “baderneiros”. Isto cumpriu importante papel durante os atos, principalmente no ato unificado nacionalmente do dia 20 de junho¹⁴. Este, um dos maiores, que reuniu milhões de pessoas em todas as grandes cidades e mesmo cidades médias e pequenas do país, foi um protesto numericamente exuberante, mas que veio bastante hegemonizado pelo discurso midiático. Foi justamente após a “mudança” de opinião da imprensa, que começou, por exemplo, o ato de se abaixar toda vez que havia algum rumor de que estivesse ocorrendo alguma depredação. Este ato de se abaixar, tornava a ação da polícia mais fácil no processo de repressão dos “vândalos”.

Outro ponto que a mídia corporativa foi vitoriosa na condução do discurso sobre os protestos foi a inserção de elementos cívicos: bandeira do Brasil, hino nacional, amor à pátria etc. Este ponto gera certa confusão, pois a partir daí, vários “intelectuais”, militantes etc. começaram a dizer que os protestos eram coisa realmente de “classe média”, que não tinham “povo” etc. Os elementos cívicos não tornam os manifestantes

¹⁴ Este ato ficou conhecido como a “revolta dos coxinhas”, em referência aos manifestantes que se comportam civicamente nos protestos, bem como defendem bandeiras e pautas genéricas, se aliam à grande imprensa e defendem a ação da polícia contra os “vândalos”.

“classe média”. Ao contrário, demonstram que a radicalidade dos mesmos estava ameaçada. As ideias realmente, quando na cabeça das massas, se transformam elas também em força material. Marx estava completamente correto quando afirmou isto. Contudo, em junho de 2013, as ideias que a mídia fazia questão de divulgar, disseminar, reforçar, eram as de civismo, justamente por que o civismo permite a ocultação do caráter de classe das lutas. E estas ideias tiveram força na condução do movimento.

Mas um terceiro elemento ainda pode ser considerado como vitorioso na atuação da mídia corporativa durante os protestos: a migração das pautas de luta de demandas concretas para coisas mais desfocadas: saúde, educação, segurança, corrupção etc. Estas pautas, na verdade, colocadas de modo genérico foram algo espontâneo, que a população nas ruas trouxe. Se antes, as pautas eram: transporte e impactos da Copa, agora, se diluem em demandas reais, colocadas de modo genérico pela população. A mídia corporativa foi bastante eficaz em conduzir estas pautas para este nível genérico¹⁵.

A questão da corrupção também foi uma demanda que surgiu nas ruas e foi catalisada pelo discurso midiático. A imprensa, na verdade, vem a décadas denunciando os escândalos de corrupção. A crítica à corrupção, cotidianamente presente nos pasquins brasileiros, desdobrou-se nas ruas também como gritos genéricos contra a corrupção. Este grito genérico, também, acabou por converter-se como uma negação da política parlamentar, dos políticos profissionais, dos partidos políticos etc. (aqui a população já estava indo longe de mais, veremos isto logo à frente).

Hoje, em 2014, um ano após as Jornadas de Junho, olhando para tudo aquilo que estava ocorrendo, podemos dizer que os barões da comunicação foram inteligentes e astutos no trato das manifestações. Eles são capazes de rever questões pontuais de seus discursos retrógrados para reafirmar pontos de vista aparentemente progressistas, quando, na verdade, estão recolocando sua ladainha em novo patamar. Devemos estar

¹⁵ Em artigo escrito por nós ainda no calor dos protestos, publicado na Revista Enfrentamento, apresentamos a discussão de que o problema não foi a dispersão de pautas, como muitos colocam, mas sim a incapacidade dos manifestantes de converter esta pauta dispersa em várias demandas concretas, articuladas em locais de trabalho, moradia etc. Uma discussão mais pormenorizada sobre isto, pode ser encontrada em (MAIA, 2013).

atentos quanto a isto. Os barões da comunicação podem ser gordos preguiçosos e acomodados, mas não são nenhum pouco desatentos para o que está acontecendo. E, para defender seus interesses de classe, são capazes das mais ardilosas artimanhas. Foi assim que conseguiram retirar a potência contestadora de grande parte dos manifestantes.

O papel das demais mídias também é bem conhecido: facebook, tweeter, mídia NINJA etc. tornavam possível a produção e circulação de informações muito mais fidedignas do que aquilo que era veiculado pela imprensa corporativa. Infelizmente, estas mídias ainda não tem o poder que a TV, o jornal impresso, o rádio ainda tem. Contudo, é notável o papel que estas novas mídias tem, não só para informar, mas para mobilizar também. Este é um perigo que as classes dominantes tem que correr hoje em dia. A internet não foi criada para contestação, mas, felizmente, está sendo usada para isto.

Agora, justiça seja feita. A imprensa teve sim este papel nefasto para as lutas que começavam a desabrochar em 2013. Contudo, como destacarei de modo mais aprofundado no último tópico, a grande derrota ou paralisia do movimento não se deveu ao papel desmobilizador dos meios de comunicação. Estes tiveram seu lugar. A determinação fundamental, contudo, para explicar, inclusive este papel da mídia corporativa, foi a incapacidade do movimento de ir para além de si mesmo. Foi a incapacidade da população de desdobrar os protestos em organizações variadas, perenes, autônomas etc. Voltarei a isto mais à frente.

O desenrolar dos acontecimentos II: o ataque aos partidos políticos de “esquerda”¹⁶

¹⁶ Utilizo aqui a expressão “esquerda” entre aspas para destacar que se trata de termo bastante vago e coloca num mesmo campo ou espectro político diferentes perspectivas de classe. Prefiro as distinções feitas por Viana (2003a) que distingue as variações no espectro político não a partir da frouxa afirmação de esquerda, direita e centro. Sua proposta para analisar as variações presentes nos partidos políticos parte da ideia de que os partidos podem ser classificados segundo critérios mais rigorosos e que expressam de fato suas perspectivas ideológicas, suas práticas políticas e perspectivas de classe. Para ele, os partidos podem ser divididos entre: a) partidos burgueses; b) partidos socialdemocratas; c) partidos bolcheviques; d) partidos pequenos. Não irei aqui fazer a discussão acerca das diferenças entre todos eles, para tanto, cf. a obra citada.

Os protestos do dia 17 de junho em diante, mas sobretudo após o do dia 20 foram marcados por dois grandes elementos: 1) a colocação de pautas genéricas, como já destaquei e a ascensão do discurso cívico, expresso na estética dos manifestantes: roupa branca, balões verde e amarelo, cantoria do hino nacional etc. 2) ataques aos partidos políticos de “esquerda”.

Este segundo ponto merece uma discussão em separado, justamente por que tomou a cena dos debates políticos, principalmente na assim autoproclamada esquerda. O que significa, de fato, estes ataques? As principais organizações, motivadoras dos protestos, são coletivos autointitulados apartidários. Os partidos, sobretudo bolcheviques (PSTU, PCO, PCB), participaram desde o início das manifestações em algumas cidades. Pelo fato dos coletivos que estavam à frente dos protestos serem apartidários e não antipartidários tal participação era garantida, mas isto não implica que não fosse eivada de desconfianças e conflitos permanentes de perspectivas, de práticas etc. no interior de tais coletivos.

Quando os protestos saíram completamente da hegemonia dos coletivos que iniciaram as lutas e se tornaram massivos, ou seja, quando a população aderiu às manifestações, começaram também os ataques aos partidos de esquerda. Vários foram os intelectuais, partidos políticos, grupos de esquerda etc. que começaram a chamar isto de “fascismo”. Algo que se tornou recorrente durante os protestos na segunda quinzena de junho foi o impedimento dos partidos em erguer suas bandeiras. Relatos de agressões físicas a membros de partidos políticos identificados com camisetas, bandeiras etc. destas organizações estão espalhados aos montes. Soma-se a isto um outro problema que é a presença de grupos neonazistas (pequenos, diga-se de passagem), mas que com sua violência e irracionalidade conseguem gerar vários transtornos, agredindo os manifestante identificados como membros de partidos (sobretudo bolcheviques).

O primeiro problema que surge desta questão é a atribuição e generalização derivada de que a crítica aos partidos políticos de “esquerda” é fascismo. O uso do termo fascismo deixou, durante as lutas de junho, de ser a expressão de um processo concreto, para se tornar uma adjetivação. Criticou, atacou os partidos etc. já o classificaria como fascista, tomado como termo pejorativo e não conceito explicativo de uma da realidade.

Tornou-se um xingamento. Longe de mim defender qualquer coisa que se aproxime do fascismo. Só quero destacar que devemos tomá-lo pelo que ele é. Para que efetivamente o uso do termo deixe ser uma mera retórica em defesa dos partidos de “esquerda” (bolcheviques e socialdemocratas) e se torne efetivamente um conceito que expresse um processo real, concreto.

Não podemos definir o fascismo com base em partes isoladas. Ele é um todo e deve ser tomado como esta totalidade. Se a irracionalidade (e a violência que geralmente se deriva daí) são características do fascismo, este não pode ser definido tendo como base estes elementos, pois transcende a isto. A violência está presente no fascismo e é parte daquilo que o define. Mas nem todo ato de violência é fascismo. Este pressupõe um conjunto de outras práticas, instituições, ideologias.

Otto Rühle, em 1939, auge do fascismo na Europa, publica um texto que apresenta a tese de que o bolchevismo (de Lênin a Stálin) deve ser colocado no rol de ideologias e práticas fascistas. O texto é polêmico. O que me interessa, contudo, da discussão que ele faz, é a definição do que caracterizaria o fascismo e estes elementos, segundo argumenta, estão presentes no bolchevismo¹⁷.

Rühle, após citar as características do “movimento bolchevique”, afirma:

Estes nove pontos demonstram uma oposição irreconciliável entre o bolchevismo e o socialismo. Eles ilustram, com toda a clareza necessária, o carácter burguês do movimento bolchevique e o seu parentesco próximo com o fascismo. *Nacionalismo, autoritarismo, centralismo, direcção do chefe, política do poder, reino do terror, dinâmicas mecanicistas, incapacidade de socializar* - todos esses traços fundamentais do fascismo existiam e existem no bolchevismo. O fascismo não passa de uma simples cópia do bolchevismo. Por esta razão, a luta contra o fascismo deve começar pela luta contra o bolchevismo (RÜHLE, 2014) (grifos meus).

Sem entrar no mérito das críticas ao bolchevismo aqui, é necessário destacar os pontos definidores do fascismo: nacionalismo, autoritarismo, centralismo, direção do chefe, política do poder, reino do terror, dinâmicas mecanicistas, incapacidade de

¹⁷ Para uma discussão mais aprofundada sobre a relação entre bolchevismo e comunismo de conselhos (corrente política e teórica da qual Rühle é um dos principais representantes), cf. nosso trabalho Comunismo de Conselhos e Autogestão Social (MAIA, 2011).

socializar. Estes pontos, partes instituintes do fascismo formam um todo institucional e ideológico que definem uma prática determinada, inserida dentro das instituições e reproduzidas por elas. Assim, não podemos caracterizar, em hipótese alguma, os brados cívicos e os ataques aos partidos políticos como sendo fascismo. Parte destes elementos estão contidos no fascismo, também no liberalismo, mas fascismo e liberalismo são mais do que isto.

Para entender melhor o significado daquilo tudo, é urgente romper com a mera adjetivação “fascista”. Deixemos o uso do termo para ser empregado de modo adequado e quando realmente estivermos fazendo referência à institucionalidade e práticas que este necessita (o partido, o estado, o poder, o terror etc.). Há, portanto, um erro, que não é, todavia, desvinculado de determinados interesses, por parte dos intelectuais de esquerda e partidos bolcheviques e socialdemocratas em qualificar aquilo de fascismo. Abandonemos esta expressão e mergulhemos nas determinações que explicam aqueles acontecimentos.

Primeiro imbróglio a ser descortinado: as agressões não foram cometidas somente por grupos neonazistas. Estes tiveram seu lugar e de fato, em várias cidades, provocaram tumulto e fizeram o que sabem fazer de melhor: ofender, agredir, tornar público a irracionalidade de suas ideias e de suas práticas. Estes grupos e estas ideias devem ser duramente combatidos. Estes grupelhos, contudo, não tem a força, a organização e a dimensão que andam por aí emprestando a eles. Estão sendo supervalorizados demais. Devemos estar alertas quanto a eles, mas devemos, sobretudo, reconhecer seu papel político hoje em dia: zero à esquerda, ou melhor, à direita. Prova disto foi a Marcha Pela Família com Deus, que grupos conservadores do país organizaram em várias cidades brasileiras, sendo em sua maioria um fiasco total, não conseguindo aglutinar em vários lugares nem uma dezena de pessoas, sendo a única expressiva, a de São Paulo, que chegou a reunir em torno de 1000 pessoas¹⁸.

A existência dos grupos neonazistas e as ações que estes desempenharam durante as manifestações só nos servem de alerta que a tendência ao fascismo existe e

¹⁸ Para mais informações, cf. (SANTIAGO & PINHO, 2014).

disputa os rumos da história. Não tem a força, que já tiveram em outros momentos, mas são uma potencialidade histórica. O ataque dos neonazistas aos partidos políticos bolcheviques e socialdemocratas é parte de um projeto político, ainda hoje no Brasil algo distante para eles de conquista do poder de estado etc. Isto não se passa com o conjunto de ataques que foram denunciados durante as Jornadas de Junho.

O ataque da população aos partidos políticos, em sua grande maioria sem formação política consolidada, sem experiência e prática de participação em organizações políticas etc., seja violentamente, seja simplesmente impedindo que estes erguessem suas bandeiras, é outro processo. Por que faço esta distinção? As motivações são outras. Os neonazistas tem um plano, ainda que irrealizável a curto prazo, de tomada do poder de estado (uma das bandeiras da Marcha da Família, por exemplo, era o retorno dos militares ao poder). A população, quando ataca (violentamente ou não) os partidos, está, via de regra, rejeitando os partidos políticos em geral, os políticos profissionais, a política parlamentar como vem sendo feita desde a promulgação da constituição de 1988. Há que se reconhecer que as Jornadas de Junho, em seu modo difuso de acontecer, foi uma rejeição à democracia parlamentar. O grande problema é que não surgiu nada no bojo das lutas que visasse transpor as instituições políticas existentes. Os protestos não conseguiram sair do nível do protesto, da negação. Negaram tudo e não afirmaram nada (exceto, claro, as propostas dos coletivos organizados em torno da questão dos transportes e dos impactos da Copa do Mundo).

A rejeição, portanto, aos partidos políticos foi uma recusa primitiva da política parlamentar. Foi o primeiro momento de contestação. Foi o grito de “não” aos partidos, “não” aos políticos profissionais. Isto foi feito de modo agressivo, expressão primitiva da contestação. Isto foi feito de modo espontâneo. Esta recusa da política parlamentar não foi, contudo, acompanhada de outra política que afirmasse outras práticas, outras organizações etc. Daí a afirmar que se tratava de fascismo é mera retórica, pois, de fato, foi muito além deste. Os neonazistas/fascistas tiveram seu lugar, mas a recusa geral da população foi muito mais do que eles, foi muito além deles. A análise teórica do processo nos demonstra isto. Paremos, pois, de repetir *ad infinitum* os discursos das esquerdas burocráticas que somente adjetivam toda esta recusa como fascismo.

O desenrolar dos acontecimentos III: a questão da “violência”

Este foi um tema que percorreu toda a Jornada de Junho e teve desdobramentos vários e na verdade ainda hoje povoa o imaginário e as análises que tocam nos acontecimentos daquele momento. Por isto, é necessário que se faça uma apreciação crítica do que comumente se diz a respeito deste aspecto das Jornadas. O que é, pois, violência? Esta é uma palavra usada indiscriminadamente e sem o menor rigor, principalmente quando o debate é o uso da violência em atos com caráter político.

Viana (2004) considera

(...) a violência como um fenômeno social caracterizado pela imposição – pela força física ou por qualquer outra forma de se constranger outro a aceitar algo indesejável ou prejudicial ao desenvolvimento natural do indivíduo/grupo social (...). Desta forma, a violência é uma relação social de imposição e não se confunde apenas com a violência física ou com a criminalidade, abrangendo, portanto, um conjunto de fenômenos que vão além destes (VIANA, 2004, p. 29).

Esta definição geral do fenômeno da violência nos serve como ponto de partida para o entendimento do problema da violência dentro dos acontecimentos das Jornadas de Junho. A violência é uma relação social de imposição de um indivíduo/grupo/classe social a outro indivíduo/grupo/classe social. Esta relação de imposição manifesta-se nas mais diversas formas: violência urbana, criminal, simbólica, educacional, política, juvenil etc. Naturalmente que não analisarei estas formas aqui. Fugiria completamente aos objetivos que me acometem agora.

Como entender, pois, os acontecimentos de Junho de 2013 à luz desta definição? Em primeiro lugar, há que se reconhecer dois tipos de violência: uma violência primária, originária, marcada por um conjunto de imposições, fundadas em relações de poder, e uma violência secundária, reativa, resultante, consequência da primeira.

As Jornadas de Junho, como destacamos, iniciam-se como uma ampla reação, revolta de setores mais ou menos organizados contra o sistema de transporte coletivo. Tratou-se, pois, de uma reação a um processo cotidiano, institucionalizado de violência imposta pelo Estado e empresas capitalistas operadoras do sistema ao conjunto da população usuária do transporte. Esta violência cotidiana, originária é a causa dos processos de reação. Um indivíduo, grupo ou classe social suporta até certos limites um *quantum* de violência, ou seja, de imposição. Quando tal limite explode, surgem atos de

contestação, que, quando envolvem grupos e classes sociais explodem em movimentos políticos. As Jornadas de Junho são uma resposta à violência cotidiana e de fato significou um conjunto de imposições às classes dominantes: foram obrigadas a reduzir o valor das tarifas, votarem leis no parlamento que teriam outro resultado caso não tivessem ocorrido as Jornadas, ceder perante a pressão das pessoas nas ruas etc.

A violência está, pois, na raiz das Jornadas de Junho. Não existiriam se as empresas e o estado não violentassem cotidianamente a população. Catraca, tarifa, atrasos, superlotação, frota sucateada etc. são as imposições que as classes dominantes enfiam goela abaixo nas classes exploradas usuárias do transporte. Depreende-se daí que sim, as Jornadas são violentas, mas antes de tudo, uma violência reativa à violência imposta pelas classes dominantes. O que deve, na verdade, ser questionado em princípio, não são os atos violentos encenados nas ruas de todo o Brasil durante o mês de Junho, mas sim, a violência fundamental que gerou tudo isto. *A consigna gritada em todas as manifestações, pichadas nos muros e desenhadas em faixas é verdadeira: “violento é o estado”*. Poderia-se acrescentar: violento é o estado, a burguesia, os partidos políticos, os sindicatos, enfim, todos os indivíduos, classes sociais e instituições comprometidas com a ordem social estabelecida.

Diretamente vinculado ao debate em torno da violência dentro das Jornadas de Junho, a primeira referência que é feita, principalmente pelos espíritos menos críticos e fundamentalmente pela mídia corporativa e intelectuais conservadores, são os Black Blocs. As Jornadas de Junho tornaram os Black Blocs famosos no Brasil. Em Europa, Canadá e Estados Unidos, a referência nos meios de comunicação a este fenômeno dentro das manifestações ganhou notoriedade desde os famosos dias de Ação Global dos Povos, os “movimentos antiglobalização” etc. já no final da década de 1990 e início dos anos 2000. Black Bloc faz parte das manifestações nestes países a bastante tempo e já existe uma extensa bibliografia sobre sua atuação nestes protestos, bem como os apoios e críticas que recebem por seu modo específico de operar nas manifestações.¹⁹

¹⁹ Uma leitura panorâmica deste fenômeno na América do Norte e Europa pode ser encontrada em Dupuis-Déri (2014).

A assim chamada tática Black Bloc atuou em quase todas as manifestações nos grandes centros do Brasil. Aqui no Brasil, como de resto em todo lugar onde se emprega a prática Black Bloc desde início dos anos 2000, o mesmo fenômeno aconteceu: a divisão dos manifestantes entre “pacíficos” e “vândalos”. Já discutimos isto em momento anterior, resta aqui só destacar o papel do Black Bloc nisto. Em todos os textos divulgados por indivíduos que adotam a postura Black Bloc sempre se repete a mesma tese: não somos um grupo, um coletivo, somos uma tática. Esta é a maneira segundo a qual todos os que se definem com tal, bem como os analistas que se dedicam a compreender o fenômeno afirmam.

Dizer que o Black Bloc não é um grupo, uma organização não me parece totalmente correto. Da mesma forma que defini-lo como sendo uma tática também não me parece totalmente acertada. De fato, o Black Bloc não é uma organização formal, com estatutos, manifesto etc. publicizados. Mesmo assim, onde quer que se forme um Black Bloc, um mesmo *modus operandi* se estabelece, uma mesma estética e prática de ação se afirmam, um conjunto de princípios: horizontalidade, decisão coletiva, não existência de líderes etc. se configura. Assim, de fato, o Black Bloc não é uma organização formal. Trata-se de uma organização informal, com caráter intermitente, mas mais ou menos consolidada a partir de determinados princípios e formas de atuação.

O outro ponto que se relaciona diretamente com este é a tese de que o Black Bloc é uma tática. Ou seja, afirmam seus adeptos e analistas: o Black Bloc não é uma organização, mas sim uma tática. Esta ideia me parece uma meia verdade. No discurso militar (de onde a expressão tática é emprestada) é sempre parte de algo maior e mais amplo, ou seja, uma estratégia. No léxico militar, portanto, tática só tem sentido se estiver inserida dentro de um outro quadro maior de referência que é a estratégia. Neste sentido, haveria lugar para uma tática Black Bloc, se houvesse uma estratégia Black Bloc. Ao que me consta, esta não existe. O estudo de Dupuis-Déri (2014) é bastante ilustrativo disto. O Black Bloc como coletivo se afirma e se esvai no próprio protesto. Ele se forma na manifestação (algumas horas ou dias antes, depende muito do momento, da cidade onde irá ocorrer etc.) e assim que o protesto se finda, o Black Bloc também é finalizado enquanto coletivo. Assim, o uso da expressão tática para a prática Black Bloc me parece bem inapropriada, pois ele não vai além de si mesmo.

Poderíamos dizer que existe efetivamente uma prática Black Bloc. Esta prática, esta ação é o que define e é o que funda o Bloco Negro. Em que consiste esta prática? Como afirma Dupuis-Déri (2014), o Bloco Negro é uma espécie de estética. Sua estética é, contudo, fundada em princípios organizativos e objetivos políticos mais ou menos colocados. Trata-se de uma estética, não por que a forma seja o fundamental, mas sim, por que o conteúdo que visa expressar determina a forma de organização, ação e posturas.

Esta prática, esta ação Black Bloc, fundada em determinados *modos operandi* definem o grupo. Duas formas de ação podem ser destacadas: a) enfrentamento com as forças policiais; b) depredação de símbolos do capitalismo e suas instituições. Este segundo ponto faz parte da “estética” Black Bloc. Como afirma Dupuis-Déri (2014), o Black Bloc faz de seu alvo, sua mensagem. “O alvo é a mensagem”. Um banco, uma concessionária de carros de luxo, um prédio de uma instituição estatal etc. Quebrar tais coisas, em hipótese alguma significa qualquer ameaça à relação-capital e os Black Blockers mais experientes e politicamente melhor consolidados sabem disto. O ato de depredar tais coisas é uma demonstração simbólica de que a causa do problema são eles, são estas instituições.

Quebrar uma vidraça, espatifar alguns carros de luxo, queimar uma prefeitura etc. podem ser considerados atos violentos? Em tese, eu diria que não, pois não são um processo de coação a nenhum indivíduo, grupo ou classe social. Trata-se de uma ação simbólica de rejeição do que existe, expressa em ações concretas de depredação de propriedade pública e privada.

Sua relação com as forças policiais devem ser tratadas de modo distinto, pois implica em agredir, avançar, “botar pra correr” determinado grupo social. Não tenho nenhum purismo neste ponto e muitas vezes, antes mesmo de serem atacados pelas forças policiais, o Black Bloc, se tiver condições, força, tamanho e relativa organização para “botar pra correr” com a polícia, mesmo antes de ser atacado por ela, ele o faz. Contudo, o comum é uma ação reativa e geralmente defensiva dos manifestantes (cujo Black Bloc é a fração mais aguerrida) contra a ação policial. Como demonstram vários que já se dedicaram a compreender o fenômeno, o Black Bloc surge no início dos anos de 1980 em Alemanha como uma estratégia para defender os manifestantes da

agressividade policial. Naturalmente que o Black Bloc da Alemanha de 1980 apresenta singularidades em relação ao Black Bloc do Movimento Antiglobalização do início dos anos 2000 em Estados Unidos, Europa e Canadá, bem como estes apresentam particularidades em relação ao Black Bloc das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. Trata-se de um mesmo fenômeno, com continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças.

Um dos aspectos que marcaram a radicalidade e incontrolabilidade dos protestos de 2013 no Brasil tem na ação dos Black Blocs que se formaram nas principais cidades brasileiras sua principal marca. Não foi naturalmente o Black Bloc que empreendeu todos os atos de “vandalismo”²⁰. A população em geral, sem necessariamente se identificar com o Black Bloc atuou de modo contumaz nas ações que envolviam depredação. Esta postura foi se modificando ao longo do desenrolar dos acontecimentos e cada vez mais a postura imposta pela mídia corporativa foi se afirmando: a separação entre “pacíficos” e “vândalos”, entre “manifestantes” e “baderneiros”, entre “cidadãos” e “extremistas” etc.

Essa cisão, embora bastante cristalizada no discurso midiático e presente também no imaginário de quem não estava muito atento aos protestos, não era assim tão clara para quem estava ativamente participando das mobilizações ou mesmo somente participando das passeatas. Uma fala de uma senhora, no vídeo que circulou pela internet e redes sociais, demonstra que esta separação entre “pacíficos” e “vândalos” não é assim tão radical. Ela se definia como sendo “pacífica” e estava nas manifestações como “cidadã pacífica”. Após tomar vários tiros de balas de borracha, ela

²⁰ O uso das aspas não é mera retórica, é na verdade algo fundamental. Não podemos qualificar como sendo vandalismo os atos de depredação observados durante as Jornadas de Junho de 2013 e mesmo nos meses anteriores e momentos posteriores, quando as manifestações ainda tinham seu lugar nas cidades brasileiras. As depredações ocorridas a propriedades privadas, bem como a instituições estatais não são vandalismo, justamente por que tinham uma intenção política que a motivava. O ato vândalo, sem aspas, é na verdade uma atitude de depredação sem motivação explicitada, feita unicamente pelo prazer de depredar, pelo desrespeito à coisa pública e privada, pelo desejo de se inserir em determinado grupo, como ritual de iniciação etc. *Os ônibus queimados em junho de 2013, as concessionárias depredadas, os bancos esfaqueados etc. não são atos de vandalismo, são, pelo contrário, ações políticas mais ou menos orientadas, manifestadas em ações de depredação do patrimônio privado e estatal.*

declara que a violência policial não faz distinção entre um e outro e mais ainda, a violência vem da polícia e não dos manifestantes²¹.

Deste modo, para se compreender realmente o sentido do termo violência dentro das manifestações, principalmente no que toca à ação dos manifestantes e sobretudo da prática Black Bloc dentro dos protestos, há que se fazer esta distinção. A brutalidade contra o ser humano vem da instituição estatal expressa na prática policial. *A prática Black Bloc se configura geralmente como resistência à polícia (portanto em violência reativa) e em depredação de propriedade privada e patrimônio estatal (que não implica em atacar nenhum ser humano, logo, não é violência)*. Novamente, repito, a consigna das ruas é verdadeira: “violento é o estado”.

Limpando a cena, temos que: a violência Black Bloc é reativa: 1) é reação à violência cotidiana imposta pelo estado e pelas classes exploradoras; 2) é reação à brutalidade policial, mesmo quando o Black Bloc ataca a polícia primeiro, pois, mesmo atacando primeiro implica em fazer recuar uma instituição que se configura nos protestos como violenta. O Black Bloc não é vândalo, pois sua ação é politicamente orientada. O Black Bloc foi responsável pela radicalização dos protestos em várias cidades brasileiras. Violentas são, portanto, as empresas e o estado que impõem um transporte, uma educação, uma saúde precárias à população. Violento é o estado que reprime, espanca, violenta, assassina manifestantes e a população pobre das periferias com seu braço armado: a polícia etc.

Em interessante artigo, publicado no dia 16 de junho de 2013 no Portal Passa Palavra, nos afirma um militante das lutas pelo transporte de Goiânia:

Os poderes estabelecidos percebem como violência tudo aquilo que quebra a ordem vigente. A paralisação total das ruas por manifestantes é violência. Os congestionamentos, não. A resistência ativa dos manifestantes é violenta. A ação da polícia dificilmente é considerada assim, exceto quando ‘extrapola’, ou seja, não segue o protocolo. Pular a catraca é violência. Restringir o direito de ir e vir pela catraca, não.

²¹ O vídeo, onde este e outros depoimentos podem ser encontrados, está presente no documentário “Com Vandalismo”, uma paráfrase e ironia ao mote “sem vandalismo” que a grande imprensa e setores conservadores quiseram imprimir aos protestos, pode ser encontrado no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=evYx-vOVeO8>, acesso em 01/09/2014.

Quando pedem que os organizadores e os manifestantes sejam pacíficos, independentemente das circunstâncias, na verdade estão pedindo que eles se enquadrem. A questão não é violência ou pacifismo. A questão é: que tipo de movimento está a se manifestar? Um que ameaça à ordem ou um que reforça a mesma? (GROUXO MARXISTA, 2014)

Feita esta distinção, tenho que tocar em tema delicado quando o assunto é a prática Black Bloc nos dias atuais no Brasil. Os Black Blocs variam de cidade para cidade, mesmo tendo uma ação que os identifiquem como tais, há variações de tamanho, radicalidade, ligação dos indivíduos Black Bloquers com as lutas cotidianas etc. Terei que abstrair estas distinções para avaliar o significado geral desta organização informal para as lutas sociais. Três elementos devem ser ponderados: a) descolamento da ação Black Bloc das lutas cotidianas; b) relação da ação Black Bloc com o conjunto da população trabalhadora; c) a depredação e o enfrentamento com a polícia como fim em si mesmo.

Neste ponto, quero sinceramente me colocar totalmente à disposição para o diálogo. Trata-se de questões de difícil solução no plano da elaboração teórica, justamente por que elas não chegaram a bom termo no campo das ações concretas. A Teoria aqui tem o mérito de se colocar diante da prática e fazer com que esta reflita sobre si mesma para ir além do que já fez até então. A prática tem o mérito de colocar problemas que a teoria ainda nem tinha sequer cogitado. Portanto, não faço aqui qualquer oposição entre teoria (academia) e prática (manifestações etc.). Deixo isto para os academicistas da universidade e para os anti-intelectualistas das manifestações. Nosso ponto de partida e nossos objetivos são completamente outros. Trata-se, de fato, de colocar a teoria a serviço das lutas sociais, ou seja, uma “teoria militante”.

O primeiro ponto foi por mim observado após leitura de um artigo publicado no Portal Passa Palavra²² que aborda a prática (que é denominada no texto como tática) Black Bloc durante um protesto organizado pelo MPL-SP em junho de 2014 para comemorar um ano da vitória de junho de 2013. O artigo enfoca um certo tencionamento entre os organizadores do ato e um conjunto de indivíduos organizados como Black Bloc durante a manifestação. A crítica dos organizadores é que queriam fazer um ato simbólico, no sentido de demonstrar outras práticas (lúdicas etc.) e fugir do velho ciclo de

²² Este artigo, cujo título é: “Agora só faltam 3 reais... e um imenso desafio”, pode ser encontrado no seguinte link: <http://passapalavra.info/2014/06/97065>, acesso em 01/09/2014.

manifestações: protesto, vidraças quebradas, enfrentamento com a polícia, presos, processados, criminalização pela mídia corporativa etc. Contudo, na realização do ato, o ciclo se completou. O debate proposto é que os militantes Black Bloquers, descolados da luta cotidiana do coletivo que estava à frente da organização do ato, cria dificuldades de organização e atuação. Segundo argumenta o texto, não se trata de opor pacíficos e radicais, mas sim de experimentar novas táticas de protestos, às quais, ao que parece, os Black Bloquers não aceitam ou não entendem.

Deste primeiro ponto, um segundo se coloca: em que medida a ação Black Bloc contribui para um avanço da organização popular? Em que medida a repetição da mesma forma de prática (protesto, mais vidraças quebradas, mais enfrentamento com forças policiais etc.) amplia-se para além de si mesma e entra propriamente no debate sobre a mobilização popular? A leitura dos comentários no Portal Passa Palavra relativos ao texto citado acima demonstram uma perspectiva da prática Black Bloc, ou seja, daquele seguimento que se contenta em se manifestar nas ruas, sem nenhum comprometimento com o avanço das lutas para além dos protestos. Não estou afirmando que esta seja a única perspectiva Black Bloc, pois de fato não o é. Afirmo, contudo, que ela existe e disputa politicamente os espaços de atuação dentro dos protestos. Há, sei com toda certeza, militantes que aderem à prática Black Bloc dentro do protesto e no dia seguinte está nos coletivos tentando organizar a luta. Este é, pois, um debate em aberto pela própria prática histórica. A teoria não o dissolverá. Contudo, de um ponto de vista político engajado, a fração menos compromissada com a organização e prosseguimento do debate para além dos protestos é menos politizada ou apresenta uma politização que não contribui para o avanço das lutas para além das manifestações. Este ponto está em aberto e deve ser fraternalmente e honestamente realizado.

Este segundo ponto nos conduz ao terceiro: a ação Black Bloc tem um fim em si mesmo. Por mais que a grande maioria dos adeptos desta prática afirme o contrário: o objetivo é o fim do “sistema”, é a superação do capitalismo, é o fim do estado etc., a prática Black Bloc converteu-se em um fim em si mesmo. E isto deve ser debatido com todos os setores envolvidos com as lutas sociais. Não devemos considerar a prática Black Bloc pelo que geralmente se diz dela, mas sim pelo que ela é, pelo que pode ser observado da ação do Bloco Negro no último ano no Brasil.

O Black Bloc deve ir para além de si mesmo. E esta não é uma questão que será resolvida com elaborações teóricas sobre o problema, mas sim que a próprio desenvolvimento histórico das lutas sociais colocará para si mesmo. Ou seja, é o próprio movimento que tem que superar-se a si mesmo, para a partir daí superar suas limitações. Creio, contudo, que o autoesclarecimento dos indivíduos e dos grupos envolvidos com a prática Black Bloc pode fazer o movimento avançar mais rapidamente. Eis o debate do tópico seguinte.

As Jornadas de Junho e a luta revolucionária

Chegamos aqui, pois, ao ponto final de nossa trajetória. Refletir sobre algo tão recente é sempre temerário, pois as coisas ainda não se depuraram. Lembrando Karel Kosik (1995), ao discutir o método dialético, afirma que o próprio desenvolvimento histórico é importante em selecionar o que é fundamental, o que é relevante do que é secundário e acessório para a compreensão dos processos históricos e sociais. Um ano, contudo, após toda a movimentação de junho, já nos é suficiente para avaliar o alcance político daquilo tudo.

As Jornadas de Junho estiveram longe de ser uma revolução. Entretanto, paradoxalmente, estiveram também às margens de colocar a sociedade brasileira dentro de um processo revolucionário. Digo às margens, por que um conjunto de elementos, coadunados, colocaram em marcha um movimento de ascensão da luta popular que desde as manifestações operárias de finais da década de 1970 e início da década de 1980 não ocorriam no Brasil.

Um processo revolucionário, uma revolução é uma transformação global e radical no conjunto da vida social. Uma revolução não se define por mera mudança de governo (seja pela via parlamentar ou golpe de estado). No Brasil, por exemplo, é muito comum dentro da historiografia conservadora definir o golpe civil-militar de 1964 como sendo uma revolução. Óbvio é, para nós, que qualquer mudança de governo é tão somente transformações na esfera da política estatal. Um processo revolucionário é algo bem mais profundo. Uma mera mudança na forma de governo significa somente isto,

uma mera mudança na forma de governo. Tal mudança pode ter implicações sociais graves, como por exemplo, a ascensão do partido Nacional Socialista em Alemanha em 1933 ou o golpe civil-militar no Brasil em 1964, o golpe militar no Chile em 1973 etc. Não estou afirmando que tais mudanças no plano da política governamental não tenham significado, mas seja qual for tal significado, não é uma revolução.

Quando uma determinada sociedade entra num processo revolucionário, um conjunto de mudanças no plano das relações produção, formas de propriedade, relações políticas, cultura geral, sociabilidade etc. começam a entrar em marcha. As jornadas de junho estiveram longe de ser este conjunto de mudanças. O que, contudo, é mais emblemático, é que tais Jornadas não podiam ser previstas no mês de maio. Junho explodiu à revelia de qualquer previsão. A velha toupeira saiu do buraco. Contudo, como já demonstramos, as determinações que explicam podem ser reconstituídas pelo pensamento (processo que analisamos no início deste ensaio) e, portanto, serem explicadas teoricamente.

Jensen (2001), analisando a dinâmica do movimento operário, distingue três momentos pelos quais a luta se desenvolve: 1) lutas espontâneas; 2) lutas autônomas e 3) lutas autogestionárias. As lutas espontâneas são caracterizadas pela ação momentânea, espontânea, não discursiva, descontínua de determinado indivíduo ou grupo social. Isto quer dizer que as lutas espontâneas são cotidianas, são a manifestação diária do descontentamento com as relações estabelecidas. Estas lutas cotidianas, expressão de um nível incipiente ou mesmo a inexistência de qualquer organização compõem a cotidianidade das relações de produção, políticas, sociabilidade típicas do conjunto da sociedade capitalista. Ela pode ser observada no interior dos locais de produção (matar serviço sem motivo aparente, descontentamento com o trabalho etc.), pode ser observado nas outras esferas da sociedade, como nas manifestações espontâneas de usuários de transporte coletivo, que reagindo a um estado de degradação de sua mobilidade pelos centros urbanos podem explodir em depredações de ônibus, metrô, terminais rodoviários, fechamento de vias etc. Estas lutas, por serem parte da cotidianidade do capitalismo, embora demonstrem descontentamento com as relações estabelecidas, são facilmente integradas e superadas pelo poder constituído. Este

estágio, pois, da luta dos trabalhadores avança, em determinados momentos históricos para um momento posterior, marcado por maior radicalidade.

Este segundo estágio ou momento da luta operária é denominado por Jensen (2001) de lutas autônomas. Estas se caracterizam por uma maior radicalidade nas ações, mas, sobretudo, pelo modo como ocorrem, ou seja, por sua forma de organização e atuação. Quando os trabalhadores chegam a se organizar autonomamente, significa que já saíram do estágio espontâneo de descontentamento e mais ainda, já superaram suas burocracias dirigentes: partidárias e sindicais. Nas lutas autônomas, os trabalhadores já estão organizados em coletivos criados e controlados por eles mesmos. Nos locais de trabalho, tais organizações podem ser observadas nos comitês de greve, nas comissões de trabalhadores, nos piquetes etc. Em outras esferas da sociedade, podem ser observadas em associações de moradores (não controladas por partidos etc.), grêmios estudantis (não controlados por partidos), assembleias de bairro, coletivos autônomos de luta pelo transporte (Frente de Lutas pelo Transporte em Goiânia, Bloco de Lutas pelo Transporte em Porto Alegre, MPL em várias cidades do país) etc. Diferentemente das lutas espontâneas, as lutas autônomas se caracterizam por colocar reivindicações conscientemente e coletivamente. As lutas autônomas já ameaçam em certa medida a institucionalidade capitalista, pois apresenta determinadas formas de organização e ação direta que são difíceis de serem capituladas e cooptadas pelas instituições estabelecidas. Contudo, mesmo sendo mais difíceis de serem absorvidas, as lutas autônomas, se não avançam para um terceiro estágio, acabam por capitular. Assim, se o que importa é moradia, lutemos por moradia. Se o que urge é o transporte, lutemos por transporte. Se o que aperta é salário, lutemos por salário e assim por diante. As lutas autônomas, se ficam gravadas neste estágio e não progridem, tendem, à medida que se atendam as reivindicações, a regredir, refluir ou mesmo desaparecer completamente.

Para que as lutas autônomas avancem e se radicalizem mais, torna-se necessário ir além de si mesmas. Sair do nível da negação e da reivindicação e avançar para patamares cada vez mais irrecuperáveis pelas instituições burguesas é condição para que as lutas autônomas não se dissolvam. Quando os trabalhadores em luta colocam condições cada vez mais avançadas, quando, além de agirem autonomamente negando a

institucionalidade capitalista, afirmam também a necessidade de organizarem o conjunto da vida sob outros moldes, colocando no horizonte, de maneira auto-organizada e, portanto, consciente, a necessidade da autogestão social, a luta autônoma desemboca em seu terceiro estágio, as lutas autogestionárias. Esta pode ser estudada quando da emergência de processos revolucionários. Momentos estes em que a classe trabalhadora, além de negar as relações capitalistas, afirmam outras em seu lugar, expressando já o cerne das relações típicas da sociedade autogerida do futuro.

É dentro deste quadro analítico que estudamos as lutas empreendidas pelo conjunto da população brasileira nas Jornadas de Junho. Os coletivos como MPL, Frente de Lutas etc. estavam organizados já de forma autônoma. Trata-se de coletivos que agem organizadamente, com objetivos a curto, médio e longo prazos, com estratégias e táticas de ação, com determinada maneira de se organizar expressando já formas bastante avançadas de um ponto de vista político: horizontalidade, ação direta, decisão coletiva, igualitarismo etc. Estes coletivos e aqueles que neles se inspiram e se aproximam expressam o estágio autônomo das lutas. Tais coletivos não tiveram e nem consideraram a possibilidade de avançar suas lutas para além de si mesmas. Por exemplo, quando o aumento da tarifa foi revogado em São Paulo no dia 19 de junho de 2013, o MPL decidiu se afastar das manifestações, pois, argumentaram na época: nosso objetivo já foi conquistado. Sem querer entrar em polêmicas secundárias, afirmo que o MPL, bem como os demais coletivos no país, expressa o estágio autônomo das lutas devido à impossibilidade histórica de irem além de si mesmos. Mas mais que tal dificuldade, é a própria consciência da necessidade de ir além de si mesmo que não estava também colocada. Tais coletivos não tinham condições de avançarem mais, nem se colocavam a necessidade de fazer isto.

Pelo contrário, o conjunto da população que aderiu aos protestos, sobretudo na segunda quinzena de junho, estavam ainda no nível espontâneo das lutas, demonstrando sua insatisfação, mas sem organização, objetivos a curto, médio e longo prazos etc. A verdade mais dolorida, para nós que almejamos uma transformação radical das relações sociais capitalistas, é reconhecer que toda aquela explosão de pessoas, interesses, sentimentos, insatisfações estava ainda em nível tão embrionário da luta de classes.

As Jornadas de Junho expressaram, contudo, algo ainda mais perigoso. Esta luta tão embrionária, tão limitada demonstrou o quão o poder (estado e empresas) são vulneráveis diante da espontaneidade. Qualquer ação, pensamento, prática, organização etc. que fuja aos quadros estabelecidos pela institucionalidade capitalista ameaça a sociabilidade cotidiana. Esta, para que ocorra sem grandes percalços, deve obedecer a um conjunto de regras (escritas ou simplesmente aceitas como naturais) pelo conjunto da população explorada. A qualquer demonstração de espontaneidade e, sobretudo, autonomia destas classes, já é motivo suficiente para ressuscitar o velho soldado de bronze típico de qualquer estado capitalista. Diante da espontaneidade e autonomia da população trabalhadora perante as instituições reconhecidas, resta ao estado, este “capitalista coletivo ideal” (Engels), reprimir os mais “radicais” e “hegemonizar” os mais suscetíveis.

Este é, do ponto de vista revolucionário, a grande limitação das Jornadas de Junho de 2013. Não me refiro aqui aos coletivos autônomos. Estes foram ao limite de sua potencialidade. O limite encontra-se na autoatividade da classe operária. Esta esteve ausente das Jornadas como classe. O proletariado (nas fábricas, na construção civil, nos bairros etc.), os trabalhadores do comércio, os rodoviários, os ferroviários etc. não se apresentaram como classe auto-organizada no conjunto das Jornadas. Esta limitação impediu que as Jornadas se desdobrassem em outros elementos que tornariam aquilo tudo ainda mais irrecuperável pelas instituições (comissões de fábrica, assembleias de bairro, organizações culturais nos bairros etc.), numa palavra: *auto-organização das classes trabalhadoras nos locais de trabalho, estudo e moradia*. Este é o limiar que o conjunto das classes trabalhadoras não conseguiu transpor. Esta é a determinação fundamental que explica a não passagem das Jornadas de Junho para o terceiro estágio, as lutas autogestionárias.

Entretanto, se do ponto de vista da organização e da ação direta, o conjunto da população trabalhadora, à exceção dos grupos autônomos, não se radicalizou ainda mais, do ponto de vista da consciência coletiva houve certo avanço. É presente no imaginário da população a força da ação coletiva, é presente na consciência dos usuários do transporte que a ação direta (embora este termo não faça parte da maioria da população

trabalhadora, restringido-se mais a círculos militantes) provoca mudanças. Mais do que isto, é presente hoje uma certa confiança na luta, uma certeza de que é necessário fazer algo. Em Goiânia/GO, de onde escrevo, por exemplo, o número de manifestações espontâneas de depredação de terminais e de ônibus no ano de 2014 é deveras alto. Isto é um elemento a se tomar nota. Os usuários do transporte protestam mais do que faziam antes.

Não vivemos, pois, um processo revolucionário. Isto se deu por que as lutas não avançaram para o estágio autogestionário, ou seja, de negar as relações capitalistas e afirmar as relações comunistas. Contudo, as Jornadas colocaram a luta de classes no Brasil em um novo patamar. Que a memória e trajetória daquilo tudo não se afaste muito de nós e preparemos os *molotovs* para as próximas Jornadas.

Referências

ARBEX JR., J. *É a conjuntura estúpido*. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/politica/jose-arbex-jr-conjuntura-no-brasil-pode-desembocar-em-crise-revolucionaria.html>, acesso em 22/08/2014.

BRANT, J. Um ano depois de junho. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 7. N. 83. São Paulo, 2014.

DOWBOR, L. A dura tarefa de se opor ao que está dando certo. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 7. N. 84. São Paulo, 2014.

DUPUIS-DÉRI, F. *Black Blocs*. São Paulo: Veneta, 2014.

FAGNANI, E. Brasil: dois projetos em disputa. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 7. N. 84. São Paulo, 2014.

JENSEN, Karl. A Luta Operária e os Limites do “Autonomismo”. In: *Revista Ruptura*. Publicação do Movimento Autogestionário. Ano 8, Número 7, agosto de 2001.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MAIA, L. *As classes sociais em O Capital*. Pará de Minas: VirtualBooks, 2012.

_____. *Comunismo de conselhos e autogestão social*. Pará de Minas: VirtualBooks, 2011.

_____. Para além dos protestos. *Revista Enfrentamento*. Ano 8. Especial jul. Goiânia: Movimento Autogestionário, 2013.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido. In: MARICATO, E. [et al.] *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

MARX, K. Discurso pronunciado na festa de aniversário do “People’s Paper”. In: *Textos*. v. 3. São Paulo: Edições Sociais, s/d.

MARXISTA, G. *Violência e pacifismo, ordem e desordem*. Disponível em: <http://passapalavra.info/2013/06/79190>, acesso em 01/09/2014.

POCHMANN, M. Trajetória e deslocamento distributivo no Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 7. N. 84. São Paulo, 2014.

RÜHLE, O. *A luta contra o fascismo, começa pela luta contra o bolchevismo*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/ruhle/1939/09/fascismo.htm>, acesso em 28/08/2014.

SANTIAGO, T. & PINHO, M. *Nova versão da Marcha da Família percorre ruas de SP*. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/manifestantes-se-reunem-para-nova-versao-da-marcha-da-familia-em-sp.html>, acesso em 28/08/2014.

SECCO, L. *A Jornadas de Junho*. In: MARICATO, E. [et al.] *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

VIANA, N. *As classes sociais na teoria de Karl Marx*. São Paulo: Bookees, 2012.

_____. *Estado, democracia e cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

_____. *O que são partidos políticos*. Goiânia: Edições Germinal, 2003a.

_____. *A dinâmica da violência juvenil*. Rio de Janeiro: BookLink, 2004.

_____. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

VINÍCIUS, L. *A guerra da tarifa*. São Paulo: Faísca, 2005.

_____. *A guerra da tarifa 2005: uma visão de dentro do Movimento Passe Livre em Floripa*. São Paulo: Faísca, 2006.

O COMUNISMO ANARQUISTA DO JORNAL *SPÁRTACUS* (1919 – 1920)

João Gabriel da Fonseca Mateus*

Este artigo surgiu da necessidade de identificar na complexidade da imprensa operária e anarquista algumas diretrizes do pensamento libertário que serão difundidas no movimento operário da Primeira República do Brasil. A historiografia ainda não produziu obras que tratem exclusivamente das minúcias da imprensa operária, sobretudo anarquista, deixando assim, um *lócus* a ser preenchido por novas pesquisas que tratem do assunto. Assim, compreendemos que ocorreu, e ainda ocorre, uma disputa no campo da memória do movimento operário brasileiro que, com objetivos diversos, deturpou o papel da imprensa anarquista, simplificando-a e elevando disparidades no seu interior para exaltar determinadas estratégias em detrimento de outras.

Assim, têm-se como objetivos: primeiramente, de apreender as concepções assumidas pelo jornal *Spártacus*¹, semanário sediado na cidade do Rio de Janeiro que circulou de 2 de agosto de 1919 a 10 de janeiro de 1920 publicando um total de 24 números; segundo, instigar pesquisadores preocupados em estudar um período frutífero e de grande complexidade da história do Brasil republicano sobre as questões internas do anarquismo no que tange a sua organicidade; por último, compreender que a história dominante é fruto de uma relação histórica de dominação entre os movimentos revolucionários, como por exemplo, a sólida fronteira entre o “dizível e o indizível”² da ditadura vermelha bolchevista no campo da memória.

Fica difícil imaginar *a priori*, conforme tentaremos demonstrar abaixo, como os

*Graduando em Licenciatura em História pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Autor do livro *Educação e Anarquismo: uma perspectiva libertária* (Rio de Janeiro, Rizoma Editorial, 2012). Membro do corpo editorial da Revista Espaço Livre e bolsista do PIBID/Capes.

¹ Todos os números do jornal *Spártacus* encontram disponíveis no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) nas dependências do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) na cidade de Campinas, São Paulo, onde foram coletados. Todos os números do jornal se encontram disponíveis neste arquivo, microfilmado, sendo passível também de ser *scaneado* no próprio arquivo.

² POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3 – 15.

anarquistas com inspiração nas teorias de Malatesta e Kropotkin irão relacionar e propagar os ideais difundidos pelos bolchevistas. Adversários históricos dos anarquistas, os partidários de Lênin receberão apoio dos anarquistas no contexto da Primeira República do Brasil. Porém, esse processo não é algo simples e inocente. Nossa hipótese é de que entusiasmados pelos ecos da Revolução Russa, o jornal irá difundir concepções do comunismo³ libertário e estes não terão uma distância crítica, pois no calor dos acontecimentos e na conjuntura do período, notícias claras do que realmente acontecera no extremo norte da Europa eram difíceis.

Antes de tudo, torna-se salutar dizer que com a imigração, sobretudo italiana, vieram para o país os ideais do movimento operário europeu e, conjuntamente, suas práticas políticas. Esses imigrantes que chegavam ao Brasil vinham carregados de concepções e pensamentos de organização proletária, características da Europa daquele contexto. Porém, os ideais do movimento operário não advieram apenas da Europa.

No caso brasileiro, as transformações trazidas pela modernização potencializaram o crescimento e a necessidade da imprensa, trazendo a “difusão de novos hábitos, aspirações e valores” (LUCA, 2011, p.120), em que abrigavam uma infinidade de publicações periódicas. Conforme Boris Fausto (1977, p. 61) o jornal teve um papel de suma importância para o operariado, pois este “constitui um dos principais centros organizatórios de difusão de propaganda”. Ele figura-se dentro do movimento operário da Primeira República do Brasil como um “veículo de expressão escrita”, transformando-se “(...) também com frequência em veículo oral, ao ser lido em voz alta aos trabalhadores analfabetos”.

³ É notório informar que o conceito de comunismo libertário nos “clássicos anarquistas” é um conceito utilizado frequentemente por seus militantes, especificamente em Piotr Kropotkin. Porém, o conceito de *comunismo*, era um termo em “disputa”. Na historiografia, os conceitos em disputa são concepções de suas práticas. Assim destaca Antoine Prost “É que, para os atores individuais ou coletivos da história, os textos que eles produzem não são apenas meios de dizer seus atos e posições; os textos são, neles mesmos, atos e posições. Dizer é fazer, e a lingüística, fazendo o historiador compreender isso, devolve-lhe a questão do sentido histórico desses atos particulares” (in: RÉMOND, 1996, p. 317).

Os anos de 1917 - 1920 são marcados por grandes greves e insurreições ocasionando várias expulsões e deportações. Por exemplo, a Lei Adolfo Gordo⁴ será colocada em prática diversas vezes para expulsar os *indesejáveis*⁵. No Rio de Janeiro no período acima mencionado ecoou três movimentos grevistas de destaque. Conforme Addor (2009), a greve de julho de 1917 no Rio de Janeiro ocasionada, sobretudo, pela carestia de vida e organizada pela FORJ (Federação Operária do Rio de Janeiro), ocorre ao mesmo tempo da greve geral na cidade de São Paulo. A segunda greve de destaque é “a greve ocorrida em agosto de 1918, dos trabalhadores da Companhia Cantareira e Viação Fluminense” (ADDOR, 2009, p. 30). Nesta greve de agosto de 1918, o conflito entre trabalhadores e a polícia estadual marcam um período mais um sangrento na história da Primeira República do Brasil. O terceiro movimento grevista ocorre em novembro de 1918 como uma greve que visava a insurreição, fato que não ocorre. Os grevistas são reprimidos pelo Estado sob a égide da polícia, marcando mais um capítulo sangrento no movimento operário.

A 18 de novembro de 1918 declara-se no Rio e em cidades vizinhas uma greve geral insurrecional. Operários entram em choque com o exército e a polícia. Oiticica e outros são presos acusados por um oficial do exército de serem os promotores de uma tentativa insurrecional (LOPES, 2007, p. 2).

Para Edgar Rodrigues, no período da Primeira Guerra Mundial, “o proletariado do Brasil ainda acolheu o grito de desespero dos flagelados russos, principalmente os

⁴ Nos primeiros anos do século XX no Brasil a política repressiva do Estado se fortificou. Tal repressão materializada, por exemplo, na *Lei Adolfo Gordo*, proposta pelo Deputado Adolfo Gordo e aprovada no ano de 1907 é um exemplo elementar. A lei previa a expulsão de estrangeiros que estivessem ligados ao movimento operário da época. Nesse âmbito, um exemplo claro é a expulsão do diretor do jornal socialista "AVANTI", Vicente Vacirca, em 1908 (RODRIGUES, 1997, s/p). De acordo com Dulles (1977, p. 117), essa lei, que será reeditada em 1922, “estabelecia punições para os que contribuíssem para a prática de tais crimes através de reuniões ou de qualquer instrumento de propaganda; e conferia às autoridades o direito de fechar, por tempo indeterminado, sindicatos e entidades civis que cometessem atos prejudiciais à segurança pública”. Para maior aprofundamento: BATALHA, Claudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000; RODRIGUES, Edgard. *O Homem e a Terra no Brasil*. Florianópolis: Insular, 1997; LEAL, C. F. B. *Pensiero e Dinamite: Anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890*. 2006. 308f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

⁵*Spártacus* em seu número 13, datado de 25 de setembro de 1919, irá dizer que o governo preparou ao Congresso Nacional, via senador Adolpho Gordo, um “projeto-arrôcho”, ou simplesmente, um “projeto-rolha” que visava “vedar a propaganda comunista pelas penas ou na tribuna”. Tratava-se nada menos do que da Lei de Expulsão.

anarquistas do Rio de Janeiro, que haviam fundado o primeiro Partido Comunista Brasileiro em 1919” (o mesmo partido que citamos anteriormente). Essa organização era um Partido, mas que “nada tem a ver com o futuro Partido Comunista”, era apenas “um produto do entusiasmo dos trabalhadores libertários com a Revolução dos Sovietes” (RODRIGUES, 1996, s/p).

O jornal *Spártacus*, considerado como o “porta-voz do núcleo carioca do Partido Comunista” surgiu em 2 de agosto de 1919 e tinha sua publicação sob a responsabilidade de um Grupo Editor, “estando a sua redação e administração a cargo de Astrojildo Pereira”. Ainda contou como redatores do jornal: José Oiticica (1882-1957), Astrojildo Pereira (citado anteriormente e ainda anarquista), Santos Barbosa, Urich d'Avila, Izauro Peixoto, Salvador Alacid, José Busse e Cruz Junior.

No mesmo período, José Oiticica e outros libertários fundaram em 1919 o *Partido Comunista do Brasil* de inspiração malatestiana⁶. Alexandre Samis aponta que a criação da *Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*, organização de orientação política definida, foi fundamental nessa criação. A *Aliança* “surgia como um órgão de união, entendimento e de aliança entre anarquistas” e o Partido “tinha como objetivo dar organicidade às ações dos libertários que pensavam não bastar unicamente a inserção sindical para se alcançar a Revolução Social” (SAMIS, 2004, p.145).

(...) em 1919, os anarquistas, carentes de um órgão que respondesse à altura pelas demandas do período, fundaram um Partido Comunista de inspiração libertária. Seu “presidente de honra”, título, aliás, rejeitado pelo homenageado, José Oiticica, além de outros anarquistas, entendiam que era premente a necessidade de se formar um núcleo político que pudesse encaminhar, mais claramente, ações anarquistas em diversos

⁶ Apesar da tese do Partido Anarquista - já presente em Mikhail Bakunin com a ADS - é com Errico Malatesta que essa estratégia é levada a cabo com maior profundidade (o italiano desenvolve as teses de Bakunin, apesar de suas discordâncias). Objetivando criar uma organização anarquista com base operária sólida, o Partido Anarquista na concepção do italiano Errico Malatesta, visava, de maneira geral, trazer o desenvolvimento do tema da organização específica anarquista para catalisar no nível das massas uma questão ideológica sintética e bastante definida em meio às massas: o anarquismo. Sobre a "Plataforma Organizativa para una Unión General de Anarquistas" de 1926, Malatesta dirá : “Eu creio que é, por sobre tudo, urgente e essencial que os anarquistas alcancem acordo e se organizem tanto como podem e o melhor que puderem, para que ser capaz de influencia a direção que as massas tomam em sua luta por melhorias e por sua emancipação. (...) Daqui se encontra a urgente necessidade de organizações puramente anarquistas, lutando desde dentro e desde fora dos sindicatos para alcançar uma sociedade plenamente anarquista e para esterilizar todo gérmen de degeneração e reação” (MALATESTA, 1927).

setores da sociedade. O Partido, sem fins eleitorais, vinha preencher uma lacuna organizativa que não cessava de crescer com a ampliação das atividades de militantes libertários no meio operário (SAMIS, 2004, p. 138).

Sobre a fundação do Partido Comunista, Nascimento (2007) diz que “procurando fundir uma concepção malatestiana de partido com a proposta maximista, maximalista ou bolchevista, como ficou mais conhecida” o partido, de “vida efêmera, defendia as bandeiras do antiparlamentarismo, do antiestatismo, do anticapitalismo. Feneceu por conta dos embaraços e ambigüidades que suscitava, retratando o estado de espírito confuso existente entre os trabalhadores à época” (NASCIMENTO, 2007, p. 130). Porém, há algumas questões a serem discutidas na tese de Nascimento (2007). A distinção entre nível político e social também é feita pelos anarquistas, portanto, não há nesse sentido, apropriação dos sentidos políticos do *maximalismo*. O que aproxima o partido leninista do partido anarquista é apenas a distinção entre as esferas, mas há uma diferença profunda no que tange a tarefa do nível político e do social, o que distinguiria de maneira mais definida as duas propostas⁷.

Continuando sobre o Partido Comunista, Astrojildo Pereira, assim dirá:

são mais ou menos conhecidos os acontecimentos que antecederam e abriram caminho à organização definitiva do Partido Comunista do Brasil. [...] Ponho “Partido Comunista do Brasil” entre aspas porque em verdade o seu conteúdo não correspondia ao rótulo. [...] Em vez de estatutos, foram elaboradas e adotadas umas simples ‘bases de acordo’, à boa moda anarquista, com o item seguinte relativo aos ‘fins imediatos’ do Partido: ‘Promover a propaganda do Comunismo Libertário, assim como a organização de núcleos comunistas em todo o país (PEREIRA, 1962, p. 42).

Após o Congresso Comunista e a fundação do Partido, o jornal *Spártacus* (assinado por José Oiticica) irá publicar os *Princípios e Fins* e as *Previsões Práticas*, nos números 3 e 4 do jornal, respectivamente. Vejamo-las abaixo:

Estes *princípios* e *fins* serão a carta de abecê introdutória do meu *Catecismo anarquista* que pretendo editar em livro (...)

XVIII O estado, órgão sustentador da propriedade particular, baseia-se

⁷ Para tal, ver: CORREA, Felipe. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: uma resenha crítica do livro de Edilene Toledo, a partir das visões de Michael Schmidt, Lucien Van der Walt e Alexandre Samis*. Disponível em <<http://www.anarkismo.net/article/16164>>. Acessado em 14/04/2013.

em leis impostas aos não-possuidores ou aos pequenos possuidores

XIX A classe dos grandes possuidores, constitutive do Estado, sempre criou para seus membros inúmeros privilégios que os eximiam das leis. Somente as contínuas revoltas dos não-possuidores tem conseguido cercear taes privilégios.

XX O estado garante a execução das leis protetoras da propriedade particular por meio da violência (força armada). O Estado é, por isso, instituição antisocial e imoral. (...)

XXX O ensino deve ser integral até os vinte anos e garantido para todos. (...)

XXXI A educação comunista visa desenvolver o mais possível a capacidade de energia de todos. (..)

Eis os princípios teóricos. No próximo número virão as previsões práticas. JOSÉ OITICICA (SPÁRTACUS, 16/08/1919, p. 1).

Algumas considerações são importantes. Os princípios libertários desse Congresso Comunista que instituirá um Partido (sob as bases teóricas malatestianas, conforme colocamos anteriormente) são importantes de serem salientados. Primeiramente, a concepção de que o Estado é tido como o constituinte dos privilégios da exploração, compondo então, a sua destruição como uma necessidade revolucionária; segundo, as leis criada pelo Estado vem para fundamentar essa exploração no âmbito jurídico e formal, cabendo aos trabalhadores a luta antiestatal como revolucionária, ou seja, não cabendo a organização da classe via Estado; terceiro, a educação propagada pelo Congresso visa contribuir para a emancipação dos trabalhadores através dos princípios da integralidade do conhecimento que pode ser adquirido pelos indivíduos. Outras questões são importantes de lembrar, por exemplo, as *Previsões Práticas*. Destacamos algumas abaixo.

I. O território de cada paiz será dividida em zonas federadas, cada zona em municípios e cada município em comunas. (...)

V. Para coordenação e direção dos serviços e para execução das medidas tomadas nas assembléas, haverá *conselhos* comunais, municipais, federais e um internacional. (...)

XI. Os delegados não gozarão de nenhum privilégio, nem serão dispensados de seus serviços profissionais, sinão quando suas funções de delegado lhes absorverem todo o tempo.

XVIII. As horas de trabalho em cada comuna serão reguladas pelas necessidade sociais, ficando o horário a cargo do conselho comunal. (...)

Eis o esboço de uma constituição comunista. Há de ser forçosamente

incompleta. Peço aos camaradas que em tono desse esboço travem discussões e sugiram outras idéas essenciais. JOSÉ OITICICA (SPÁRTACUS, 23/08/1919, p. 1).

Nestes elementos encontramos alguns pontos definidores do princípio comunista libertário. O primeiro é a estratégia comunal de organização, na relação de cada localidade dividida em zonas federadas, cada zona em municípios e cada município em comunas, não cabendo o centralismo e o governo burocrático, e sim, a autogestão; segundo, os trabalhos realizados dentro de cada comuna será realizada através de delegados não cabendo autonomia administrativa do individuo frente ao coletivo; o regime comunista institui a produção (o trabalho) regulada pela necessidade social, sendo então, um princípio da necessidade perante o coletivo⁸.



Figura 1 - Parte superior do primeiro número de Spártacus.

Nesse contexto a repressão aos trabalhadores combativos não cessara. Em maio de 1919, trabalhadores cariocas fazem uma reivindicação ao governo pela jornada de 8 horas de trabalho. Antes mesmo da resposta do governo emerge um movimento insurrecional onde, estipula-se que no dia 18 de maio, cerca de 10 mil trabalhadores estivessem parados (DULLES, 1977, p. 76). O fim da greve no mês de julho só irá paralisar um movimento específico, dando cabo a vários que virão adiante. Nesses últimos, a repressão será grotesca. O brasilianista Jhon W. F. Dulles aponta que mesmo antes de publicar o jornal Spártacus, a polícia já havia ameaçado em prender José Oiticica e seus congêneres (idem, p. 79).

⁸ De acordo com Berkman (2006, p. 194), “as necessidades essenciais do povo devem ser satisfeitas. Nesse estado a revolução vive das provisões já existentes”.

Porém, como exemplar militante anarquista, José Oiticica e seu Grupo Editor lança o jornal *Spártacus*. A justificativa pelo nome dado ao periódico é vista no primeiro texto que inaugura o jornal. De autoria de José Oiticica, o texto que leva o nome do escravo romano, ressalta uma frase que marcará as páginas deste jornal: “Si temos de arrancar nossas espadas não seja conta nós mesmos; arranquemo-las conta os nossos opressores”. Assim, essa frase viria resumir o programa do jornal quando enumerava os pressupostos libertários que o escravo romano teria.

É ele que nos brada, nestas colunas suas, impregnadas do seu sangue, do seu martírio, do seu exemplo, convocando os descontentes de toda a Terra para realizarem, de uma vez, a obra antiga de Harmonia Humana. JOSÉ OITICICA (*SPÁRTACUS*, 02/08/1919, p.1).

A impossibilidade de publicação diária do jornal é apresentada ao público leitor no seu primeiro número. Assinado por José Oiticica, Astrojildo Pereira, Santos Barbosa, U. d’ Avila, Izauto Peixoto, Adolfo Busse, Salvador Alacid e Cruz Junior, o artigo *Explicação* apresenta os subsídios necessários para compreendermos as dificuldades que a imprensa libertária passava por vários motivos, sobretudo, da “tratagem burguesa”. Assim, o grupo justifica a periodicidade do jornal dizendo que este é “*Spártacus*. Modesto, mas irreductível, todo ele se consagrará à obra imensa da revolução social dos nossos dias” (*SPÁRTACUS*, 02/08/1919, p. 1).

Após o surgimento do jornal (datado do segundo dia de agosto de 1919), outra greve irá emergir e será decisiva para a afirmação do periódico, pois, ao preencher as páginas com as notícias da greve, o proletariado iria conhecendo os princípios fundamentais da prática libertária. Já no mês seguinte, com a constante e crescente reação aos grupos libertários e da ação contra a propaganda anarquista, Germiniano da França e Nascimento Silva (respectivamente, chefe da polícia e delegado auxiliar) a mando do Presidente Epitácio Pessoa ordena que “fossem retirados das estações ferroviárias e dos correios todos os exemplares de *A Plebe*” além de recolher todos os exemplares do número 6 do periódico *Spártacus* datado de 6 de setembro (idem).

A apreensão de *Spártacus* foi motivo de orgulho para seus editores e prova de que efetivamente combatiam a burguesia. Mas a diminuição da venda impunha uma economia, e a edição de 13 de setembro saiu com duas páginas, em vez das quatro costumeiras (DULLES, 1979, p. 93).

Chamando a atenção dos trabalhadores para esse incidente muito significativo, o grupo editorial do jornal publica o artigo *A apreensão de “Spártacus”* no número seguinte.

Sabem os trabalhadores que a polícia apreendeu a edição do nosso numero passado. Os pretextos alegados pela polícia são os mais fúteis possível. Resumem-se no seguinte: 1º pregamos aqui o assassinio de Lloyd George; 2º pregamos directamente a revolução imediata; 3º usamos de linguagem desbragada ou mentiroso. (...)

A apreensão de Spártacus nos orgulha. Prova que fazemos obra sã, pois apavoramos a burguezia, católica, redentórica ou simplesmente conservadora.

E é o nosso fim (SPÁRTACUS, 13/08/1919, p. 1).

Alexandre Samis ressalta que José Oiticica fez críticas ao movimento anarquista principalmente sobre a questão da organização. Oiticica coloca em xeque a questão importante no que diz respeito à “insuficiente conjugação de esforços que possibilitasse a harmonia entre a militância social e a organização tipicamente anarquista” (SAMIS, 2009, p. 48).

Em linhas gerais, o semanário anarquista tem diversos pontos de discussão. A diversidade de temas discutidos no semanário, sob autoria de vários militantes, não esconde o papel central que José Oiticica terá no jornal, pois a maioria dos textos do jornal, principalmente os primeiros textos que inauguram os primeiros números são de autoria de Oiticica.

No artigo *Dos anarquistas ao povo do Brasil: quem somos e o que queremos* publicado em 27 de setembro de 1919, encontramos uma resposta a aqueles que afirmavam que o anarquismo seria um problema importado, ou seja, culpa do imigrante⁹ europeu, bastando a expulsão para que se resolva o problema. Vejamos:

(...) Paiz essencialmente de imigração, vivendo as suas indústrias principalmente do braço e da inteligência do imigrante, é naturalíssimo que os centros de maior população operária no Brasil contenham forte e

⁹ De acordo com Rodrigo Rosa da Silva, a justificativa de expulsão de anarquistas estrangeiros foi baseada na teoria da “planta exótica”, numa suposta conspiração internacional contra o capitalismo e o governo e na tão propagada origem estrangeira dos militantes, sempre classificados como “indesejáveis” nas páginas dos jornais mantidos pelas elites” (SILVA, 2005, p. 39).

predominante percentagem de estrangeiros. E como o anarquismo se propaga e se radica especialmente entre as classes operárias, não é menos naturalíssimo que muitos desses operários sejam anarquistas. (...) Agora, o que é absolutamente falso é que todos os anarquistas, entre nós, sejam estrangeiros. É uma grandíssima mentira, contra a qual protestamos com toda a veemência, nós, que este manifesto laçamos, todos nascidos no Brasil e orgulhosos das nossas convicções libertárias. (...) Estrangeiros em última análise, somos todos e tudo no Brasil. Brasileiros autênticos e puros são exclusivamente os índios que os nossos avós estrangeiros e nós próprios dizíamos e vamos dizimando, no passado e no presente. A nossa língua é estrangeira. Os nossos costumes são estrangeiros. (...) Numa palavra: tudo que possuímos em matéria de civilização é absolutamente estrangeiro (SPÁRTACUS, 27/09/1919, p. 2).

De acordo com Silva (2005, p. 39), o “manifesto acima citado foi assinado por 60 militantes anarquistas de diversas profissões. Dele podemos extrair os dois principais argumentos contra a teoria da ‘planta exótica’” (SILVA, 2005, p. 39). Esses argumentos se assentam primeiramente no pensamento de que os anarquistas no Brasil eram, exclusivamente, imigrantes expulsos de seus países e segundo, por pensarem que os imigrantes viam para o Brasil com o intento de propagar o “caos” e botar lenha na “fogueira da luta de classes”.

Outro elemento de destaque no jornal e no anarquismo nesse período, são as influências que a Revolução Russa causou. José Oiticica e Edgar Leuenroth (1881-1968), por exemplo, foram abalados pelo bolchevismo, mesmo sem adotarem o marxismo. No jornal *Spártacus* número 7 e número 9 registra-se a aproximação de Oiticica com o bolchevismo¹⁰. O primeiro número que destacamos, veicula uma frase de Lênin sobre o papel da imprensa¹¹. Assim, em 20 de setembro no artigo *Vão Confessando...* José Oiticica, fazendo duras críticas aos ingleses que lutavam contra o bolchevismo dirá: “Si não fossem os bolchevistas! Por isso, na campanha nova, a extinção do bolchevismo é ponto capital. Guerra aos anarquistas de todo o mundo!” (SPÁRTACUS, 20 de setembro de 1919, p. 1).

¹⁰ Ressaltamos que essas aproximações estão numa relação conjuntural de defesa da Revolução Russa e seus partidários. Há, de fato, uma aproximação tática *dos anarquistas fora da Rússia* com o bolchevismo. Porém, logo superada por conta das questões de repressão, os acontecimentos de repressão ao Exército Insurrecional Revolucionário da Ucrânia, aos marinheiros de Kronstadt, etc.

¹¹ *Spártacus*, nº 07, 13/09/1919.

O jornal *Spártacus* (1919 – 1920) publicado no Rio de Janeiro registra em suas colunas um debate entre anarquistas em torno de uma possível convergência entre anarquismo e marxismo. Neste período, alguns anarquistas ficaram balançados com o marxismo e outros passaram para o marxismo fundando o Partido Comunista Brasileiro, em 1922. Entretanto, outros combateram energicamente as ideias marxistas. Florentino de Carvalho combateu ardorosamente o marxismo antes de 1917 e continuou este enfrentamento nos anos seguintes (NASCIMENTO, 2006, p. 209).

É importante salientar que outras seções não tinham um título específico, mas apresentava os acontecimentos mundiais importantes para os trabalhadores. Nesse sentido, nas primeiras páginas do periódico tinham-se matérias destinadas a analisar e divulgar os acontecimentos mundiais, por exemplo, a Revolução Russa do ano de 1917, a Revolução Social na Itália¹², etc. Além destas duas citadas anteriormente, a veiculação do artigo *Mensagem de Lênine aos trabalhadores americanos*¹³ é a prova da aproximação entre o bolchevismo e o Grupo Editor do jornal, compondo a afinidade ideológica, sobretudo por Oiticica e Astrojildo Pereira.

Outro artigo de destaque é *Verdade verdadeira do Bolchevismo*, escrita por Fernando Rolba se lê a convicção do autor pela República dos Soviets quando afirma que os operários devem aprender a “venerar os vossos irmãos russos, que são os grandes detentores da humanidade que sofre e que tem fome!”. Para este autor, o povo russo são as “únicas almas verdadeiramente grandes e audazes que ainda foi dado ao mundo rotineiro e egoísta procrear!” (SPÁRTACUS, nº 14, 01/11/1919, p. 3).

A política repressiva do Estado acaba por fechar vários jornais libertários. Edgar Rodrigues (s/d, p. 232) aponta que no ano de 1919 na cidade do Rio de Janeiro “é suspenso o jornal ‘Spártacus’” e na cidade de São Paulo, “empastelada ‘A Plebe’ (...)”¹⁴.

¹² O nº 13 do jornal irá publicar o artigo *A Revolução Social na Itália* onde irá destacar o papel do partido comunista da Itália onde será o país em que “mais próximo se encontra da liquidação final do regime burguez pela revolução social” (SPÁRTACUS, nº 13, 25/10/1919).

¹³ *Spártacus*, nº 01, 02/08/1919.

¹⁴ No número de 25 de setembro de 1919, *Spártacus* irá publicar ‘*A Plebe*’ empastelada onde irá denunciar a política do estado em promover o fechamento do jornal paulista. Para os editores de *Spártacus*, a polícia paulistana sob a liderança de um delegado que chefia uma quadrilha, “assalta e empastela um jornal de ideias, depois de grande guerra pelo Direito, pela Justiça, pela Civilização!”.

Assim, o grupo editorial do número 7 apela aos “camaradas e amigos” que se esforcem para a “manutenção do nosso orgam!” (SPÁRTACUS, 13 de agosto de 1919, p. 1). Um elemento de ajuda mútua é a solidariedade ao propagandear outros jornais libertários com o intento de ajudá-los. *Spártacus* irá publicar um esclarecimento chamado de *Plebe diária* alertando sobre os problemas que o periódico paulista passara que estão todos aguardando seus números diários “impacientes e com uma calorosa e antecipada saudação aos camaradas de S. Paulo!”, pois o jornal estava “rompendo quotidianamente o bom combate pela anarquia” (SPÁRTACUS, 06/09/1919, p. 1).

Não só o jornal carioca fazia saudações e colaborava com os demais. O jornal *A Plebe* de 9 de setembro de 1919 irá veicular “aos nossos camaradas do Rio de Janeiro a nossa mais viril e firme solidariedade” aos acontecimentos da apreensão do jornal carioca. No número seguinte d’ *A Plebe* irá ter a seguinte frase: “O ‘Spártacus’ oprimido! Viva o ‘Spártacus’” (*A PLEBE*, 10/09/1919, p. 2).



Figura 2 - Parte superior do último número de *Spártacus*.

Spártacus também funcionava como uma alerta à força do imperialismo mundial no território brasileiro. No número de 20 de setembro de 1919, um artigo “sem autoria”(provavelmente do Grupo Editor) enumera alguns grandes capitalistas que são os proprietários de alguns importantes setores da produção. Chamando-os de “indesejáveis” (nome dado geralmente aos operários imigrantes que vieram para o Brasil) *Spártacus* vem para

(...) mostrar, por estas colunas, comm a prova real dos factos e não com a calunia das afirmações sem base, que os “indesejáveis”, no Brazil, se encontram precisamente na classe dos capitalistas estrangeiros, cuja actividade se emprega exclusivamente em sugar o trabalho nacional, em drenar para fora do Brazil o melhor das riquezas arrancadas do solo

brazileiro (...) Corrego do Meio, situada em Sabará, adquirida por 450:000\$ pelo Sindicato Alemão (...) Estes são pois os autênticos “indesejáveis”, porque estes são, em boa e lidima verdade os exploradores do Geca nacional como do Geca nacionalizado (SPÁRTACUS, 20 de setembro de 1919, p. 1).

Ainda neste número, com o intento de informar aos trabalhadores brasileiros o que acontecia mundialmente no movimento dessa classe, publica-se o artigo *Boletim da Guerra Social – Através os telegramas da semana*, como por exemplo, a greve que se instalara na Alemanha e da greve geral de Marselha. No número inaugural do jornal o artigo *A caminho da sociedade nova – A Revolução Social na Inglaterra* vem a enunciar a situação grevista que ocorrera na Inglaterra naquele período. Esta veiculação apresenta como *sintomática e exemplar* a ação dos grevistas ingleses.

A partir da edição de 13 de dezembro de 1919, começa-se a publicar cartas e mensagens na seção *A voz dos deportados...* Nesta seção do jornal, semanalmente se apresentava as consequências e a situação que os militantes anarquistas estavam após a execução da Lei Adolfo Gordo. No número 20, Gigi Damiani contará como foi deportado do Brasil, narrando os acontecimentos até chegar na cidade de Roma, capital da Itália.

Reafirmando a influência da ideias de Piotr Kropotín, José Oiticica escreve no texto *O que são* do jornal, nº 19, de dezembro de 1919 que “Kropotkin é, na verdade, o escritor que mais profundamente penetrou na futura organização anárquica e mais compreende o papel do povo nessa organização de comunas livres” (SPARTACUS, nº 19, p. 2).

O número 24 de *Spártacus* levando o slogan *A Voz do Povo – Diário dos Trabalhadores* – brevemente será o último dessa trajetória breve do jornal. O semanário comunista libertário não sairá mais e sua periodicidade diária nunca aconteceu. *Spártacus* terminará sua participação semanal no dia 10 de janeiro de 1920 por conta de diversos motivos, dentre os quais estão a dificuldade de recursos para sua manutenção e a constante repressão do Estado.

Para caminharmos para a conclusão deste texto devemos colocar uma questão central que está presente em todos os números do periódico: as interpretações de apoio aos bolchevistas. Estas, apenas revelam a falta de conhecimento do que realmente

acontecera na Rússia. O jornal em nenhum de seus números veio defender o Estado e o burocratismo, algo tão caro e presente aos bolchevistas. Essa interpretação equivocada que conciliou nas mesmas páginas as teorias de Lênin, Kropotkin e Malatesta só revela a falta de conhecimento dos fatos da revolução russa¹⁵ (por conta de diversos elementos – entre eles a dificuldade de informações que aqui chegavam e as deturpações dos fatos).

A imprensa operária e anarquista brasileira também esteve ligada a fenômenos de dominação de sua memória. Uma memória oficial e ainda reinante execra as singularidades dos acontecimentos, produz uma significação conservadora do passado, causando uma visão determinista e dogmática dessa história.

Assim, para concluir, enfatizamos que o jornal apresenta uma crítica aos pressupostos teóricos dos que defendem o Estado. Finalizaremos transcrevendo as palavras de José Oiticica publicadas no número 6, ressaltando o caráter libertário e revolucionário do jornal, preocupado com a finalidade última do anarquismo: a destruição da sociedade de classes, do capitalismo, do Estado, etc. para a construção de uma sociedade radicalmente diferente, fundada em pressupostos autogestionários. Oiticica dirá: “não confiamos nem nos governos, nem nos patrões; porque sabes ter sido a confiança dos párias em seus amos a maior desgraça deles e a força de conservação destes”. Ainda reitera que “não queremos nenhum *acôrdo* com capitalistas, sendo nosso maior fim destruir o capitalismo individual e erigir uma sociedade coletivista” (SPÁRTACUS, 06/09/1919, p. 1).

Assim, *Spártacus*, como diversos outros jornais cumpria um importante papel no movimento operário brasileiro, pois, veiculava áspersos argumentos contra o capitalismo e, em momento nenhum defende o Estado. Concordando com Bakunin, *Spártacus* propaga que “de um lado, o Estado, de outro, a revolução social”.

¹⁵ Este não é um caso específico de falta de conhecimentos sobre a revolução russa e a repressão aos grupos libertários. Sebastien Faure, conhecido anarquista, irá escrever um texto de Paris para o jornal *Spártacus* sob o título *O Bolchevismo e a atitude anarquista* que colocará sua admiração pela Revolução Russa e seu desconhecimento geral sobre a atitude dos anarquistas frente ao acontecimento russo, onde serão combatidos pelo governo de Lênin. (SPÁRTACUS, nº 11, 11/10/1919, p. 1).

REFERÊNCIAS

1. Jornais

Jornal Spártacus

nº 1, 02/08/1919;

nº 2, 09/08/1919;

nº 3, 16/08/1919;

nº 4, 23/08/1919;

nº 5, 30/08/1919;

nº 6, 06/09/1919;

nº 7, 13/09/1919;

nº 8, 20/09/1919;

nº 9, 27/09/1919;

nº 10, 04/10/1919;

nº 11, 11/10/1919;

nº 12, 18/10/1919;

nº 13, 25/10/1919;

nº 14, 01/11/1919;

nº 15, 08/11/1919;

nº 16, 15/11/1919;

nº 17, 22/11/1919;

nº 18, 29/11/1919;

nº 19, 06/12/1919;

nº 20, 13/12/1919;

nº 21, 20/12/1919;

nº 22, 27/12/1919;

nº 23, 03/01/1919;

nº 24, 10/01/1920.

Jornal A Plebe

nº 3 (diário), ano II, quarta-feira, 10/09/1919.

2. Bibliografia

BERKMAN, Alexander. *El Abc del Comunismo Libertário*. Buenos Aires: Ediciones HL, 2006.

CAMPOS, Andreia da Silva Lauças. *Fábio Luz e a pedagogia libertária: traços da educação anarquista no Rio de Janeiro (1898-1938)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ. Rio de Janeiro, 2008.

DULLES, J. W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900 – 1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

LAMOUNIER, Aden Assunção. *A construção do pensar anarquista de José Oiticica*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011

LOPES, Milton. José Oiticica: uma existência pela Ação Direta. *Emecê - Boletim do Núcleo de Pesquisa Marques da Costa*. Rio de Janeiro: ano III, nº 6, maio de 2007.

MALATESTA, Errico. *Un plan de organización anarquista*. In: *Il Risveglio*. Ginebra: Outubro de 1927.

_____. *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Hedra, 2008.

NASCIMENTO, Rogério. A propósito dos 90 anos da Revolução Russa: reflexões críticas de um anarquista nos idos de 1920. In: *VERVE*, Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. São Paulo: nº 12, 2007.

_____. *Indisciplina: experimentos libertários e emergência de saberes anarquistas no Brasil*. Tese (doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais/Políticas da PUC/SP. São Paulo: 2006.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3 – 15.

RÉMOND, René (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996.

RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros*. Vol 2. Florianópolis: Editora Insular, 1997.

_____. *Pequena História da Imprensa Social no Brasil*. Rio de Janeiro: VJR, 1996.

_____. *Trabalho e Conflito: pesquisa 1906 – 1937*. Mimeografado.

SAMIS, Alexandre. Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: COLOMBO, Eduardo (orgs.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Expressão e Arte & Imaginário, 2004.

_____. Presenças Indômitas: José Oiticica e Domingos Passos. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As Formações das Tradições 1889-1945*. Col. História da Esquerda, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Rodrigo Rosa. *Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930 – 1945)*. 193 f. Dissertação (Mestrado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2005.

Documentos Históricos do Movimento Autogestionário

CARTA DO MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO AO COLETIVO X¹

Movimento Autogestionário

Tendo em vista os debates que aconteceram até o presente momento entre Coletivo X e o Movaut, fundamentalmente questões colocadas na “Carta de Princípios” enviada pelo Coletivo X ao Movaut no dia 06 de novembro de 2008, as quais foram debatidas pela lista de discussão, com respostas individuais de membros do Movaut (...), respostas que não foram bem aceitas pelo Coletivo X por se tratar de respostas individuais e não do coletivo como um todo. A má acolhida ficou bem clara na segunda carta enviada pelo Coletivo X no dia 18 de dezembro de 2008, quando colocaram o seguinte: “*Continuamos aguardando a resposta coletiva do Movaut sobre a nossa carta de 06/11, oportunidade em que, após recebê-la, daremos seguimento à discussão nos manifestando sobre o conteúdo*”. Além desta passagem da carta, uma integrante do Coletivo X expressou através de um e-mail a sua concordância da necessidade de uma resposta coletiva do Movaut. Para nós, as respostas que militantes do Movaut emitiram expressam a concepção do próprio coletivo. Mesmo que não expressassem, cada indivíduo teria a liberdade para fazer uso da lista e manifestar seus pontos de vista.

(...)

De qualquer forma, devido à necessidade de esclarecimento de alguns pontos que ainda continuam em desacordo entre Movaut e Coletivo X, o Movaut elaborou esta carta como forma de continuar o debate na busca de acordo a questões fundamentais que possam estabelecer uma concordância entre ambos a respeito de questões

¹ Esta carta foi enviada pelo Movimento Autogestionário a um Coletivo no ano de 2009. Tratava-se, naquela ocasião, de tentar uma aproximação entre as duas organizações, seja para se fundir os dois coletivos, seja para fazer atividades conjuntas etc. Este debate estendeu-se longamente, tendo ocorrido duas reuniões presenciais: uma em Goiânia e outra na cidade na qual o Coletivo tinha militantes. Tal debate resultou em quase duzentas páginas escritas, tanto de textos individuais de militantes, quanto textos coletivos, assinados por cada uma das organizações. O debate, por ser de caráter interno e citar vários nomes de militantes, não será por nós publicado na íntegra. Nos restringiremos a publicar esta carta coletiva escrita pelo Movaut e endereçada a este Coletivo pelo fato de ela tocar em questões teóricas, políticas e organizativas de importância. Como a organização com quem debatíamos veio a se desfazer, não utilizaremos aqui seu nome verdadeiro. Substituiremos o nome da organização por Coletivo X.

essenciais que possibilitem a luta comum dos coletivos junto à luta do proletariado pela efetivação da Autogestão Social. (...) De forma objetiva, discutiremos: 1) o que o Movaut entende por burocracia; 2) Como concebemos a organização revolucionária; 3) qual a nossa concepção a respeito da relação entre classe/organização revolucionária.

O que o Movaut entende por burocracia?

Entendemos que burocracia é uma classe social existente no capitalismo, a qual auxilia a burguesia na exploração do proletariado. Esta possui valores, concepções etc. que divergem totalmente do proletariado. No capitalismo, as organizações burocráticas se tornam fundamentais para a manutenção das relações sociais capitalistas. Essas organizações são compostas por indivíduos que se organizam tendo como referência o controle dos patrões sobre os trabalhadores. Desta forma, a maior parte das organizações existentes no capitalismo serão caracterizadas pela cisão entre concepção e execução do processo de trabalho. Dentro das fábricas, isto significa que as classes dominantes, através de seus quadros de administradores ou mesmo na pessoa do próprio capitalista concebem e organizam a produção ao passo que aos trabalhadores resta somente acatar e executar as decisões tomadas por outros.

A base fundamental sobre a qual se sustenta é naturalmente o processo de produção, a relação-capital. Entretanto, ela se estende a todos os espaços da sociedade. O local onde a classe burocrática é mais poderosa é sem sombra de dúvidas o estado, que com seus cargos permanentes (quadros fixos do estado, judiciário etc.), bem como os variáveis (governos) configuram uma poderosa classe que tem como substrato de existência a instituição a qual faz funcionar. Mas além do estado, outras instituições também produzem suas burocracias (empresas privadas, igrejas, partidos, sindicatos etc.). A classe burocrática não é homogênea, tem em seu interior estratos, que pelo rendimento, modo de vida, valores etc. ora se aproximam da burguesia, ora do proletariado. É justamente os estratos inferiores da burocracia que criam as ideologias partidárias e sindicais ditas de “esquerda”

A burocracia, por sua vez, possui interesses próprios e seu objetivo é a dominação, o controle e o privilégio de sua classe em detrimento de outras. Neste caso, seus interesses divergem em todos os sentidos do proletariado cujo interesse de classe é a autogestão social, o não controle, a não dominação, o fim da representação política compulsória, enfim, a libertação de todos os indivíduos explorados e oprimidos nesta sociedade, o fim da sociedade de classes. Nesse sentido, a burocracia e as expressões burocráticas devem ser combatidas da mesma forma que é combatida a burguesia. Ainda nesta linha de raciocínio, é necessário acrescentar, que as grandes revoluções do século 20 deixaram um precioso legado para a avaliação do sentido contrarrevolucionário da burocracia. Classicamente, a preocupação girava em torno da contrarrevolução burguesa, que, com suas forças militares, poder econômico etc., esmagou por inúmeras vezes o proletariado quando este se colocava enquanto classe para si. As experiências revolucionárias do século 20 colocaram mais um elemento na questão, a contrarrevolução burocrática. A ação da Socialdemocracia e do Bolchevismo são os exemplos mais claros no que diz respeito a este aspecto. *Deste modo, uma contribuição importante dos indivíduos e organizações revolucionárias é denunciar os perigos das contrarrevoluções burguesa e burocrática.*

A clareza neste ponto é de fundamental importância por que uma vez que a burocracia tem como determinação fundamental a representação, a dominação, isso pressupõe dizer que, determinados movimentos sociais utilizando de meios burocráticos para sua própria organização, só conseguem, em seu interior, reproduzir a burocracia, tornando-se assim, seus dirigentes, membros de uma classe que é oposta ao proletariado. Então, não se trata de uma mera concepção teórica. Conceber a burocracia como classe real e concreta do capitalismo e uma classe que contribui para a manutenção da exploração do proletariado, pressupõe a sua negação e a negação de todo e qualquer meio burocrático na organização de movimentos que intencionam a efetivação de uma sociedade autogerida.

Com relação à posição do Coletivo X dois pontos chamam a atenção no que se refere à questão da burocracia: 1) a ideia de que as organizações burocráticas apresentam limites; 2) “crítica do leninismo”.

Com relação ao primeiro ponto, o Coletivo X afirma no tópico dois de sua Carta de Princípios:

(...) apesar de sabermos que não serão as organizações burocráticas que levarão ao comunismo, o proletariado não nasce sabendo como elas são e, portanto, em alguns momentos, precisa passar por um processo pedagógico de conhecimento dos limites da burocracia; seja ela através do sindicato ou do parlamento (Coletivo X).

É necessário nos determos nestas considerações. Em primeiro lugar, as organizações burocráticas não apresentam limites². As organizações burocráticas são o *locus* no qual a burocracia enquanto classe social se reproduz. Assim, um partido de “esquerda”, um sindicato de “esquerda” etc. não apresentam limites de qualquer natureza. Um sindicato é aquilo que foi criado para ser: um sindicato; um partido é aquilo que foi criado para ser: um partido. O que é necessário discutir é quais são as funções, os papéis, as atribuições, as práticas políticas etc. de cada uma destas organizações. Agindo desta maneira, partimos do pressuposto segundo o qual tais organizações cumprem determinadas funções que em nosso entender são contrarrevolucionárias. Isto é bem diferente de dizer que os sindicatos ou os partidos apresentem limites no que diz respeito ao processo revolucionário. Não é espaço aqui para analisarmos aprofundadamente esta questão, pois já há uma extensa bibliografia sobre o assunto, da qual os textos dos autores conselhistas são o melhor exemplo, bem como as publicações do Movaut e de seus militantes.

Outro aspecto a se considerar sobre esta questão é o fato de o Coletivo X considerar que a participação em organizações burocráticas é um elemento pedagógico no sentido de esclarecimento do que realmente são estas organizações. A prática histórica demonstra justamente o contrário. Os trabalhadores quando se tornam burocratas, deixam de ter valores, perspectivas, concepções concernentes à sua classe de origem, posto que ao ocupar cargos no sindicato, deixa de ser operário e passa a ser burocrata. Como afirmou o sociólogo conservador Robert King Merton em artigo

² “Limites” aqui quer dizer limitações no que se refere à luta revolucionária, ou seja, de que as organizações burocráticas apresentam determinados limites que impedem o avanço do proletariado à revolução social.

intitulado: “*Estrutura Burocrática e Personalidade*”³, a organização burocrática exige do indivíduo que nela atua uma mentalidade e forma de agir e pensar burocráticos. Desta maneira, é impossível ser revolucionário atuando como burocrata.

De qualquer maneira, historicamente, nos momentos de ascensão da luta dos trabalhadores o que se verificou foi justamente o contrário do que o Coletivo X afirma. Os trabalhadores não caminham para os sindicatos, mas sim contra eles. Também os sindicatos não querem que os trabalhadores caminhem independentemente deles, posto que a função do burocrata é dirigir, controlar. Quando os operários criam suas próprias organizações e estas prescindem a direção do sindicato, estes se opõem e da mesma forma, os trabalhadores e suas organizações se opõem aos sindicatos. Como se vê, não há, nem do ponto de vista teórico, nem do ponto de vista da experiência histórica nada que vá na direção do que o Coletivo X afirma. Por isto, o Movaut se opõe terminantemente a qualquer forma de participação em organizações burocráticas, posto que não vemos limites nestas organizações, mas sim o seu *ser-de-classe*, que é por sua vez contrário ao do proletariado. Mais um aspecto se depreende desta concepção do Coletivo X, o reboquismo, voltaremos a ela mais à frente.

Com relação ao segundo ponto, o tópico seis da carta de princípios do Coletivo X, intitulado: “*Crítica do Leninismo*” é algo que corrobora com a permanência da ideologia da burocracia criada na União Soviética e da qual Lênin foi um dos principais arquitetos. Criar um Lênin teórico (leninismo) e um Lênin prático (bolchevismo) é o mesmo que querer começar a construir uma casa pelo telhado, ou seja, sem alicerce. O alicerce de toda e qualquer ideologia é sua base social, a classe social que é seu principal agente, enfim, os indivíduos histórica e concretamente determinados que as produzem. Deste modo, para criar uma metáfora topológica, diríamos que o bolchevismo é o alicerce e as paredes sobre as quais se coloca o telhado (o leninismo). De maneira grosseira, o que queremos dizer é que não se pode habitar numa casa que só tenha telhado ou que só tenha paredes. Leninismo e bolchevismo formam um todo orgânico. A história do

³MERTON, R. K. *Estrutura burocrática e personalidade*. In: CAMPOS, Edmundo Campos. *Sociologia da Burocracia*: Zahar Editores, 1976.

bolchevismo é a história da burocracia soviética. O leninismo é a ideologia que justifica a existência de tal burocracia. Assim, aproximar-se das interpretações leninistas, é aproximar-se das práticas bolcheviques, que são essencialmente burocráticas.

Não é o caso aqui de fazer uma apurada crítica desta concepção, pois os fundamentos filosóficos do leninismo já foram denunciados há quase um século por Pannekoek e Korsch. Também as críticas à prática bolchevique são recheadas de exemplos (Alexandra Kolontai, Maurice Brinton, Herman Gorter, Amadeu Bordiga, Pannekoek, Korsch etc.), também os textos do Movaut e de seus militantes são bem ilustrativos. Defender o leninismo ou defender o bolchevismo ou ambos, ou criar subterfúgios para salvá-los é uma defesa subreptícia da burocracia.

Enfim, o Movaut considera a burocracia como uma classe social existente no capitalismo que é auxiliar da burguesia na exploração do proletariado. Esta possui interesses, valores, concepções, ideologias que divergem totalmente do proletariado. *Sendo contrarrevolucionária, a burocracia e suas organizações, bem como suas ideologias devem, portanto, ser combatidas.*

Como concebemos a organização revolucionária?

O Movaut concebe a organização revolucionária como uma organização que almeja essencialmente a transformação social, o fim do capitalismo e em seu lugar a sociedade fundamentada na Autogestão Social. A única possibilidade para se alcançar tal sociedade é através da luta do proletariado contra a burguesia e a burocracia. Nesse sentido, os trabalhadores extinguirão as relações sociais estabelecidas no capitalismo e instituirão relações sociais estabelecidas em parâmetros igualitários, onde os próprios trabalhadores irão gerir seu próprio trabalho.

Sendo o proletariado a classe que instituirá a autogestão social, cabe então, às organizações revolucionárias, contribuir com o proletariado para acelerar o processo de transformação social, travando uma luta cultural contra a burguesia e suas classes auxiliares. Isso é necessário uma vez que estando o proletariado submetido à exploração e dedicando seu tempo na luta prática contra a burguesia, o que ocorre nos locais de

trabalho e moradia, a maioria dos indivíduos proletários se encontra em dificuldade de dedicar intelectualmente à produção teórica que combata a burguesia. E isso se dá por diversos motivos, principalmente pela existência do trabalho alienado, que leva ao desgaste físico, e o cansaço que o impede de se exercitar intelectualmente. Naturalmente que alguns indivíduos conseguem superar estas dificuldades e também atuam intensamente na luta cultural. Então, havendo estas dificuldades do proletariado em se dedicar à produção cultural, estaria a burguesia dominando o proletariado em todas as instâncias da sociedade e criando cada vez mais dificuldades para a transformação social.

Nesse sentido, as organizações revolucionárias têm o papel de contribuir com o proletariado na luta contra a burguesia, através da luta cultural. Assim, o processo revolucionário de transformação social poderá ocorrer de forma mais rápida, uma vez que muitas questões e aspectos desta sociedade já haviam sido combatidos pelas organizações revolucionárias. Conjuntamente com a luta cultural, dependendo das condições do coletivo, da quantidade de pessoas, da disponibilidade dos militantes etc. o coletivo pode e deve realizar atividades diretas junto à classe trabalhadora, seja através de panfletos, cursos de formação, palestras, atuação em movimentos sociais e organizações não-burocráticas etc.

Mas, como uma organização revolucionária deve se organizar? Sendo o objetivo da organização revolucionária a Autogestão Social, então, a autogestão deve perpassar a própria organização, ou seja, tentar se organizar tendo como referência a autogestão. Isso pressupõe a autogestão de cada integrante da organização, inclusive na sua formação teórico-revolucionária, o que poderá ocorrer dentro da própria organização, através de debates de textos, participação e organização das atividades do coletivo etc., e também fora, quando cada militante produzirá pessoalmente reflexões acerca da sociedade atual numa perspectiva revolucionária, ou buscará se preparar intelectualmente para combater a burguesia, bem como suas classes auxiliares, o que pressupõe uma formação revolucionária.

Por outro lado, os indivíduos que compõe a organização revolucionária devem estar atentos à própria forma como se organizam. A burocratização deve ser abolida e devem se organizar tendo em vista a autogestão, sendo, portanto, coerentes com os fins

que desejam alcançar. Naturalmente que dificuldades irão se apresentar na efetivação deste princípio, posto que os indivíduos revolucionários formam com a sociedade na qual vivem uma totalidade inextrincável. Trazemos de nossa história de vida, de nosso histórico em participação em organizações burocráticas (escolas, universidades, empresas privadas etc.) uma determinada concepção de organização, a burocrática. Entretanto, o acesso a teorias, discussões, a determinação e compreensão dos fins da luta (Autogestão Social) e o entendimento de que fins e meios devem ser uma totalidade, os indivíduos começam a se abrir para novas formas de conceber a organização.

É aí que as práticas autogestionárias internas ao movimento devem ser uma constante dentro da organização. Sendo a sociedade capitalista fundada na burocratização e mercantilização das relações sociais, o grupamento revolucionário deve se esforçar ao máximo para combater tais relações internamente. A burocratização, como já dissemos, caracteriza-se essencialmente pela divisão entre dirigentes e dirigidos. Quanto mais uma organização burocrática cresce em número de pessoas, quantidade de recursos etc. mais esta distinção se confirma. Por outro lado, quando a organização ainda é pequena, esta cisão pode à primeira vista não se apresentar claramente e é justamente aí que reside o perigo. Enquanto em um partido ou um sindicato já constituídos esta cisão se apresenta de maneira cristalina, em organizações “clandestinas”, pequenas, desde que se sustentando em princípios burocráticos, ela é mais ou menos ofuscada.

Vemos um princípio burocrático nos modos de organização do Coletivo X, expresso textualmente na sua Carta de Princípios no tópico cinco: “*Distinções Existem ou são Criadas?*”. Nesta seção, o Coletivo X apresenta a ideia de que existem “*níveis de consciência*” e que o coletivo deve atentar-se para este fato. Os níveis de consciência, para o Coletivo X, embora a definição deste conceito não apareça claramente no texto, é o acesso que um indivíduo tem ou não tem a determinados textos, autores, enfim, do saber teórico de cunho revolucionário. Quanto mais sabe determinado indivíduo, maior o “*nível de consciência*” dele. Assim, para o Coletivo X, somente aqueles que já dispõem de certo “*nível de consciência*” podem participar da organização revolucionária, enquanto aqueles que ainda não dispõem devem primeiramente se preparar, se aperfeiçoar para somente assim poderem entrar no coletivo. O Coletivo X considera ainda que agir

contrariamente a isto é desrespeitar aqueles que tem níveis de consciência inferiores, na medida em que só terão uma participação ilusória dentro da organização, posto que, se seu nível de consciência é inferior ao dos outros militantes, ele não terá condições de se posicionar, agir etc. tal como os demais.

Nesta mesma lógica, o Coletivo X afirma:

As diferenças existem nos mais variados âmbitos da nossa existência. Consideramos um grande desrespeito tratar o desigual como igual e respeitamos a máxima do Marx: “a cada um conforme sua necessidade, de cada um conforme sua possibilidade”. Portanto, o problema não está em reconhecer as diferenças, o problema está em hierarquizá-las. Fingir que elas não existem – negar a realidade – não pode ser a base sobre a qual pretendemos construir o novo (Coletivo X).

Um primeiro aspecto refere-se à citação da obra de Marx que aparece descontextualizada, posto que, na *Crítica ao Programa de Gotha*, de onde a citação é extraída, Marx está se referindo ao princípio de produção e distribuição dos bens materiais na sociedade comunista, e não a uma lei geral, universal, a-histórica que possa ser aplicada em qualquer lugar ou situação. Da maneira como está, a citação serve unicamente como um “argumento de autoridade”, pois, se até Marx disse isto, quem é o Movaut para dizer o contrário?

As diferenças sociais existem porque foram criadas. Partindo do método dialético, não existem diferenças sociais “naturais”, pois são sociais, logo, criação social. Portanto, as diferenças sociais existem e foram criadas. A grande questão é que, partindo da perspectiva do proletariado, é preciso não só ter consciência de seu caráter histórico e social, ligado à totalidade da sociedade capitalista que produz tais diferenças, inclusive de consciência, deve ser também combatido. Ou seja, a grande questão é como se posicionar diante destas diferenças produzidas social e historicamente e que serve para reproduzir o próprio capitalismo. As diferenças de classes também existem e foram criadas e a ideia contida no marxismo autêntico é que é necessário sua abolição. Marx não produziu uma concepção fetichista, pois se tivesse feito, diria que como existe diferença entre capitalistas e operários, então elas deveriam continuar existindo, naturalizando algo que é histórico e social. O que Marx propôs foi justamente o contrário: os operários se auto-organizarem e abolirem essa diferença social. E colaborou com isso

através da negação teórica. Então, o que cabe a todo revolucionário fazer é: perceber a existências das diferenças sociais e seu caráter histórico e social, bem como o seu papel de colaborar com a reprodução do capitalismo e, ao mesmo tempo, realizar sua crítica teórica e prática, a primeira através da produção e divulgação cultural e a segunda através da luta cotidiana individual e coletiva – e no coletivo.

No caso da diferença de “consciência”, trata-se, no interior do coletivo, entender que ela é um produto social e histórico que serve para a reprodução do capitalismo e que, portanto, não deve reforçar ou produzir outras diferenças – por exemplo, entre dirigentes e dirigidos, já que uns possuem “consciência mais elevada”, ou entre “participantes” e “aspirantes”, etc. – e que cada indivíduo do coletivo e o coletivo como um todo deve buscar a crítica teórica e prática disso, bem como buscar, tanto o indivíduo quanto o coletivo, superar o máximo possível esta situação, embora, no interior do capitalismo, uma homogeneidade no coletivo seja pouco provável, já que alguns são intelectuais por profissão e assim seu tempo de dedicação ao trabalho intelectual é maior, etc., além de condições financeiras, prioridades e questões que atingem o indivíduo (problemas familiares, psíquicos, etc.), e o que interessa, no coletivo, é que os seus indivíduo tenham o maior desenvolvimento de sua consciência, mas que, para participar do coletivo, o que é necessário é ter concordância com as teses básicas do coletivo, o que significa uma determinada consciência, que poderá e esta é a tendência, se desenvolver com sua própria prática política e discussões coletivas, bem como iniciativas do coletivo especificamente para este fim (grupo de estudos, cursos, socialização de bibliografia, etc.). Em síntese, o fundamental é superar o fetichismo das diferenças e entender seu caráter histórico e social, e, no caso da consciência, o fato de não ser algo absoluto.

Afora esta questão, o que é essencial é o que está por detrás desta concepção do Coletivo X. Quando diz que o problema não está em reconhecer as diferenças, mas em hierarquizá-las, está sendo bastante contraditório, pois quem hierarquiza é o Coletivo X. Quando diz que o Movaut negligencia sua existência, fingido que elas não existem, está na verdade, querendo afirmar que os “diferentes”, ou seja, aqueles que tem níveis de consciência inferior, não podem participar da organização. O que é hierarquizar no final

das contas? Hierarquizar significa atribuir determinadas funções de acordo com os cargos ou posições dentro da organização. Assim, aquele que está em determinada posição dentro da organização deve cumprir suas funções já previamente estabelecidas.

Voltando ao que já dissemos anteriormente, e lembrando Robert Michels:

Quanto mais extenso e mais diversificado o aparato oficial da organização, quanto maior o número de seus membros, quanto mais cheio os seus cofres e mais ampla a circulação de sua imprensa, tanto menos eficiente se torna o controle direto pelos membros, tanto mais este controle é substituído pelo poder crescente das comissões (Michels, 1976, p. 102).⁴

Ou seja, quanto maior e mais consolidada a organização, mais claro se apresenta a sua burocratização. Assim, o princípio de distinção baseado nos “níveis de consciência” não é outra coisa senão uma forma burocrática de hierarquizar aqueles que podem e não podem participar do coletivo. E ela só não adquiriu formas mais drásticas dadas as proporções do Coletivo X. As proporções, por sua vez, não retiram o caráter burocrático do princípio, mas somente o escondem, o camuflam.

Desta maneira, não é o Movaut quem hierarquiza, mas o Coletivo X. O Movaut também não negligencia que os indivíduos têm formações diferentes, tendo uns maior aprofundamento teórico que outros. *Isto para o Movaut não é nenhum problema, na medida em que concebemos que a organização revolucionária deve contribuir, de acordo com suas possibilidades, com a formação política e teórica de seus militantes.* A formação teórica se torna uma necessidade para o militante na medida em que começa a querer compreender melhor as relações sociais e a luta de classes. Em outras palavras, a formação teórica pode e deve ser um resultado da militância revolucionária e não uma condição para esta.

Qual a concepção do Movaut a respeito da relação entre classe/organização revolucionária?

⁴ MITCHELS, Robert. A tendência burocrática dos partidos políticos. In: CAMPOS, Edmundo Campos. *Sociologia da Burocracia*: Zahar Editores, 1976.

As organizações revolucionárias são um produto da sociedade capitalista. Esta, com suas contradições, seus interesses antagônicos produz indivíduos e organizações que se opõem no campo político, cultural e econômico. O proletariado, ao longo de toda a história do capitalismo, criou ele próprio suas formas de resistir à brutal exploração dos capitalistas. O absentéismo, as greves, as revoltas, as revoluções marcam a tempos e tempos a história do modo de produção capitalista. Isto se deve ao fato de os interesses dos capitalistas serem antagônicos aos interesses do proletariado. Este visa diminuir ao máximo sua jornada de trabalho e melhorar constantemente suas condições de vida e trabalho. Os capitalistas, pelo contrário, desejam a todo custo aumentar a produção de mais-valor, o que implica negar a liberdade e existência autêntica aos trabalhadores.

Esta luta, verdadeira guerra civil, ocorre cotidianamente no interior dos locais de produção e em momentos de grande efervescência social explode em revoluções. A luta operária é uma luta pela vida, pela existência, pela liberdade. Em seu conflito com as classes dominantes, os indivíduos identificam que não podem lutar sozinhos contra o capital. A organização surge então como um imperativo, ou seja, os trabalhadores não querem, mas precisam lutar em conjunto e de maneira organizada. São jogados pelo capital na luta coletiva. Após a criação de suas próprias organizações, eles passam a defendê-las com todas as energias de que dispõem. Marx relatou isto na sua *Miséria da Filosofia*, quando analisou a perplexidade dos economistas ao verem que os trabalhadores gastavam grande parte de seus salários para defenderem suas associações (coalizões), visto que os economistas consideravam que estas associações eram justamente para lutar por salários. O proletariado vê nestas organizações a sua capacidade de criar, de fazer, de agir independentemente e contra as classes exploradoras.

Mas as contradições, que geram a necessidade de organização do proletariado, não se limitam ao interior das fábricas, estendem-se para o conjunto da sociedade. Indivíduos que não são propriamente proletários se posicionam de um ou outro lado. Assim, surgem organizações que lutam em favor do proletariado sem serem propriamente proletários. Naturalmente que estas organizações contam muitas das vezes com a participação de operários mesmos e em momentos de ascensão da luta

operária, estas organizações tendem a aumentar e se fortalecer. O debate entre Gorter e Ruhle sobre a dupla organização ou organização unitária expressa como em momentos revolucionários pode se dar a relação entre *organizações revolucionárias* e *organizações revolucionárias do proletariado propriamente ditas* (Conselhos Operários).

Uma organização revolucionária é aquela que contribui para a auto-organização do proletariado. Qualquer organização ou coletivo que vá contra este princípio é essencialmente contrarrevolucionário. Desta maneira, os coletivos de indivíduos revolucionários devem atuar, de acordo com suas possibilidades, no sentido de contribuir com os trabalhadores para que estes, enquanto classe, construam a autogestão social. Tradicionalmente, três maneiras se apresentaram nesta relação: a) *vanguardista*; b) *reboquista* e c) *autogestionária*.

A *tendência vanguardista* é aquela que impede o proletariado de agir enquanto classe para si. As vanguardas historicamente construíram grandes barreiras ao desenrolar da revolução proletária. Exemplos na história não faltam: o golpe de estado dado pelos bolcheviques em outubro de 1917, a conduta dos partidos socialdemocratas e bolcheviques ao longo de toda a história do século 20, no qual estes não permitiam, ou não queriam permitir, que os trabalhadores agissem independentemente deles (a luta entre sindicatos e conselhos operários na Alemanha em 1918 a 1923, as greves selvagens na Itália e a luta contra os sindicatos na década de 1970 etc.). A vanguarda é aquela que visa manter o controle sobre os trabalhadores, alegando que são os revolucionários conscientes da classe. O sindicalismo, o leninismo e a social democracia são as ideologias que justificam estes pontos de vista.

A *tendência reboquista*, pelo contrário, vai a reboque das lutas dos trabalhadores. Se o que importa é moradia, lutemos por moradia, se o que importa é terra, lutemos por terra, se o que importa é aumento de salário, lutemos pelo aumento do salário. Ou como diz o Coletivo X na seção dois de sua carta de Princípios, se os trabalhadores considerarem: “*importante estar na burocracia para alcançar o comunismo - estaremos junto com a classe fazendo a crítica por dentro e junto com o movimento*”. Ou ainda, na seção sete, sobre abstencionismo, afirma:

Quando o capitalismo está em ascensão, por exemplo, o proletariado pode entender que a participação em um processo eleitoral pode estar indo no sentido de uma superação do capitalismo e devemos estar junto com a classe (Coletivo X).

Consideramos que este ponto de vista é reboquista, na medida em que fica nos limites das reivindicações permitidas pelo capitalismo. Apoiar um seguimento da classe que quer ir para o sindicato, é apoiar uma luta que é capitulada pelo capitalismo. Apoiar um seguimento da classe operária que acha conveniente participar do processo eleitoral, é apoiar a democracia burguesa e tudo o que ela implica. Apoiar a classe, quando esta caminha em direção ao abismo é um equívoco tão grave quanto querer dirigi-la ao modo das velhas vanguardas. O grupamento revolucionário deve ter a liberdade também de criticar os rumos que a classe trabalhadora trilha em sua luta. Como Marx disse, não devemos ter em conta somente o que um operário pensa de si mesmo ou mesmo o conjunto do proletariado pensa sobre si mesmo em determinado momento histórico, pois o que importa de fato é o *ser-de-classe* do proletariado e o que ele é destinado historicamente a fazer.

É aí que entra, em nossa concepção, uma terceira maneira de relação com a classe, a tendência *autogestionária*. De um ponto de vista autogestionário, o que o grupamento revolucionário deve fazer é contribuir, com todas as forças de que dispõe com o processo de autogestão das lutas dos trabalhadores e com o avanço da consciência autogestionária. Como diz Pannekoek em seu clássico *Os Conselhos Operários*, um dos papéis, e dos mais importantes dos grupos revolucionários, é expor os pontos de vista existentes sobre os problemas que acometem os trabalhadores e suas lutas, para que estes possam refletir, pensar e agir por si mesmos. Somente a autoatividade da classe permite a ela chegar a pontos de vista e ações cada vez mais radicais.

Mas [segundo Pannekoek]:

Fazer despertar esta consciência, tal é a principal missão da propaganda; propaganda produzida por indivíduos e pequenos grupos que chegaram a esta compreensão antes que os demais. Por difícil que possa ser no começo, dará seus frutos mais tarde, quando corresponder à experiência própria dos trabalhadores (Pannekoek, 1977, p. 234)⁵.

⁵ PANNEKOEK, Anton. *Los Consejos Obreros*. Madrid: Zero, 1977.

(...) Assim, não se trata de apoiar os trabalhadores quando considerarem que os sindicatos, os partidos, o parlamento etc. sejam o espaço da luta, pois de um ponto de vista revolucionário, sabemos que não são. Trata-se, pelo contrário, de expor o que são os sindicatos, para que servem os sindicatos e o que significa a luta dos sindicatos. Se parte da classe operária conscientemente decidir que em determinado momento histórico seja conveniente participar do processo eleitoral, não compete aos grupamentos revolucionários apoiar esta mistificação, mas sim expor o que significa agir desta maneira.

O que um grupamento revolucionário deve fazer, então, de acordo com a concepção de Karl Jensen⁶, a qual compartilhamos, é contribuir, para que, no processo de luta, os trabalhadores avancem das lutas *espontâneas e autônomas* para as lutas *autogestionárias*. Assim, o coletivo estará contribuindo decisivamente para o processo revolucionário.

Movaut

Goiânia, 08 de março de 2009.

⁶ JENSEN, K. *A Luta Operária e os Limites do Autonomismo*. Revista Ruptura. Ano 8, número 7, agosto de 2001. Goiânia, Movimento Autogestionário, 2001.



MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

[HTTP://MOVAUT.NET/](http://MOVAUT.NET/)

[HTTP://WWW.ENFRENTAMENTO.NET/](http://WWW.ENFRENTAMENTO.NET/)